



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ESCOLA DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA

Mestrado em Arquitetura Paisagista

Relatório de Estágio

**Uma Experiência no Setor Público: Análise e Caracterização dos Espaços
Abertos**

Sofia José Trindade Mendes

Orientador:

Prof. Doutora Rute Sousa Matos

Coorientador:

Arquiteta Paisagista Ana Virgínia Silva

Maio de 2013



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ESCOLA DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA

Mestrado em Arquitetura Paisagista

Relatório de Estágio

**Uma Experiência no Setor Público: Análise e Caracterização dos Espaços
Abertos**

Sofia José Trindade Mendes

Orientador:

Prof. Doutora Rute Sousa Matos

Coorientador:

Arquiteta Paisagista Ana Virgínia Silva

Maio de 2013

RESUMO

Uma Experiência no Setor Público: Análise e Caraterização dos Espaços Abertos

Este relatório apresenta os trabalhos realizados durante o estágio no Departamento de Espaços Verdes na Câmara Municipal do Funchal. O trabalho desenvolvido responde ao que foi solicitado pela Câmara Municipal e teve como base os princípios adquiridos ao longo da componente académica da licenciatura e mestrado em Arquitetura Paisagista na Universidade de Évora. O presente relatório incide sobre a caraterização, análise e reflexão crítica sobre espaços abertos, assim como da nossa intervenção e responsabilidades em cada um deles.

ABSTRACT

An Experience in the Public Sector: Analysis and characterization of open spaces.

This report presents the work carried out during the internship in the Funchal Municipal council. The work responds to what was requested by the City Council and was based on the principles acquired during the academic component of undergraduate and masters degree in Landscape Architecture at the University of Évora. This report focuses on the characterization, analysis and critical reflection on open spaces, as well as our intervention and responsibilities in each of them.

AGRADECIMENTOS

Desejo expressar um sincero agradecimento à Câmara Municipal do Funchal, pela oportunidade de realização do estágio e pelo apoio disponibilizado ao longo dele.

À Arquiteta Paisagista Virgínia Valente, que me acompanhou nesta primeira aproximação ao mundo de trabalho.

À Arquiteta Paisagista Rute Matos, pela orientação e pelo apoio durante a realização deste relatório.

Aos Pais, Manuel e Vitória; Aos manos: Inês, Lheilhi, Cristina, Beatriz, Lica, Zé, Alice, Isac, Paulo, Rafa e Pifinha; Aos sobrinhos: Berto, Miguel, Isabel, Pedro, Tiago, Bianca e Chico.

Gostaria também de agradecer à Isabel, à Andreia, à Rita, ao Vasco e ao Bruno por me terem “adotado” como a mana madeirense. Aos amigos Madeirenses. À grande amiga Liliana “desde sempre e para sempre”.

Ao namorado pelo apoio incondicional e por nunca me ter deixado desistir.

A todos um muito Obrigado.

ÍNDICE

RESUMO	III
ABSTRACT.....	IV
AGRADECIMENTOS.....	V
INTRODUÇÃO	1
1. EXPERIÊNCIAS	4
1.1 HORTAS URBANAS	5
1.2 PROJETO DE REQUALIFICAÇÃO DO JARDIM PANORÂMICO	13
1.2.1 ANÁLISE E CARACTERIZAÇÃO.....	13
1.2.1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO	13
1.2.2 ANÁLISE E CARATERIZAÇÃO DO ESPAÇO DE INTERVENÇÃO	16
1.2.2.1 PROPOSTA DE REQUALIFICAÇÃO – ESQUEMA DA VEGETAÇÃO	19
1.3 PROJETO DE REQUALIFICAÇÃO DA QUINTA DEÃO – ESTUDO PRÉVIO	26
1.3.1 ANÁLISE E CARATERIZAÇÃO.....	26
1.3.1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA.....	26
1.3.2 PROPOSTA DE REQUALIFICAÇÃO – ESTUDO PRÉVIO	41
1.3.2.1 PROPOSTA 1.....	41
1.3.2.2 PROPOSTA 2.....	46
1.4 INTERVENÇÃO NO FESTIVAL DE JARDINS COM PROJETO PARA PARTE DO ESPAÇO DO FESTIVAL ..	49
1.4.1 ANÁLISE E CARATERIZAÇÃO	49
1.4.1 O FESTIVAL DE JARDINS	53
1.4.2 PROPOSTA 1.....	56
1.4.3 PROPOSTA 2.....	59
1.4.4 PROPOSTA 2 – ALTERAÇÃO	61
1.4.5 ACOMPANHAMENTO DE OBRA.....	65
1.4.6 PROPOSTA 3.....	68
1.5 REQUALIFICAÇÃO DO JARDIM DO CAMPO DA BARCA – PRAÇA TENERIFE	72
1.5.1 ANÁLISE E CARATERIZAÇÃO	72
1.5.2 PROPOSTA.....	75
1.5.3 ACOMPANHAMENTO DE OBRA.....	81
2 ELABORAÇÃO DE REGRAS PARA USO DO ESPAÇO ABERTO.....	84
3 CONCLUSÃO	88
REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFIAS.....	92
ANEXOS.....	A

FIGURAS E QUADROS

Fig. 1 - Mapa Geral das Hortas Urbanas Municipais. (Fonte: www.cm-funchal.pt).....	6
Fig. 2 – Fotografia aérea com a localização da Horta Municipal do Laranjal. (Fonte: www.cm-funchal.pt).	9
Fig. 3 – Hortas Municipais do Laranjal - Antes e depois da sua instalação. (Fonte: www.cm-funchal.pt).	9
Fig. 4 – Mapa das Hortas Municipais do Laranjal, Santo António (2012) - 110 lotes. (Fonte: www.cm-funchal.pt).	10
Fig. 5 – Fotografia aérea com a localização do terreno cedido à Câmara. (Fonte: www.cm-funchal.pt).	11
Fig. 6 - Mapa das Hortas Municipais da Várzea da Igreja, São Martinho (2012) - 39 lotes. (Fonte: www.cm-funchal.pt).	11
Fig. 7 – Hortas Municipais da Várzea da Igreja. (Fonte: www.cm-funchal.pt).	12
Fig. 8 – Planta do Passeio Público Marítimo com a localização do Jardim Panorâmico. (Quintal, 2007, p. 122).	13
Fig. 9 - Jardim construído em Socalcos.	13
Fig. 10 – Planta de zonamento. (Fonte: Câmara Municipal do Funchal).....	14
Fig. 11 – Azulejos, Artista Plástico Rigo.....	15
Fig. 12 – Zona da cascata, substituída por área plantada.	16
Fig. 13 – Esquema visual do Jardim Panorâmico.	17
Fig. 14 – Fotografias recolhidas numa visita ao local, onde podemos observar a falta de manutenção.	18
Fig. 15 – Esquema geral da vegetação.	19
Fig. 16 – Plano de vegetação herbácea e arbustiva. (Fonte: Câmara Municipal do Funchal).	20
Fig. 17 – Patamar 1.....	21
Fig. 18 – Patamar 2.....	22
Fig. 19 - Patamar 3.....	23
Fig. 20 – Patamar 4.....	24
Fig. 21 – Patamar 5.....	24
Fig. 22 – Patamar 6.....	25
Fig. 23 – Primeira entrada. Fotografia datada de 1950. (Hoare, 2004, p. 93)	28
Fig. 24 – Segunda entrada da casa. Fotografia datada de 1950. (Fonte: Biblioteca privada do Eng.º Henrique Costa Neves, Vereador da Câmara Municipal do Funchal).....	29
Fig. 25 – Terceira entrada da Casa. Fotografia datada de 1950. (Fonte: Biblioteca privada do Eng.º Henrique Costa Neves, Vereador da Câmara Municipal do Funchal).....	29
Fig. 26 – Cartografia de 1967 com a possível delimitação da Quinta Deão. (Fonte: www.cm-funchal.pt).	30
Fig. 27 – Fotografias do jardim da Quinta Deão, datadas de 1950. (Fonte: Biblioteca privada do Eng.º Henrique Costa Neves, Vereador da Câmara Municipal do Funchal).....	31
Fig. 28 – Fotografias da construção do Hotel-Apartamento, onde podemos observar a casa da Quinta Deão (à esquerda) e a auracaria com a vegetação densa da Quinta (à direita). (Fonte: Arquivo Regional da Madeira).	33
Fig. 29 – Cartografia de 1967 com a possível delimitação da Quinta Deão (a Azul) e o limite atual da Quinta Deão (a Vermelho). (Fonte: www.cm-funchal.pt).....	34
Fig. 30 – Esquema visual da Quinta Deão.	35
Fig. 31 – Fotografias recolhidas na visita à área de intervenção.	36
Fig. 32 – Mau estado sanitário da Figueira-da-índia (<i>Ficus benjamina</i>), raízes estranguladas e colo da árvore cimentado.....	37
Fig. 33 – Caráter sombrio e fechado do espaço.	39
Fig. 34 – Lancil degradado; caldeiras do arruamento.	39
Fig. 35 – Elementos degradados.....	39
Fig. 36 – Plano geral do Jardim da Quinta Deão.....	41
Fig. 37 – Plano de Alterações.	42
Fig. 38 – Planta de Vegetação a Manter e a Eliminar.	43

Fig. 39 – Localização dos canteiros.....	44
Fig. 40 – Plano da Vegetação Herbácea-arbustiva.	45
Fig. 41 – Plano Geral do Jardim da Quinta Deão – Estudo Prévio.	47
Fig. 42 – Esquema da Vegetação	48
Fig. 43 – Fotografia aérea com a delimitação do Jardim almirante Reis. (Fonte Câmara Municipal do Funchal).....	49
Fig. 44 – Planta de Jardim Almirante Reis. (Fonte Câmara Municipal do Funchal).....	50
Fig. 45 – Ondas revestidas com relva são a principal marca do Jardim Almirante Reis.	50
Fig. 46 – Organização Geral do Festival de Jardins. (Fonte: Câmara Municipal do Funchal - Elaborado pela Arquiteto Elias Rodrigues Homem Gouveia, Departamento de Obras Públicas).	54
Fig. 47 – Distribuição espacial e os respetivos participantes (sem escala). (Fonte: Câmara Municipal do Funchal - Elaborado pela Arquiteta Paisagista Virgínia Sila).	55
Fig. 48 – Plano Geral da primeira proposta.....	56
Fig. 49 - Corte AA' – Estruturas Metálicas. Escala 1:50.	57
Fig. 50 – Logotipo do festival de Jardins e a sua representação no plano geral do Jardim.	57
Fig. 51 – Antigas caldeiras em cantaria, com diâmetro de 1m, constituídas por 4 peças, com alturas que variam entre os 15cm e os 30cm.	58
Fig. 52 – Plano Geral da segunda proposta (Estudo Prévio).....	60
Fig. 53 – Plano de Alterações	62
Fig. 54 – Plano de Implantação Planimétrica.	63
Fig. 55 – Plano de plantação	63
Fig. 56 – Fotografia recolhida no primeiro dia da implantação.....	65
Fig. 57 – Curvas de nível propostas.	66
Fig. 58 – Fotografias tiradas no momento da plantação.....	67
Fig. 59 – Fotografias tiradas no final da obra.	67
Fig. 60 – Esquema visual do Jardim Almirante Reis.	69
Fig. 61 – Plano Geral do Jardim Almirante Reis.	70
Fig. 62 – Plano de vegetação arbustiva.....	71
Fig. 63 – Constituição do Jardim do Campo da Barca.	72
Fig. 64 – Planta do Jardim Campo da Barca. 1 – Estátua em homenagem as floristas madeirenses. 2 – Busto do Conde Canavial. (Quintal, 2007, p. 144).	73
Fig. 65 – Fotografias do Jardim do Campo da Barca, após o temporal de Fevereiro de 2010.	74
Fig. 66 – Plano Geral da proposta de Renovação do Jardim do Campo da Barca – Praça Tenerife. (Fonte Câmara Municipal do Funchal. Elaborado pela Arquiteta Paisagista Virgínia Silva).....	75
Fig. 67 – Plano de alterações. (Fonte Câmara Municipal do Funchal, elaborado pela Arquiteta Paisagista Virgínia Silva).	76
Fig. 68 – Localização dos Canteiros. (Fonte Câmara Municipal do Funchal, elaborado pela Arquiteta Paisagista Virgínia Silva).	78
Fig. 69 – Planta de muros, remates e lancis. (Fonte Câmara Municipal do Funchal - Elaborado pela Arquiteta Paisagista Virgínia Silva).	82
 Quadro 1 – – Inventariação dos principais problemas e as hipóteses de solução.	 38

INTRODUÇÃO

Ao longo da nossa formação senti que perante a componente teórica, tanto da licenciatura como do mestrado, a componente prática era insuficiente. Neste sentido procuramos complementar esta lacuna através da escolha da realização de um relatório de estágio, como trabalho de mestrado, preferencialmente no setor público. Com este princípio contactamos então a Câmara Municipal do Funchal (CMF), de onde sou oriunda, que nos aceitou como estagiária. Esta oportunidade de poder estagiar na Câmara Municipal do Funchal concretizou-se após o primeiro contato em Outubro de 2010 através de uma entrevista na qual nos foram apresentados alguns trabalhos que viríamos a desenvolver.

Em Janeiro de 2012 iniciamos o estágio na Câmara Municipal do Funchal no Departamento de Espaços Verdes, sob coordenação pela diretora do respetivo departamento, a Arquiteta Paisagista Virgínia Silva e orientação académica da Arquiteta Paisagista Prof.^a Dr.^a Rute Sousa Matos.

O Departamento de Espaços Verdes é composto pela Divisão de Parques e Jardins, a Divisão do Parque Ecológico do Funchal e a Divisão de cemitérios. A equipa de trabalho é constituída pela chefe do Departamento a Arquiteta Paisagista Virgínia Silva, pelos chefes das respetivas divisões, a Eng.^a Susana Barbosa, o Dr. José Manuel Rodrigues e Eng.^a Margarida Dias.

O estágio foi realizado no Departamento de Espaços Verdes e iniciou-se com uma breve apresentação da equipa de trabalho assim como as suas funções. A divisão de Parques e Jardins é responsável pelo viveiro da câmara, pela manutenção dos espaços verdes assim como pelo trabalho dos jardineiros. A divisão do Parque Ecológico do Funchal e dos Cemitérios está associado aos seus trabalhos específicos. Apesar do departamento estar dividido em três divisões o nosso trabalho de estágio esteve diretamente ligado ao trabalho desempenhado pela chefe do departamento que, por ter formação em Arquitetura Paisagista, é responsável, não só pela elaboração dos projetos de arquitetura paisagista para os espaços abertos da cidade, mas também por todo o trabalho burocrático associado ao departamento. Logo numa fase inicial foi-nos sugerida uma visita e reconhecimento dos jardins da cidade, para nos familiarizarmos

com o trabalho aí realizado. Foi também sugerida a pesquisa e recolha bibliográfica acerca dos mesmos.

Foram-nos atribuídas diversas tarefas: a elaboração de uma proposta para a requalificação do jardim da Quinta Deão; a elaboração de uma proposta de estudo prévio e respetivo projeto de execução de um futuro jardim, localizado na Várzea da Igreja, freguesia S. Martinho (posteriormente alterado para tipologia de Hortas Urbanas, denominado de “Horta da Várzea da Igreja”); a participação no Festival de Jardins com a proposta para o espaço expositor da Câmara Municipal no Festival; a proposta de requalificação do Jardim Panorâmico; a elaboração de um regulamento para o uso dos espaços abertos e o acompanhamento de várias obras.

O trabalho desenvolvido teve como base os princípios adquiridos ao longo da componente académica da licenciatura e do mestrado em Arquitetura Paisagista na Universidade de Évora, como por exemplo, a caracterização, análise e reflexão crítica dos espaços abertos, assim como na nossa intervenção ao nível das propostas do projeto, da manutenção, do planeamento e da gestão.

Este relatório está dividido em três partes distintas e estrutura-se do seguinte modo:

Na primeira parte intitulada “Experiências” procuramos descrever de forma detalhada os projetos desenvolvidos por solicitação da Câmara, assim como a análise e reflexão crítica sobre os mesmos, e o meu nível de participação.

Para organizar e estruturar este capítulo optámos por ordenar o trabalho como se fosse, ele próprio, um projeto constituído por: análise, estudo prévio, projeto de execução e acompanhamento de obra.

Assim, descrevem-se em primeiro lugar as experiências relativas aos casos em que apenas houve análise, como o das hortas urbanas e o Jardim Panorâmico; depois os que houve a elaboração de estudo prévio, por exemplo: o Jardim da Quinta Deão; seguidamente os que se elaboraram peças técnicas, nomeadamente a intervenção no festival de jardins com um projeto para parte do festival, e por fim o acompanhamento de obra, como é o caso do jardim do Campo da Barca.

Na segunda parte intitulada “Elaboração de regras para uso do espaço aberto” procura-se descrever outra atividade desempenhada durante o estágio e que não está diretamente relacionada com os projetos realizados.

Por fim, conclui-se o relatório com uma reflexão sobre as principais motivações e dificuldades do que foi este primeiro contato com a experiência profissional.

1. EXPERIÊNCIAS

A experiência profissional é uma componente fundamental à formação académica. Neste sentido, a possibilidade de integrar uma equipa profissional e poder participar nos seus projetos representou um enorme desafio e responsabilidade que deste o início do estágio nos motivou bastante.

Desta forma, os projetos apresentados descrevem as propostas desenvolvidas por solicitação da Câmara, tendo sido baseadas na componente teórica adquirida ao longo da minha formação académica - licenciatura e mestrado em Arquitetura Paisagista - na Universidade de Évora, cuja metodologia assenta na análise, caracterização e reflexão crítica sobre o espaço de intervenção e consequente proposta para uma intervenção futura.

1.1 HORTAS URBANAS

As hortas urbanas são, na Europa, uma velha tradição cuja afirmação se tem vindo a verificar cada vez mais. No município do Funchal a iniciativa de criação de hortas urbanas teve início em 2005, com a inclusão, no Jardim da Ajuda, de uma área destinada à agricultura. A maioria das áreas agrícolas urbanas tem origem em cedências urbanísticas e no arredamento pela autarquia de terrenos privados com vocação agrícola. Esta iniciativa tem vindo a aumentar surgindo novos espaços agrícolas no tecido urbano do Funchal.

“As hortas urbanas na Câmara do Funchal têm como objetivo:

- Promover a agricultura urbana, contribuir para a segurança alimentar e para a melhoria e diversificação das dietas alimentares;
- Facilitar o acesso dos agregados familiares à produção pecuária doméstica;
- Demonstrar que os espaços abertos também podem ter uma função de produção, para além da proteção e do recreio;
- Servir de modelo para a ocupação espontânea de terrenos abandonados ou sem uso definido, responsabilizando os munícipes pela gestão ativa dos espaços abertos públicos;
- Recriar a ligação entre o campo e a cidade e incentivar o contato com a Natureza;
- Fomentar a compostagem de materiais orgânicos, contribuindo para a redução desta fração nos resíduos sólidos urbanos (RSU);
- Melhorar a circulação da água e harmonizar a paisagem e o ambiente urbano em geral, favorecendo o conforto das populações e a biodiversidade potencial do espaço urbano.” (Câmara Municipal do Funchal)

Atualmente, a área total de hortas municipais supera os 32.000m², distribuídas por 18 projetos e abrange 498 munícipes e respetivos agregados familiares (Fig.1).

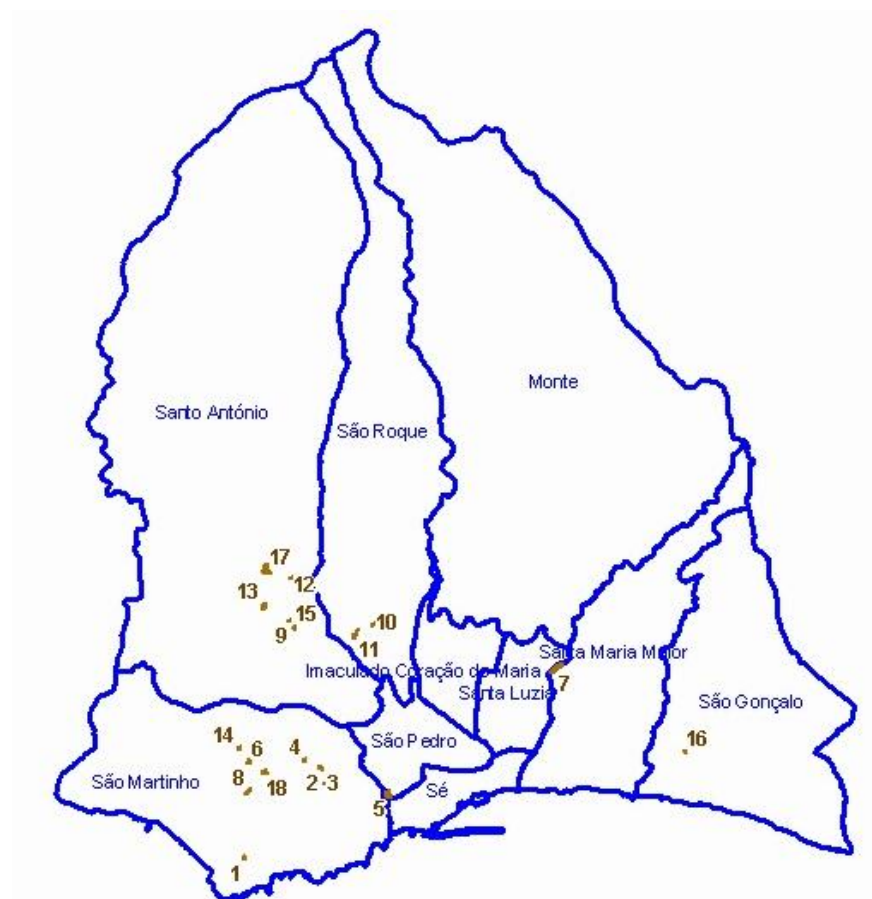


Fig. 1 - Mapa Geral das Hortas Urbanas Municipais. (Fonte: www.cm-funchal.pt).

1. Hortas Municipais do Jardim da Ajuda (2005) – 7 Lotes
2. Hortas Municipais da Azinhaga da Nazaré (2007) – 14 Lotes
3. Hortas Municipais da Azinhaga da Nazaré II (2008) – 4 Lotes
4. Hortas Municipais do Avista Navios (2008) – 9 Lotes
5. Hortas Municipais dos Ilhéus (2009) – 40 lotes
6. Hortas Municipais de S. Martinho (2009) – 22 lotes.
7. Hortas Municipais da Rib^a de João Gomes (2009) – 63 lotes.
8. Hortas Municipais do Amparo (2010) - 34 lotes
9. Hortas Municipais da Rib^a Grande (2010) - 7 lotes.
10. Hortas Municipais Est^a Dr. João Abel de Freitas (2010) - 5 lotes
11. Hortas Municipais da Penteada (2011) - 31 lotes
12. Hortas Municipais da Vitória, Santo António (2011) - 14 lotes.
13. Hortas Municipais da Terra Chã, Santo António (2011) - 52 lotes
14. Hortas Municipais de S. Martinho II (2011) - 30 lotes.

15. Hortas Municipais da Rib^a Grande II, Santo António (2011) - 10 lotes
16. Hortas Municipais de S. Gonçalo (2011) - 8 lotes.
17. Hortas Municipais do Laranjal, Santo António (2012) - 109 lotes
18. Hortas Municipais da Várzea da Igreja, São Martinho (2012) - 39 lotes

A procura por parte dos munícipes pela horticultura tem aumentado significativamente. Atualmente contamos com 1302 de inscritos, dos quais 813 encontram-se em listas de espera para obtenção de parcelas/lotos de cultivo.¹

Esta iniciativa estimula as práticas de cultivo aproximando o cidadão da natureza. Para além das vantagens ambientais representam um papel importantíssimo na economia familiar. “As hortas sociais poderão representar no interior dos bairros ou definidas como parques hortícolas, sendo entendidas como peças indispensáveis à estabilidade social das famílias residentes e das populações próximas que desejam ter um espaço para cultivar e para usufruir como recreio” (Telles, 2003).

A cidade do Funchal, nos últimos anos, tem vindo a crescer rapidamente ocupando extensas áreas rurais constituídas maioritariamente por bananais, vinha e hortícolas e frutícolas diversas. A destruição e/ou abandono progressivo dessas áreas contribuiu para o aumento da temperatura nos centros urbanos, com implicações diretas na qualidade de vida e no aumento dos consumos energéticos. De um modo geral, todos os solos agrícolas devem ser preservados pois constituem uma reserva de solo para a produção alimentar, mesmo que do ponto de vista conjuntural a sua utilização agrícola se revele pouco interessante. As áreas agrícolas são essenciais para o funcionamento e estabilidade do território e favorecem o natural desenrolar do ciclo hidrológico, assumindo-se como componentes fundamentais da Estrutura Ecológica da Paisagem.

Como já foi referido, as vantagens dos espaços agrícolas em solo urbano são inúmeras, com destaque para o papel que poderão representar na economia familiar e na qualidade da alimentação, para além da redução de matéria orgânica no lixo indiferenciado, e como funcionamento de recurso lúdico, de recreio e terapêutico.

A substituição dos espaços intersticiais e sobrantes da cidade, muitas vezes deixados ao abandono e em degradação progressiva durante anos, pela geometria dos

¹ Inscrições efetuadas e verificadas até 06 – 09 – 2012

canteiros agrícolas e pela diversidade das suas culturas, pode ser também, desde que geridos com alguma disciplina, um contributo importante para a qualidade da paisagem da cidade.

Como já referimos, a procura pela agricultura urbana, não sendo um fenómeno recente, tem vindo a crescer em todo o mundo e a Madeira não é exceção. As notícias cada vez mais frequentes sobre a situação financeira do país e de todas as medidas de austeridade, juntamente com o aumento do custo de vida, têm levado a um crescente interesse das populações urbanas por pequenos talhões hortícolas, nas proximidades da habitação, que garantam o consumo de vegetais frescos e de qualidade.

Dando continuidade ao projeto iniciado em 2005 pela autarquia do Funchal, este ano foram entregues dois novos espaços agrícolas aos munícipes interessados, um na Freguesia de Santo António (Hortas Municipais do Laranjal) e outro na Freguesia de São Martinho (Hortas Municipais da Várzea da Igreja) (ver fig. 1). Por serem alvo de projeto durante o período de estágio, é sobre estes que incide a nossa análise relativamente à tipologia de espaço referente a “hortas urbanas”.

O terreno das Hortas Municipais do Laranjal é privado e resultou de uma oferta pública para arrendamento; o das Hortas Municipais da Várzea da Igreja resultou de uma cedência urbanística.

Os espaços surgiram como consequência da ocupação do território por parte do Homem. São espaços sobranceiros, sem usos nem funções definidas, que resultaram da implantação de estruturas construídas como edifícios ou vias de circulação, que condicionados por questões de ordem natural, como o relevo, são deixados ao abandono.

As Hortas Municipais do Laranjal encontram-se numa zona habitacional dispersa (segundo o PDM em vigor) com habitações unifamiliares. A presença da agricultura nesta zona da cidade ainda é bastante perceptível. O terreno apresenta um declive acentuado que é interrompido pela presença de muros de suporte em pedra. A presença destes muros indica que este espaço tinha uma utilização agrícola, como horta.



Fig. 2 – Fotografia aérea com a localização da Horta Municipal do Laranjal. (Fonte: www.cm-funchal.pt).

As Hortas Municipais do Laranjal (Fig. 2) situam-se na Estrada Comandante de Freitas, junto à Ribeira do Laranjal - Santo António, com uma área total de 6525 m² e 110 lotes. Os lotes estão equipados com infraestruturas, nomeadamente água para rega (proveniente da Nascente e Ribeira do Laranjal) e instalações de apoio (Fig. 3). Estas hortas incluem a possibilidade de uma nova função – pecuária - funcionando como complemento natural da horticultura. Os 110 lotes foram distribuídos por três tipologias de utilização: 55 para a horticultura, 15 para a pecuária e 40 lotes mistos, devidamente separados por vedações (Fig. 4). As Hortas Municipais do Laranjal foram entregues em Março de 2012, mas, devido a queixas por parte da população residente, quanto aos possíveis odores resultantes da instalação de pecuária, as hortas começaram por funcionar só com horticultura. Atualmente a pecuária já se encontra instalada na horta e em pleno funcionamento.



Fig. 3 – Hortas Municipais do Laranjal - Antes e depois da sua instalação. (Fonte: www.cm-funchal.pt).

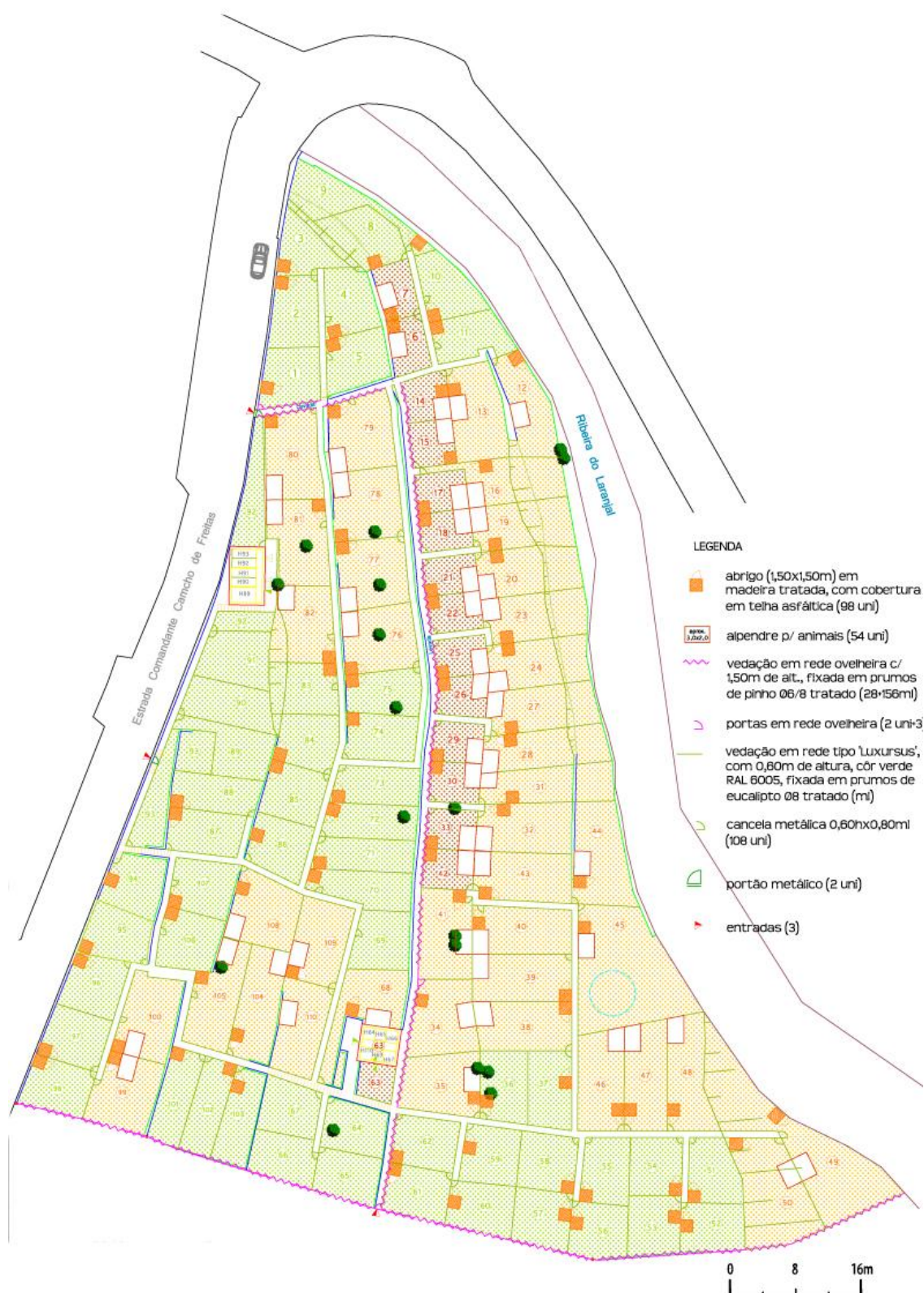


Fig. 4 – Mapa das Hortas Municipais do Laranjal, Santo António (2012) - 110 lotes. (Fonte: www.cm-funchal.pt).

As Hortas Municipais da Várzea da Igreja situam-se entre a Vereda da Vargem e a Avenida D. Teodoro Faria – São Martinho (Fig. 5), resultam de um espaço sobrance cedido à câmara onde inicialmente estava destinada a construção de um jardim. No entanto, pela procura crescente por espaços agrícolas, a CMF optou pela construção de hortas urbanas também neste espaço.



Fig. 5 – Fotografia aérea com a localização do terreno cedido à Câmara. (Fonte: www.cm-funchal.pt).

As Hortas Municipais da Várzea de Igreja (Fig. 6) apresentam uma área total de 2320 m² e estão divididas em 39 lotes de horticultura. Os lotes estão equipados de infraestruturas, nomeadamente água para rega (proveniente da Levada Nova do Curral e Castelejo) e instalações de apoio (Fig. 7).

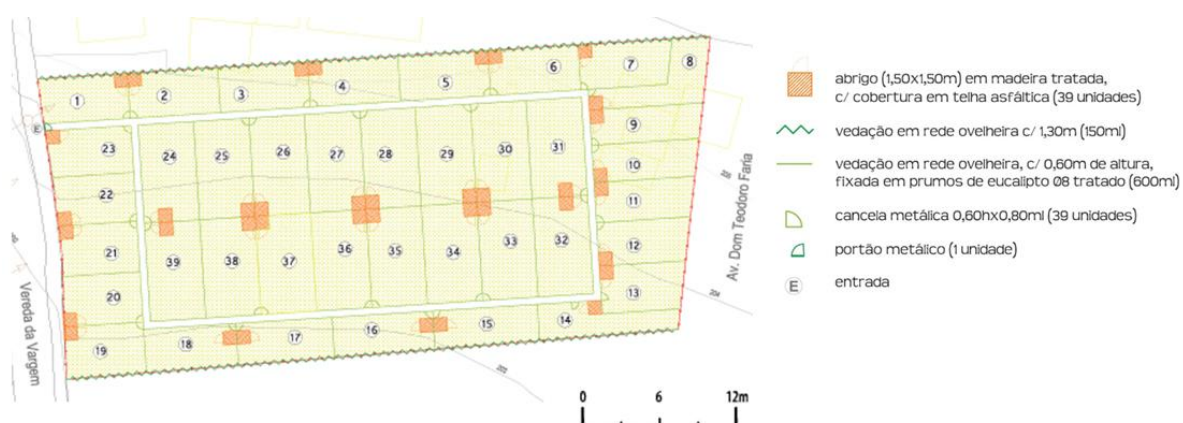


Fig. 6 - Mapa das Hortas Municipais da Várzea da Igreja, São Martinho (2012) - 39 lotes. (Fonte: www.cm-funchal.pt).



Fig. 7 – Hortas Municipais da Várzea da Igreja. (Fonte: www.cm-funchal.pt).

Apesar da crescente procura por parcelas de cultivo, esta não pode ser a única razão para a construção de uma horta urbana. O carácter do espaço tem que ser tido em conta. A Horta Municipal da Várzea da Igreja está situada numa zona habitacional de média a alta densidade, com plano de urbanização em vigor, onde a presença de espaços abertos de lazer são cada vez menores.

Apesar de em muitos casos já ter sido aprovada a construção dos edifícios habitacionais, devido a questões financeiras esta construção tem vindo a ser adiadas. É o caso do espaço onde estão situadas as hortas urbanas da Várzea da Igreja. Trata-se de um espaço vazio no tecido urbano, cedido para a construção de um espaço aberto e permeável, destinado a equipamentos coletivos.

Na nossa opinião, a opção de construção de uma horta urbana neste espaço, não foi a melhor opção a longo prazo, uma vez que se trata de um espaço que futuramente vai estar entre dois prédios habitacionais. Seria mais interessante a existência de um espaço aberto de lazer que pudesse ser usufruído por todas as faixas etárias da população residente.

A nossa participação neste projeto não foi a nível do desenho da proposta mas no seu apoio ao nível do secretariado.

1.2 PROJETO DE REQUALIFICAÇÃO DO JARDIM PANORÂMICO

1.2.1 ANÁLISE E CARACTERIZAÇÃO

1.2.1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

O Jardim Panorâmico está situado no lado Oeste do Funchal, em plena zona turística, entre o Passeio Marítimo e a Estrada Monumental (Fig. 8).



Fig. 8 – Planta do Passeio Público Marítimo com a localização do Jardim Panorâmico. (Quintal, 2007, p. 122).

O Jardim Panorâmico teve a sua abertura em Abril de 2005, ocupando uma área de 5,400 m², a uma altitude entre os 35 e 55m. O jardim dispõe de uma excelente vista sobre a orla costeira, sobre o ilhéu do Gorgulho e sobre o oceano Atlântico até às Desertas. O jardim distribui-se por diversos patamares, os quais remetem para a imagem dos socalcos agrícolas construídos com muros de basalto, que tanto caracteriza as encostas da Ilha (Fig. 9).

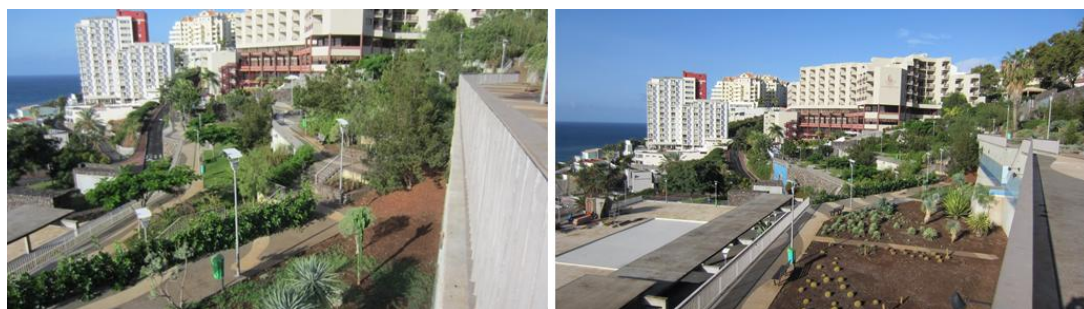


Fig. 9 - Jardim construído em Socalcos.

Para além do lazer que este jardim proporciona, temos a oportunidade de observar toda a sua riqueza a nível botânico. Podemos encontrar alguns elementos representantes da Laurissilva (Flora Indígena de Média Altitude), algumas das espécies com maior valor ornamental das arribas da Madeira, capazes de suportar a proximidade do mar (Flora Indígena Litoral), assim como uma área dedicada aos catos e suculentas no setor de maior insolação.

Ao longo do percurso principal de travessia do jardim, na proximidade da cafetaria e junto aos elementos de água podemos encontrar uma vegetação mais luxuriante e de maior diversidade de cor (Zona Tropical) (Fig. 10).



Fig. 10 – Planta de zonamento. (Fonte: Câmara Municipal do Funchal).

O jardim contou com a participação do artista plástico madeirense Rigo, autor do desenho do pavimento e também da elaboração dos diversos painéis em azulejos relativos às panorâmicas visíveis a partir do local (Fig. 11). Um outro aspeto valorizador da imagem do jardim são os muros de pedra basáltica aparelhada.



Fig. 11 – Azulejos, Artista Plástico Rigo.

1.2.2 ANÁLISE E CARATERIZAÇÃO DO ESPAÇO DE INTERVENÇÃO

O jardim panorâmico é caracterizado pela sua construção em socalcos e pela grande variedade vegetal que apresenta. Como já foi referido, o jardim apresenta inúmeros pontos fortes e valorativos, nomeadamente a vistas panorâmicas e os muros de pedra basáltica aparelhada. Como ponto fraco destaca-se a vegetação mal adaptada que deveria ser substituída e a falta de sombra.

A vegetação está organizada em dois núcleos: plantas indígenas (do litoral e de média altitude) e plantas exóticas (suculentas e espécies tropicais). As espécies indígenas do litoral apresentam-se bem adaptadas, enquanto as formações vegetais dos andares fitoclimáticos mais elevados (espécies indígenas de média altitude) apresentam algumas dificuldades de adaptação e de desenvolvimento devido ao calor e à maresia.

Consideramos que a vegetação, elemento imprescindível na construção deste jardim, apresenta inúmeras fragilidades: Os dois núcleos de vegetação, que caracterizavam o jardim já não são perceptíveis, em alguns dos casos, e noutros até já desapareceram, como é o caso das espécies tropicais na zona da cascata e na própria cascata (Fig. 12).



Fig. 12 – Zona da cascata, substituída por área plantada.

Desde a sua criação o jardim panorâmico foi alvo de varias intervenções, sobretudo a nível da vegetação, que tiveram como objetivo a melhoria contínua do espaço. A par da vegetação, numa tentativa de criação de mais opções de lazer, a ultima requalificação veio introduzir neste jardim um parque infantil e um circuito de mini golf.

Para melhor análise e compreensão da situação existente elaboramos um esquema visual do Jardim Panorâmico (Fig. 13), onde identificamos as manchas de vegetação arbórea, os elementos polarizadores e os fluxos de circulação.

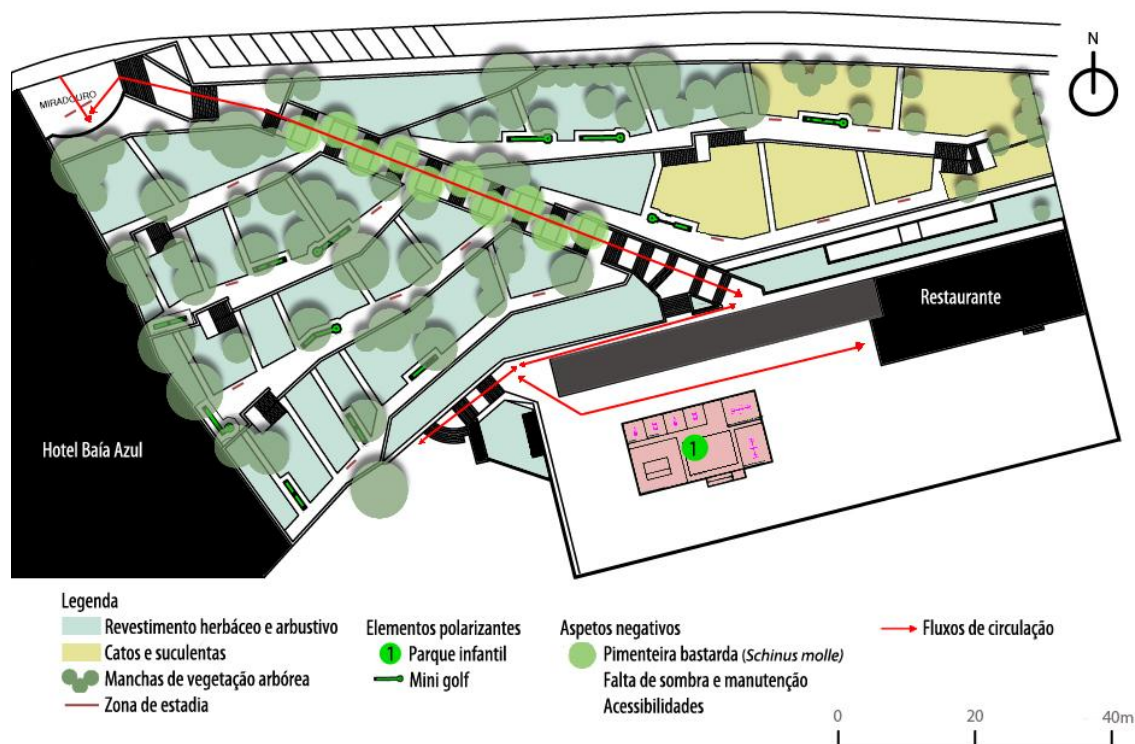


Fig. 13 – Esquema visual do Jardim Panorâmico.

Tratando-se de um espaço aberto e exposto à incidência solar, verifica-se uma grande falta de sombra nas zonas de estadia, impossibilitando a permanência no espaço. Apesar de existência de um coberto arbóreo significativo, a sua localização não permite obter sombra nas zonas de estadia e na maioria dos percursos.

A vivência deste jardim faz-se principalmente por turistas que visitam a região, sendo quase desconhecido ou pouco apreciado pela população local, muito devido às fracas acessibilidades ao mesmo.

O jardim é utilizado essencialmente para atravessamento diário, sendo pouco utilizado como zona de estadia. O aspeto negativo observado, para além da falta de sombra e de manutenção, são as acessibilidades (Fig. 14).

O fato de o jardim ser só acedido a partir de lances de escadas condiciona o seu uso. Outro agravante é a utilização de pimenteiras bastardas (*Schinus molle*) nos

canteiros ao longo das escadas centrais que atravessam todo o jardim, que dificulta o atravessamento devido aos ramos pendentes.



Fig. 14 – Fotografias recolhidas numa visita ao local, onde podemos observar a falta de manutenção.

Com a recente intervenção o espaço apresenta um princípio distinto do original, apoiado no conceito de lazer e recreio associado a equipamentos desportivos e não pela sua riqueza botânica.

Na nossa opinião a recente requalificação veio alterar significativamente todo o conceito inicial do projeto. A introdução de um circuito de minigolf, apesar de constituir um ponto de atração e potenciador da utilização do espaço, desrespeitou o carácter do jardim. Este apresentava uma identidade muito própria, que tinha na sua construção referências as construções em socacos característicos da encostas da Ilha e à sua riqueza botânica. Esta alteração veio descaracterizar o espaço.

1.2.2.1 PROPOSTA DE REQUALIFICAÇÃO – ESQUEMA DA VEGETAÇÃO

Esta proposta surge por iniciativa própria e pelo fato de não estarmos inteiramente de acordo com as opções tomadas, nomeadamente com a alteração do jardim panorâmico para um espaço de recreio desportivo.

O material vegetal, com a sua riqueza plástica tem um papel fundamental na composição dos espaços. Os aspetos identitários do jardim são a sua construção em socalcos, os grandes muros de suporte em pedra basáltica, as ótimas vistas panorâmicas sobre o mar, a grande variedade vegetal e a luminosidade intrínseca do espaço. No entanto, teria sido mais adequado tirar partido das cores, formas e texturas oferecidas pela vegetação e construir espaços que respeitassem o seu caráter.

A nossa proposta consiste em criar em cada socalco situações distintas a partir da vegetação para, assim, desta forma, obtermos ambiências distintas (Fig. 15). Contudo de modo a criar uma linguagem comum a todo o jardim optámos tanto pela repetição de alguns exemplares florísticos como na forma como estão dispostos no espaço.

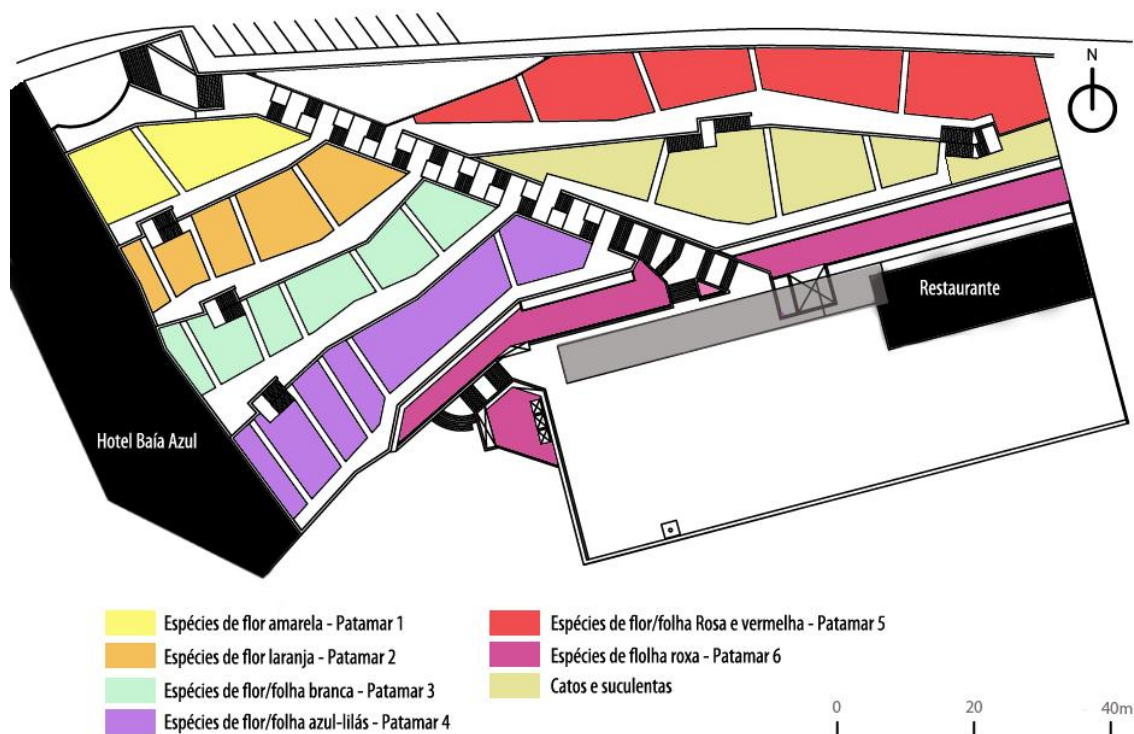


Fig. 15 – Esquema geral da vegetação.

A opção de distribuir a vegetação pelos diferentes socacos através da cor, tem como objetivo conferir ao espaço ambiências próprias estimulando os seus visitantes a percorrer todo o espaço. Apesar das espécies apresentarem uma característica comum, por exemplo a cor da flor ou a folha, apresentam simultaneamente texturas, formas, aromas, dimensões e épocas de floração distintas, dotando o espaço de uma dinâmica muito própria que varia ao longo do ano.

Optou-se por respeitar o desenho inicial da vegetação que, juntamente com a estereotomia do pavimento remetem para a imagem das ondas do mar (Fig. 16).

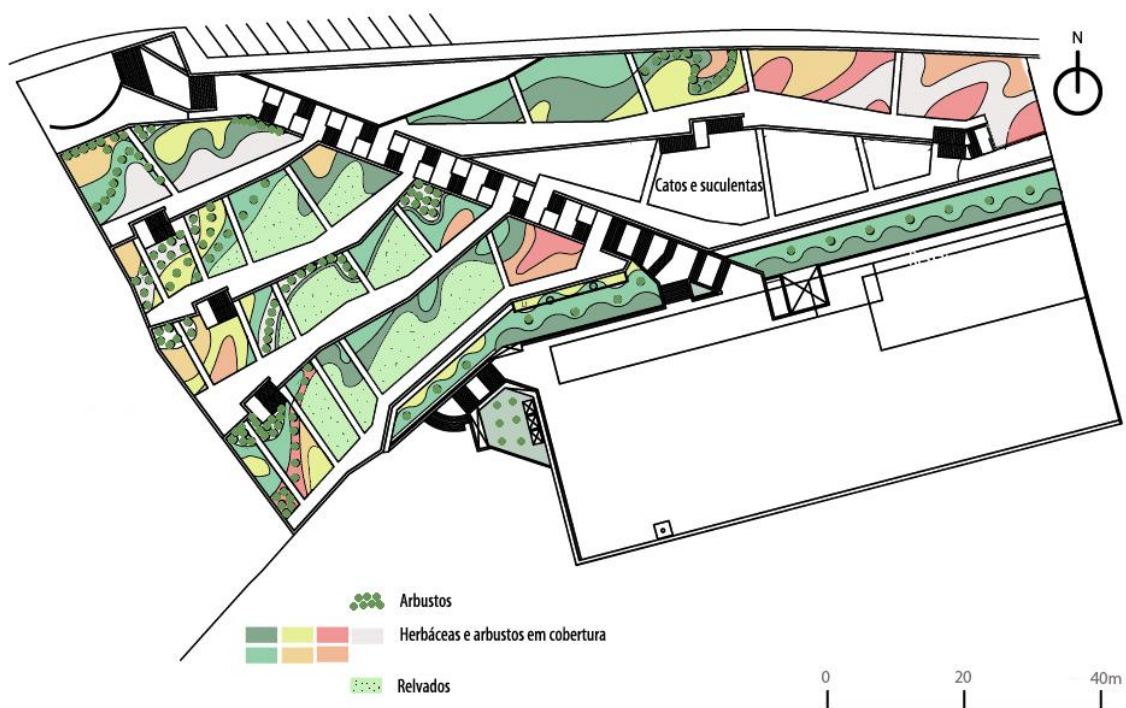


Fig. 16 – Plano de vegetação herbácea e arbustiva. (Fonte: Câmara Municipal do Funchal).

Assim, selecionaram-se espécies que se adaptassem às condições físicas do espaço, a proximidade do mar e a exposição solar, e que respeitassem as paletas de cores selecionadas para cada patamar. No caso do patamar de catos e suculentas optou-se por mantê-lo, pois trata-se de um espaço distinto que caracteriza este jardim.

Optou-se pela utilização de espécies pouco volumosas de cores fortes e vibrantes - amarelo, laranja e vermelho - nos patamares 1, 2 e 5 respetivamente. Estes três patamares são os que mais beneficiam de sombra, devido a ao grande número de

espécies arbóreas presentes, assim, selecionou-se uma montra de cores vivas de modo a dar mais luz nos seus interiores.

Os patamares 3 e 4 desempenham um papel neutro a nível de cores – branco e azul/lilás respetivamente. Por último, o patamar 6, que representa o patamar mais visível para quem entra, a sul, no jardim, desta forma, optou-se por utilizar uma cor forte – o roxo – de modo a despertar curiosidade dos utilizadores em visitar o interior do jardim.

Desta forma, a escolha do material vegetal recaiu essencialmente sobre a utilização de um revestimento herbáceo-arbustivo. Como já foi referido, cada patamar apresenta ambiências distintas baseadas em especificidades próprias:

No patamar 1 optou-se por espécies de flor amarela, pontuou-se o espaço com duas espécies distintas, nomeadamente a *Genista tenera* e *Dietes bicolor*; o primeiro por ser um arbusto muito característico na Ilha com grande densidade de floração; o segundo por se tratar de uma herbácea perene com ramos eretos e com floração quase todo o ano. Quanto a herbáceas de revestimento selecionou-se espécies pouco volumosas com texturas distintas, a *Santolina chamaecyparissus*, *Senecio douglasii*, *Sedum dendoideum* (Fig. 17).

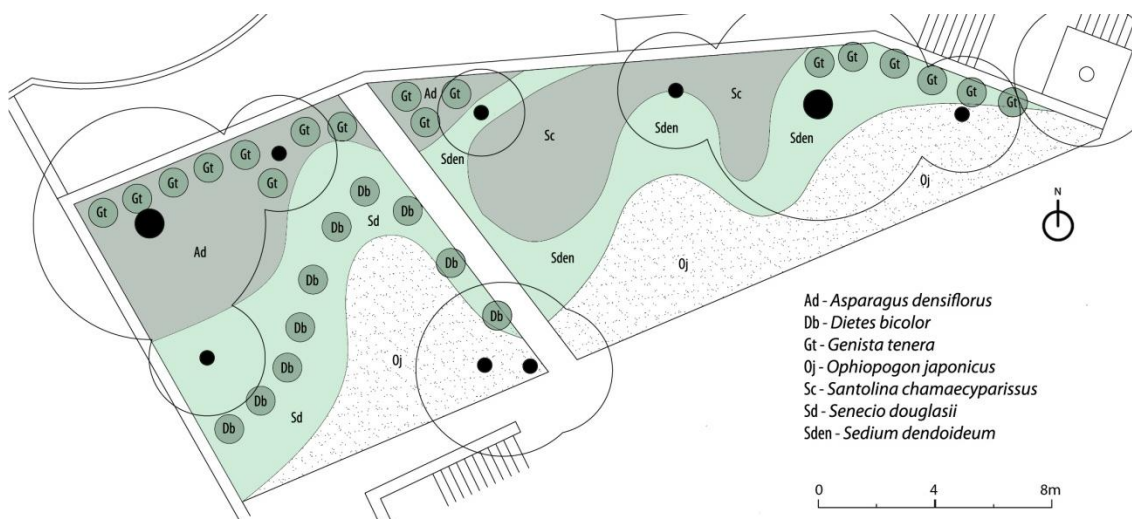


Fig. 17 – Patamar 1

No patamar 2, a escolha recaiu sobre espécies de flor laranja, pontuou-se o jardim com herbáceas com hastes compridas e verticais, nomeadamente a *Canna* (hybrids), *Strelizia reginae* e *Kniphofia uvaria*. Para a cobertura optou-se por herbáceas de

pequena dimensão; *Clivia miniata*, *Gazania rigens* 'Fiesta red' e *Russelia equisetiformes*. Optou-se por colocar uma espécie distinta - *Heliconia bihai* - com hastes compridas e verticais nos limites norte do patamar, na interseção dos muros (Fig. 18).

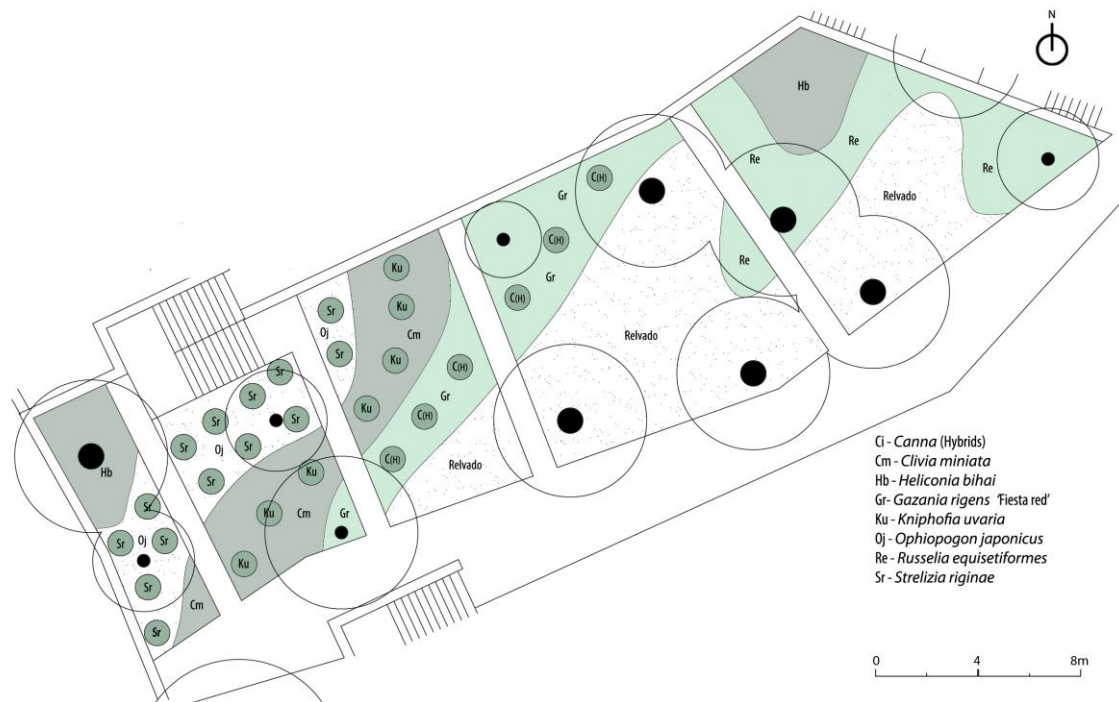


Fig. 18 – Patamar 2

No patamar 3, selecionou-se espécies de flor e/ou folha branca. Pontuou-se o espaço com um arbusto caduco de grande dimensão e densidade de floração - *spirea cantoniensis*. O restante espaço está revestido com herbáceas de diferentes dimensões e texturas, nomeadamente o *Argyranthemum pinnatifidum*, *crassula argenta*, *Helichrysum devium*, *helichrysum melaleucum*, *Tulbaghia simmleri*, e *Agave angustifolia* 'Marginata' (Fig. 19).



Fig. 19 - Patamar 3

No patamar 4, deu-se preferência as espécies de flor e/ou folha azul-lilás, selecionou-se uma herbácea de flor muito ornamental - *Geranium maderense* - para pontuar o espaço. Optou-se por uma sebe perene com uma espécie endémica, *Echium nervosum*, num dos limites. No restante espaço selecionou-se herbáceas de diferentes dimensões e texturas, *Agaphantus praecox*, *Globularia salicina*, *Lavandula pinnata*, *scilla maderensis*, *Hemigraphis alternata* (Fig. 20).



Fig. 20 – Patamar 4

No patamar 5, escolheu-se espécies de flor e/ou rosa e vermelha, optou-se por pontuar o espaço com um arbusto de folha caduca e de média dimensão, *Berberis thumbergii*. Por se tratar de um patamar de menor largura selecionou-se espécies de pequena dimensão; *Aechmea fasciata*, *Bergenia crassifolia*, *Polygumum capitatum* e *Solenostemon scutellarioides*; à exceção dos arbustos - *Cordyline terminalis* e *Cordyline terminalis* 'Red Sister' - que apresenta uma maior dimensão (Fig. 21).

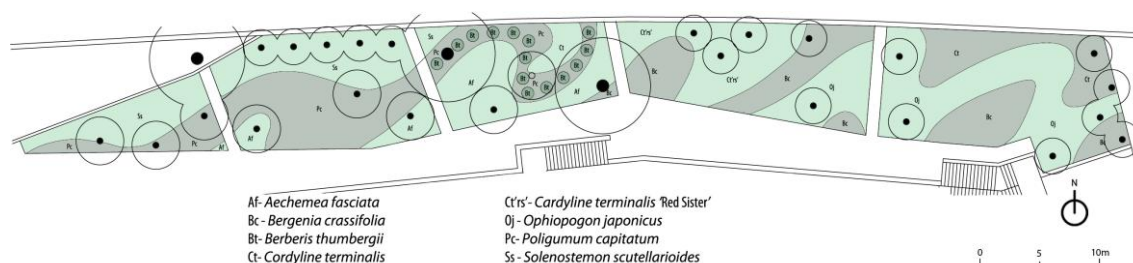


Fig. 21 – Patamar 5

No patamar 6, por tratar-se de um canteiro estreito e de pequenas dimensões optou-se pela utilização de uma espécie de folha roxa, *Tradescantia pallida* em contraste com os verdes do *Asparagus densiflorus*, *Ligularia tussilaginea*, *Phormium tenax* (Fig. 22).

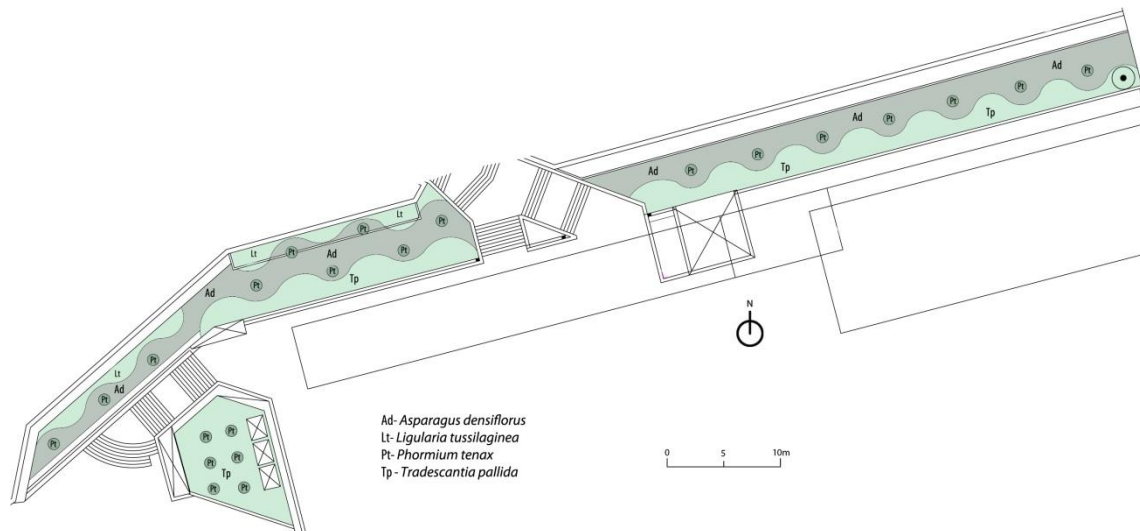


Fig. 22 – Patamar 6

Como elemento comum entre todos os patamares à exceção do patamar 6 e dos catos e suculentas, optou-se pelo uso da herbácea de revestimento *Ophiopogon japonicus*.

1.3 PROJETO DE REQUALIFICAÇÃO DA QUINTA DEÃO – ESTUDO PRÉVIO

1.3.1 ANÁLISE E CARATERIZAÇÃO

1.3.1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

A Quinta Deão situa-se a este da Rua nova do Deão e apresenta uma área de 2400m². A Quinta Deão original, que ocupava uma área de 20000m², foi destruída em 1955, altura em que foi vendida e retalhada para a construção de moradias.

Este projeto corresponde à requalificação do que restou da “Antiga Quinta Deão”. Para uma melhor análise realizámos uma pesquisa sobre dados relativos à “Antiga Quinta Deão”, de modo a perceber um pouco da sua história e o que levou à sua destruição.

Segundo Raimundo Quintal, “A Quinta da Madeirense não é uma propriedade rústica com casa de habitação. É uma unidade territorial que associa objetivos económicos e recreativos, formada por três componentes inseparáveis: - a casa, de habitação ou apenas para férias, com todo o conforto das abastadas residências urbanas, sóbrias nas formas arquitetónicas e normalmente localizadas num ponto com ótima vista; os jardins, que graças às condições climáticas locais, conseguem reunir, com interessante sentido artístico, grande variedade de árvores, arbustos e herbáceas ornamentais; a área agrícola e/ou mata donde nem sempre era possível tirar rendimento suficiente para manter a propriedade.” (Quintal, 2007, p. 20).

A Quinta Deão conhecida como “O Deado” (“The Deanery” para os Ingleses), foi a residência oficial do Deão da Sé do Funchal. Este cargo foi criado pela própria bula pontifícia que instituiu a diocese, fazendo-se nela expressa menção do sacerdote que deveria exercer as funções destinadas ao serviço paroquial. Freire Nuno Cão foi um dos primeiros sacerdotes que, a pedido do Infante D. Henrique, enviou a Ordem de Cristo à Madeira. Em 1514 foi o primeiro pároco da freguesia da Sé, ao ser criada esta freguesia, e também o primeiro Deão. Os últimos eclesiásticos que ocuparam o Deado da Sé do Funchal foram António Joaquim Gonçalves de Andrade, em 1853; Aires de Ornelas de Vasconcelos, em 1860 e João Joaquim Pinto em 1888.

A Quinta Deão passou para mãos privadas e serviu, por um determinado período de tempo, como residência do Cônsul Britânico na Madeira. Em 1836, George Stoddart

foi nomeado cônsul e em 1846, a quinta ficou conhecida como Quinta Stoddart. Numa Carta de Robert Wallas, datada de 31 de maio de 1863, para a sua filha Jane, podemos encontrar uma descrição da quinta:

(...) “The situation is delightful – scarcely a quarter of an hour’s walk from Funchal, and enjoying, from its comparative elevation, a beautiful view down de valley to the city (which, though so near, is scarcely visible from the Orange-trees and cypresses that embower us), to the bay and coast and the blue Desertas beyond.”

(...) “Our great luxury, however, is the garden. It i sone of the largest and most beautiful in the Island. A spacious vine corridor runs around nearly the whole extent, under the green arches of which in summer, you mai either ride or walk in coolness, while the interior space forma a ‘leafy labyrinth’, in which trees and shrubs, flowers and fruits of every clime are heres crowded into a wilderness of shade and beauty.

The higher part of the ground, upon which stand the house, its elevated considerably above the rest, and divided from it by a terrace of considerable height. The circumstance its of a very happy effect for the beauty of the garden: it in a manner doubles its extent, and multiplies its variety; while the wall of the terrace, in some parts nearly twenty feet high, affords an admirable field for every species of tropical creeper, to luxuriate, as it were, at full lenght, and to put forth its leaves and blossom to the sun, in all fearlessness which such a climate and aspect justify.

Above the house the ground rises another step, and the boundary of the garden here is a wall of native rock, which is half veiled whit the trees and trailing plants interposed to relieve its raggedness. The freshness of the scene is completed by the tanks, always copiously supplied with running water, and which whith a little trouble might, i think, bring into play as fountains”.

(Hoare, 2004, p. 94)

A casa e os jardins superiores ocupavam 6400 m² e os jardins inferiores incluíam campos de ténis e “badminton”; o jardim de rosas ocupava 8980 m². O jardim da cozinha, o pomar e o galinheiro estavam localizados a Nordeste da propriedade.

A localização da casa permitia uma excelente vista sobre os jardins e também sobre a cidade, a baía, a costa e as desertas. O solo, puramente vulcânico, era extremamente fértil; combinado com as condições climáticas ideais permitia que uma grande variedade de flora tropical florescesse. Prova disso era o arvoredado presente nos espaços interiores da quinta. A quinta atraía muitos dendrologistas e amantes da natureza, encantados pelo tamanho das árvores.

Em 1902 Charles Lubbock Power compra a Quinta Deão e constrói uma nova casa, de “género inglês” – tipo senhorial ligada à antiga casa de “género português”. A casa tinha três entradas: a primeira entrada tinha uma fachada em arco, com cinco janelas e uma porta que dava acesso ao corredor da casa (Fig. 23); a segunda entrada estava situada num lado da casa (na fachada oeste) e levava à sala de forma octogonal que continha a biblioteca (fig. 24); a terceira entrada era alcançada através de um lance de degraus em pedra, com as guardas ocultas com trepadeiras desde o nível mais baixo até a um alpendre com cobertura circular (Fig. 25).

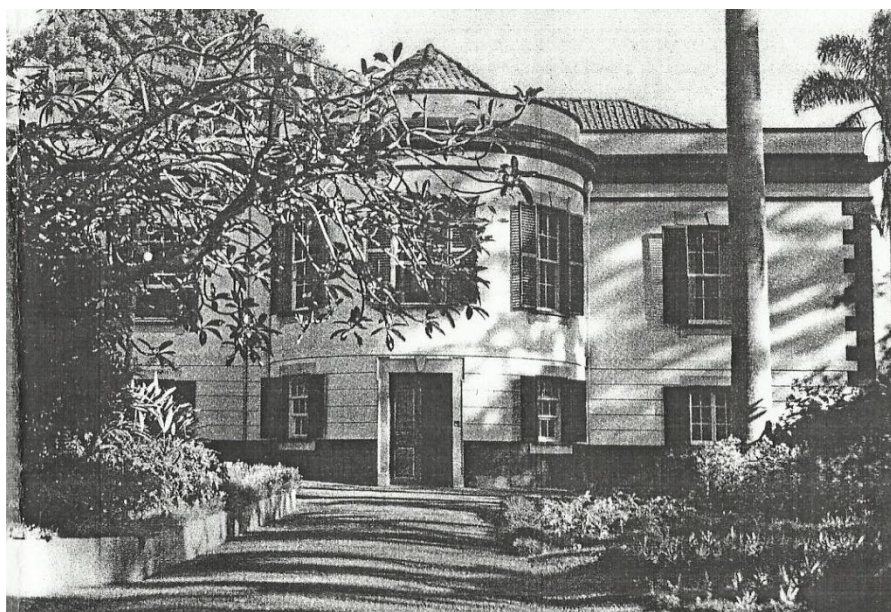


Fig. 23 – Primeira entrada. Fotografia datada de 1950. (Hoare, 2004, p. 93)



Fig. 24 – Segunda entrada da casa. Fotografia datada de 1950. (Fonte: Biblioteca privada do Eng.º Henrique Costa Neves, Vereador da Câmara Municipal do Funchal).



Fig. 25 – Terceira entrada da Casa. Fotografia datada de 1950. (Fonte: Biblioteca privada do Eng.º Henrique Costa Neves, Vereador da Câmara Municipal do Funchal).

A quinta Deão era conhecida pela qualidade dos belos exemplares florísticos, representativos da flora da Austrália, África do sul, regiões Equatoriais, Índia, etc., sendo muito admirada por todos os que a visitavam (Fig. 26). O seu proprietário Charles Power, grande apaixonado pela horticultura, importou uma vasta variedade de árvores e arbustos, raros, de todo mundo.



Fig. 26 – Cartografia de 1967 com a possível delimitação da Quinta Deão. (Fonte: www.cm-funchal.pt).

Os exemplares arbóreos incluíam um eucalipto de flor vermelha da Austrália, uma grande cânfora e uma “astropaea” de Madagáscar, auracarias do Japão, um ginkgo da China, uma árvore-da-borracha da Índia; e uma árvore-do-pão da África do Sul (Fig. 27). Nem todas as árvores foram importadas; algumas já existiam na ilha, como por exemplo: os dragoeiros, a carolina da Abissínia, magnólias, uma araucária da Queenslândia, canforeiras, tils, barbuzanos, etc.

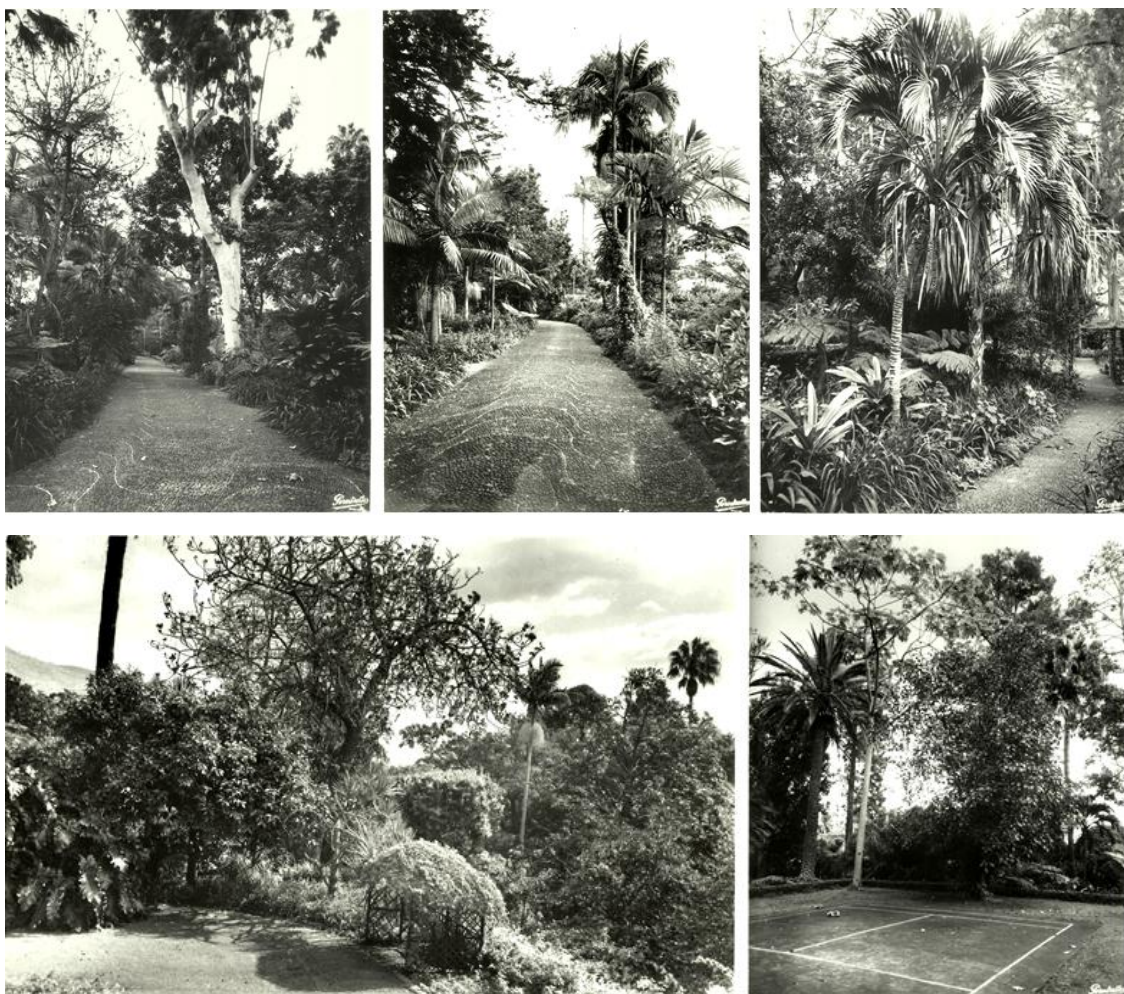


Fig. 27 – Fotografias do jardim da Quinta Deão, datadas de 1950. (Fonte: Biblioteca privada do Eng^o Henrique Costa Neves, Vereador da Câmara Municipal do Funchal).

Após a morte do último proprietário - Charles Power a quinta foi deixada ao abandono e entrou em declínio. No final do ano de 1951, a viúva de C. Power e os seus herdeiros decidiram vender a quinta. Num comunicado ao Secretariado Nacional de Informação de Lisboa, a 29 de Outubro de 1951, podemos encontrar o seguinte: “Pertence hoje à viúva de C. Power que pretende vender e pena é que vá parar à mão de particulares, e possivelmente de estrangeiros, que a não saibam apreciar, deixando estragar a rica coleção botânica que encerra e privando de a poderem visitar todos os que se interessam por estas coisas.”

Está provado que a Madeira possui condições especiais para poder servir de terra de climatização de plantas das diversas zonas e que por isso teria o maior interesse científico, turístico e nacional, a existência na Madeira de um Jardim Botânico com secções em diversas altitudes correspondente a diversos climas. Tudo indica, como

núcleo central para essa organização a Quinta Deão pelos belos exemplares que já possui, pela sua localização e área, e ainda pelo fato de possuir possuindo casa que poderia servir para museu ou para qualquer serviço ligado com o Jardim Botânico.

Apesar de todas as preocupações em manter vivos os exemplares florísticos que a Quinta possuía, e de transformá-la num Jardim Botânico ou na Sede para o Serviço Florestal, na realidade, a Quinta foi vendida a particulares em 1956, que pretendiam construir um Hotel-Apartamento. No entanto, a presença de vegetação arbórea e arbustiva constituída por espécies raras, algumas únicas na ilha, impossibilitou esta construção devido à sua classificação de interesse público, botânico, paisagístico e turístico.

Num Comunicado dirigido ao Chefe de Repartição de Turismo do Secretariado Nacional de Informação, em Lisboa a 9 de Julho de 1956, consta que: “(...) a Quinta Deão foi vendida e vai ser retalhada para construção de moradias. Como nota, diremos que é pena ver desaparecer tão importante núcleo de raros e belos exemplares da flora de diversas partes do mundo devidamente aclimatadas.”

Face aos interesses de ordem material que aquela área e local despertavam, não só ao proprietário como ainda aos negociantes do terreno e construtores civis, etc., a vegetação arbórea e arbustiva foi progressivamente danificada e destruída com o firme propósito de tirar àquela quinta e jardim o interesse que tinham inicialmente.

Em 1971 foi aprovado pela Câmara Municipal do Funchal a construção de um prédio Hotel-Apartamento. A Quinta Deão, uma das mais antigas Quintas da cidade do Funchal, detentora de um grande jardim com numerosas espécies florestais exóticas foi destruída, restando apenas alguns exemplares florísticos que serão enquadrados no empreendimento (Fig. 28).

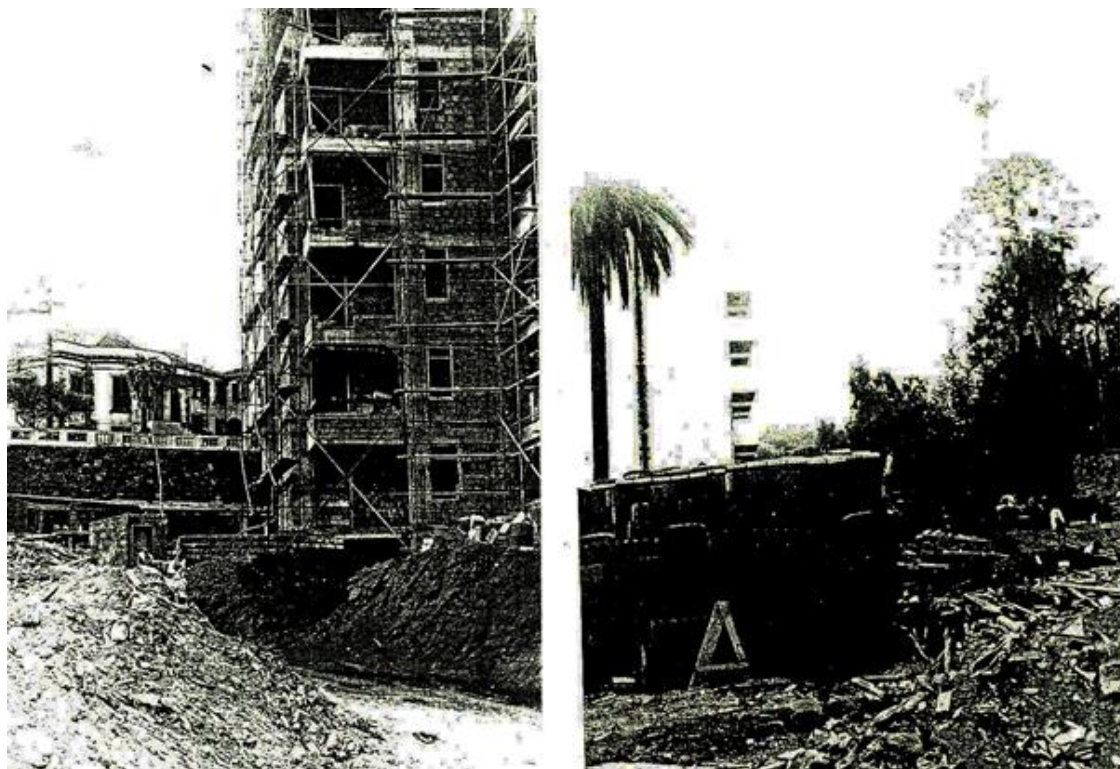


Fig. 28 – Fotografias da construção do Hotel-Apartamento, onde podemos observar a casa da Quinta Deão (à esquerda) e a auracaria com a vegetação densa da Quinta (à direita). (Fonte: Arquivo Regional da Madeira).

A Quinta Deão foi completamente destruída em 1980 restando hoje apenas memórias, entre elas algumas palmeiras, algumas casuarinas, uma auracaria, uma carolina da Abissínia, uma figueira-da-Índia, e o nome Rua Nova da Quinta Deão. A Quinta foi parcelada e vendida dando lugar a uma urbanização que ridiculariza o passado.

Atualmente, de uma área de 20000 m² que a Antiga Quinta Deão apresentava, restaram 2400 m² (Fig. 29) de espaço degradado com utilizações que agravam a insegurança. Este é um bom exemplo do que pode acontecer quando os interesses de ordem material se sobrepõem aos valores naturais, culturais, ecológicos, estéticos e paisagísticos.



Fig. 29 – Cartografia de 1967 com a possível delimitação da Quinta Deão (a Azul) e o limite atual da Quinta Deão (a Vermelho). (Fonte: www.cm-funchal.pt).

1.3.1.2 ANÁLISE E CARATERIZAÇÃO DO ESPAÇO DE INTERVENÇÃO

Numa primeira análise ao local, apercebemo-nos que este apresenta inúmeras fragilidades e um elevado grau de degradação, nomeadamente ao nível dos caminhos, dos muros apercebemos do mobiliário urbano e do mau estado fitossanitário da vegetação. Dificilmente nos apercebemos que se trata de uma quinta, não só porque não temos nenhum elemento que a identifique como tal, como a casa, o jardim ou a horta. Simplesmente encontrámos um espaço público degradado e sem qualquer tipo de manutenção.

Para melhor análise e compreensão da situação existente elaboramos um esquema visual da Quinta Deão (Fig. 30), onde identificamos os principais eixos visuais, as manchas de vegetação, os elementos polarizadores, os fluxos de circulação.

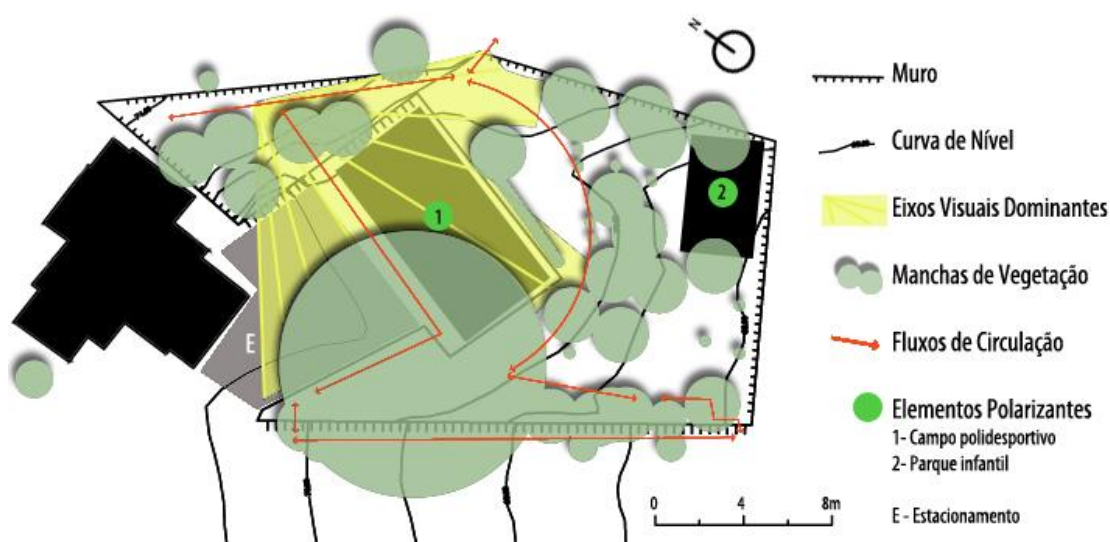


Fig. 30 – Esquema visual da Quinta Deão.

A quinta Deão apresenta um limite bastante definido. Os muros que definem o limite, assim como a presença de prédios habitacionais altíssimos dão um caráter fechado ao espaço. O espaço apresenta um declive mais acentuado a norte e um declive moderado a sul. Na área mais a norte compreendida entre o edifício e o campo desportivo apresenta um talude mais acidentado sustentado com muros de suporte.

O espaço apesar de não ter sido alvo de nenhum projeto de arquitetura paisagista, apresenta áreas bem demarcadas e polarizadoras do espaço, nomeadamente um campo polidesportivo e as respetivas instalações de apoio e um parque infantil,

resultantes de intervenções anteriores. Ao nível da circulação o espaço apresenta uma rede de percursos bem definidos em pedra de basalto, a maioria em boas condições (Fig. 31).



Fig. 31 – Fotografias recolhidas na visita à área de intervenção.

O espaço é utilizado diariamente, maioritariamente pela população local para atravessamento, sendo pouco utilizado como zona de estadia devido a questões de insegurança. Quanto aos eixos visuais dominantes no espaço são pouco representativos devido à densidade do coberto arbóreo. Dado a diferença de cotas, o principal eixo visual incide principalmente sobre o campo polidesportivo.

A presença de um denso coberto arbóreo confere ao espaço um carácter sombrio. Como já foi referido, podemos encontrar inúmeras palmeiras, duas casuarinas, uma carolina da Abissínia e uma figueira-da-índia. Alguns destes exemplares vegetais apresentam um mau estado sanitário. É o caso da figueira-da-índia (*Ficus benjamina*), que apesar de ser um exemplar arbóreo de carácter monumental, com aproximadamente 20m de copa, encontra-se em muito mau estado fitossanitário (Fig.

32); quanto às palmeiras, que cobrem quase todo o espaço, muitas encontram-se em tratamento devido ao escaravelho da Palmeira - *Rhynchophorus ferrugineus*.



Fig. 32 – Mau estado sanitário da Figueira-da-índia (*Ficus benjamina*), raízes estranguladas e colo da árvore cimentado.

A iluminação existente está bem situada, apesar de algumas colunas estarem vandalizadas e outras terem sido retiradas. O mobiliário urbano apresenta, também, sinais visíveis de degradação. O equipamento infantil, contudo, encontra-se em boas condições.

Por estar situado numa zona problemática da cidade, este jardim foi sempre alvo de utilizações que agravaram a insegurança. Como pontos fracos a anular destacam-se os fenómenos de marginalidade associados à insegurança potenciada pela existência de espaços degradados e abandonados. Outro problema neste espaço é o facto de não ter abastecimento de água para rega.

Apesar do espaço apresentar várias áreas detentoras de potencialidade, não apresenta unidade, o que em muito se deve a tempos de construção diferentes e à ausência de planeamento. O resultado é um espaço degradado e desagradável a qualquer tipo de utilização (Figs. 33; 34 e 35).

Após análise e caracterização do espaço elaborou-se um programa orientador da proposta de intervenção através da inventariação dos principais problemas a resolver (Quadro 1).

Quadro 1 - – Inventariação dos principais problemas e as hipóteses de solução.

Problema	Hipótese de Solução
Excesso de Sombra	<ul style="list-style-type: none"> - Eliminação das Palmeiras (<i>Phoenix canariensis</i>) de 2ª geração; - Eliminação das Palmeiras (<i>Phoenix canariensis</i>) em tratamento; - Eliminação das árvores em caldeira (no arruamento); - Eliminação dos arbustos (<i>Nerium oleander</i>);
Estado sanitário dos exemplares vegetais - <i>Fucus benjamina</i>	- Abrir uma caldeira
Elementos degradados	
- Muros	- Recuperação
- Pavimento degradado em betão	- Substituição para lajes de basalto de modo a criar unidade com o pavimento existente
- Lancis	- Substituição ou recuperação
- Bancos	<ul style="list-style-type: none"> - Substituição - Pintura
- Colunas de Iluminação	<ul style="list-style-type: none"> - Reposição - Pintura
Rega	- Colocação de um sistema de rega automático
Insegurança	- Requalificação do espaço;



Fig. 33 – Caráter sombrio e fechado do espaço.



Fig. 34 – Lancil degradado; caldeiras do arruamento.



Fig. 35 – Elementos degradados.

Foram elaborados, neste projeto, dois estudos prévios. O primeiro estudo respondeu à solicitação por parte da Câmara. A realização de um segundo parte de iniciativa própria, em alternativa ao da Câmara e surge com o objetivo de futuramente poder ser utilizada.

1.3.2 PROPOSTA DE REQUALIFICAÇÃO – ESTUDO PRÉVIO

1.3.2.1 PROPOSTA 1

Para a elaboração da proposta de requalificação foram tidos em conta os principais problemas que o espaço apresenta, e foi apoiada nos conceitos de unidade e valorização estética e funcional do local. Pretendem-se não só melhorar as condições de desenvolvimento das árvores existentes, criando condições para a existência de um sub-coberto harmonioso, como também tirar partido das potencialidades identificadas no espaço de forma a contrariar o sentimento de insegurança existente (Fig. 36).

A presença de um coberto arbóreo denso e a presença de uma rede de percursos e de canteiros bem definidas foi determinante para elaboração desta proposta. Desta forma, optou-se por não alterar significativamente a sua imagem, mas simplesmente criar alguma unidade no espaço, através da uniformização do pavimento, da eliminação de alguns canteiros e da requalificação de um canteiro específico.

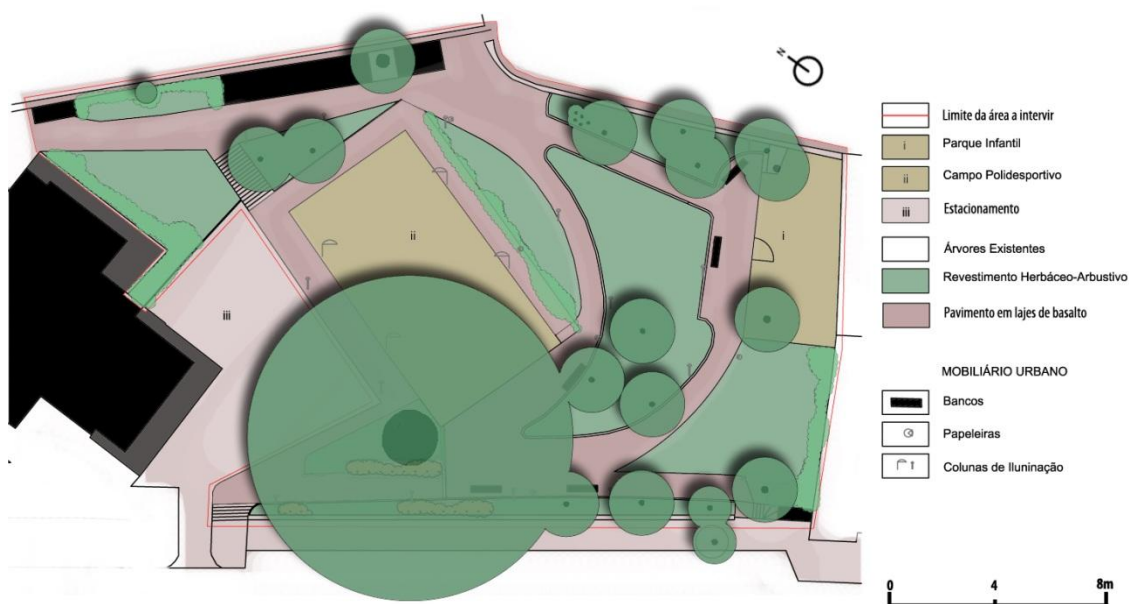


Fig. 36 – Plano geral do Jardim da Quinta Deão.

Ao nível do pavimento, mantêm-se as lajes irregulares de basalto já existentes e substitui-se o pavimento, distinto no interior do jardim, pelas mesmas.

Todos os canteiros apresentam contorno em lancis em betão, à exceção do canteiro central que apresenta um murete também em betão, com uma altura de

0,40m servindo de banco. Muitos dos lancis estão degradados; por isso, propõe-se a recuperação dos mesmos ou a sua substituição por lancis de cantaria. No caso do murete do canteiro central e do canteiro a Este deste, para o qual também se propôs um murete, propõe-se a sua construção em betão capeado a lajes de cantaria, para garantir uma maior comodidade (Fig. 37).

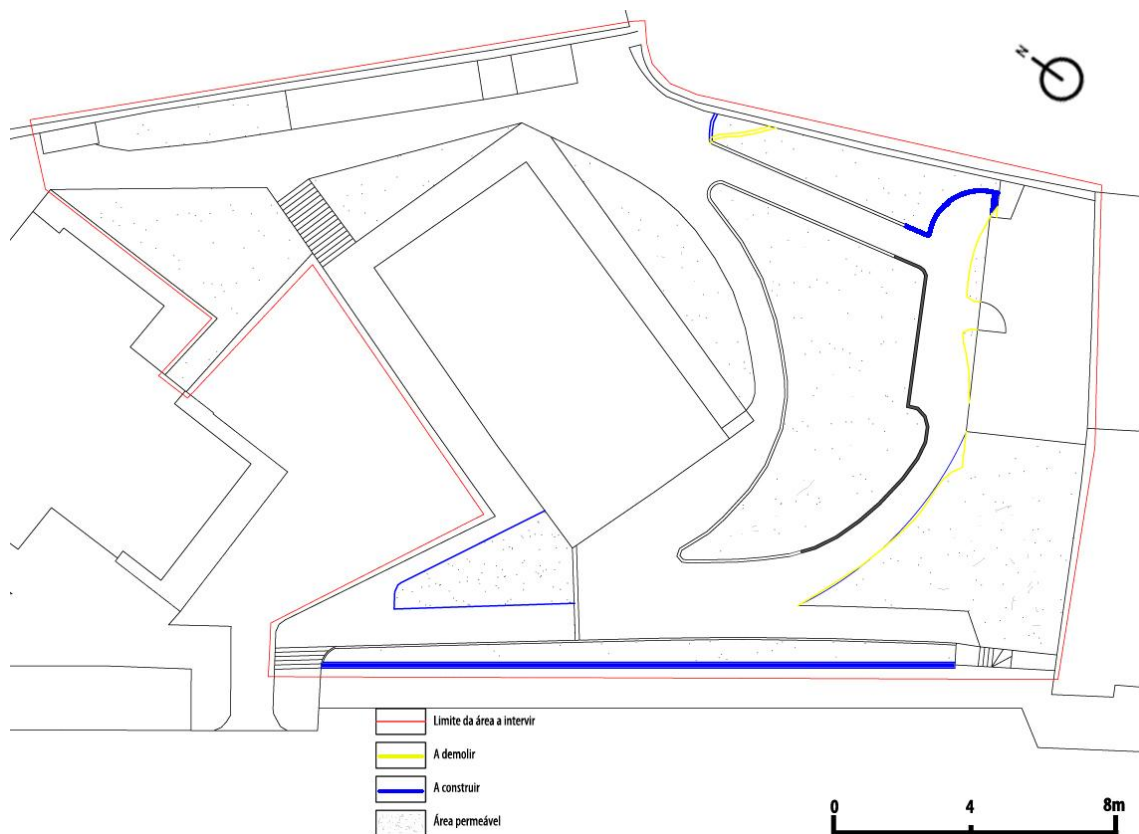


Fig. 37 – Plano de Alterações.

A rega será efetuada com recurso à água da Ribeira que será transportada e armazenada para esse efeito. Todo o espaço será regado por sistema gota a gota devido à grande quantidade de obstáculos que apresenta.

A nível da vegetação propõe-se a eliminação das árvores do arruamento, pois apresentam deformações resultantes da fraca luminosidade, das palmeiras em tratamento e das de 2ª geração e dos loendros e de outros arbustos degradados. Propõe-se ainda a plantação de espécies vegetais adaptadas as condições de fraca luminosidade (Fig. 38).

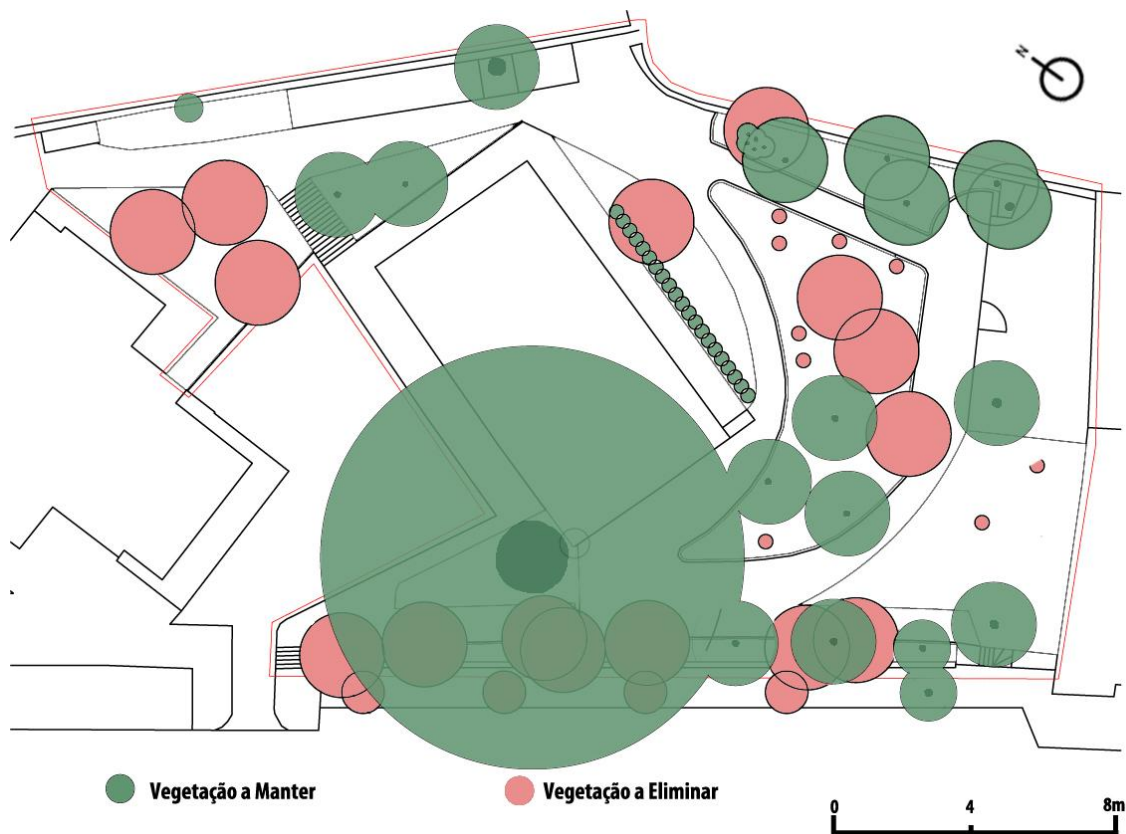


Fig. 38 – Planta de Vegetação a Manter e a Eliminar.

A escolha dos elementos vegetais recaiu essencialmente sobre a utilização de um revestimento herbáceo-arbustivo. Na seleção das herbáceas e arbustos privilegiaram-se espécies pouco volumosas de cores claras, por exemplo o polígono de jardim (*Polygonum capitatum*), a euphorbia (*Euphorbia* ‘Diamond frost’) e os agapantos (*Agapanthus praecox*) de modo a permitir uma maior visibilidade e transmitir, desse modo, maior segurança aos utentes.

Cada canteiro apresenta especificidades e particularidades próprias (Fig. 39), quer pelas suas formas quer pelos declives que apresentam, procurou-se então a repetição de alguns elementos de modo a criar uma linguagem comum a todo o jardim (Fig. 40).

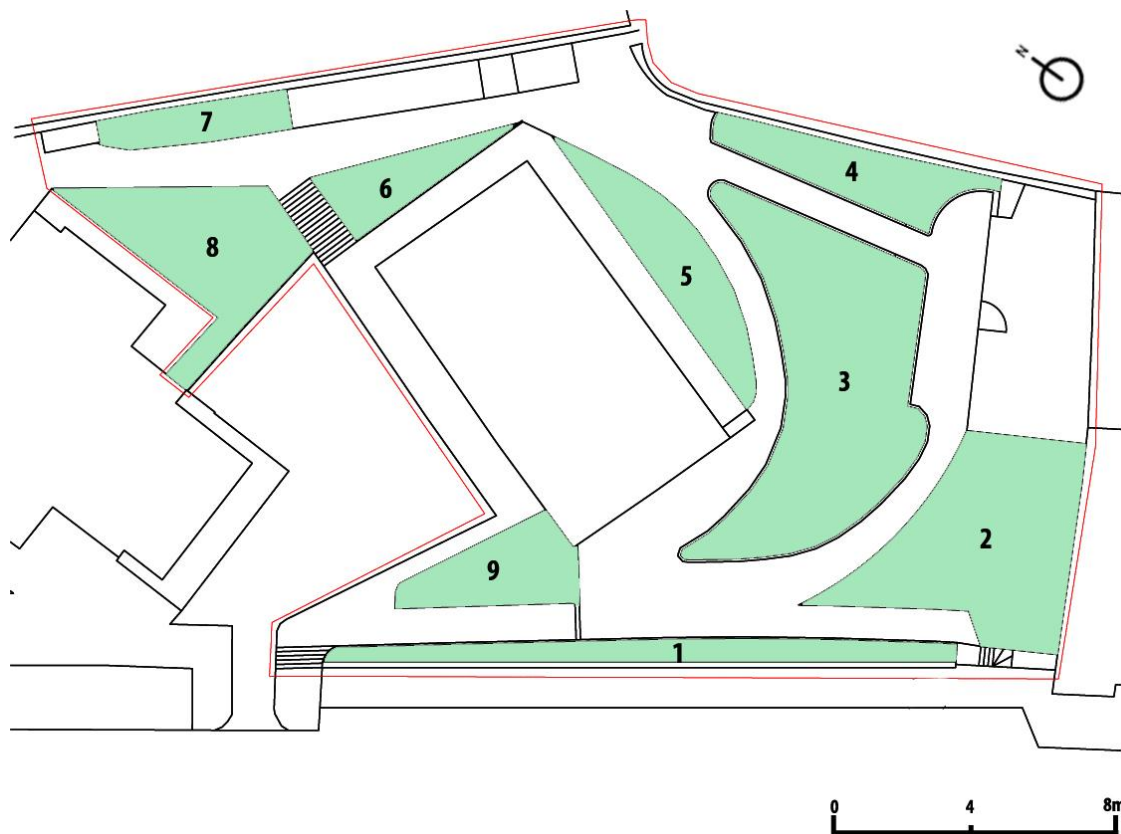


Fig. 39 – Localização dos canteiros.

Canteiros 1, 4 e 7 – Estes canteiros estão situados nos limites do espaço-tornando-os mais visíveis a quem entra no jardim. Desta forma optou-se pela utilização da mesma linguagem e do uso das mesmas espécies, servindo como referencia para quem entre e sai do espaço. São canteiros sombrios não beneficiando de luz direta. Pretende-se então, através da utilização de tons claros e contrastantes, baseados em duas cores - rosa e laranja - conferir alguma luz ao interior no jardim. Os tons contrastantes têm como objetivo captar a atenção dos utentes apelando à entrada no jardim.

Canteiros 2,3, 5, 6 e 8 – Estes três canteiros desempenham um papel neutro a nível de cores no jardim São canteiros centrais que beneficiam de alguma luminosidade; por isso propõe-se o revestimento com herbáceas, de pequena dimensão, de modo a permitir uma maior amplitude visual. A escolha recaiu sobre exemplares vegetais de tons brancos, verdes e um pouco de azul-lilás. Para os canteiros 2 e 8 por estarem situados nas extremidades do espaço e na proximidade dos prédios optou-se pela utilização de um arbusto de média dimensão - a durante e

do ensaio branco – de modo a atenuar um pouco o impacto da parede do edifício, tornando desta forma o limite mais apetecível ao olhar.

Canteiro 9 – O *Ficus benjamina* possui uma copa imponente marcando este espaço; as raízes estão estranguladas pois não existe nenhuma caldeira. Este canteiro funcionará então como uma grande caldeira que será revestida com herbáceas, de modo a evitar o atravessamento.



Fig. 40 – Plano da Vegetação Herbácea-arbustiva.

1.3.2.2 PROPOSTA 2

A segunda proposta de requalificação do Jardim da Quinta Deão tem como objetivo a valorização estética e funcional do jardim, contribuindo para a sua dignidade, uma vez que se baseia nas características do lugar em que se insere e na sua história. Como já referi anteriormente, as Quintas da Madeira eram constituídas por três componentes inseparáveis: a casa, situada num ponto com uma ótima vista; o jardim e a horta. Na impossibilidade da reconstrução da Antiga Quinta Deão e de toda a sua riqueza florística, a solução apresentada preconiza a implantação de duas zonas distintas: uma de contemplação de cota mais elevada e outra de jardim, apoiada nos conceitos de identidade e unidade.

A presença de um coberto arbóreo de grande porte em todo o espaço de intervenção foi determinante no desenho do jardim. De forma a manter todo o coberto vegetal optou-se por não alterar significativamente a topografia do terreno. Numa tentativa de aumentar as áreas permeáveis do espaço optou-se por retirar o campo polidesportivo e o parque infantil, uma vez que nesta zona existem outros jardins com este tipo de equipamentos que apresentam melhores condições. Também se optou por retirar o estacionamento que se encontrava ao lado do campo polidesportivo pois não é uma carência nesta área. Desta forma ganhou-se área permeável promovendo a infiltração da água num espaço urbano densamente edificado.

A quinta madeirense é caracterizada pela sua casa e pelo seu jardim, casa esta que localizava num ponto mais alto, funcionando como miradouro para os seus jardins e para a cidade. Tendo em conta estas características, optamos por criar duas áreas distintas no jardim em analogia à quinta.

É proposta, então, a definição de duas áreas específicas: um miradouro situado na cota mais elevada e, no limite norte, a instalação de mobiliário urbano, nomeadamente bancos e mesas e, também, um jardim, com revestimento relvado e vegetação herbácea arbustiva e a instalação de mobiliário urbano (Fig. 41).

Em ambos os casos o ensombramento é conseguido através da vegetação arbórea existente. A nível de circulação temos um percurso principal que se bifurca atravessando todo o jardim até as principais entradas.

O pavimento adotado foram as lajes de pedra de basalto, pois permite uma circulação pedonal mais confortável e por ser um pavimento característico deste jardim. O miradouro será todo pavimentado também em lajes de pedra de basalto.

Uma das características deste jardim é o seu caráter fechado, através da presença de muros. Desta forma, propõe-se a substituição dos muros em betão por muros em pedra basáltica aparelhada, que tanto caracteriza as encostas da Ilha e que contribuirá para a dignidade do jardim.

Relativamente às zonas de estadia estamos perante duas situações distintas: o miradouro e a área de jardim que oferece elementos que permitem permanência neste lugar, nomeadamente, bancos e mesas. A construção de pequenos muros em betão capeado a lajes de cantaria, perpendicularmente ao muro do miradouro e por todo o jardim, têm o objetivo de funcionar como banco, com uma altura de 0,40m, possibilitando uma utilização informal.

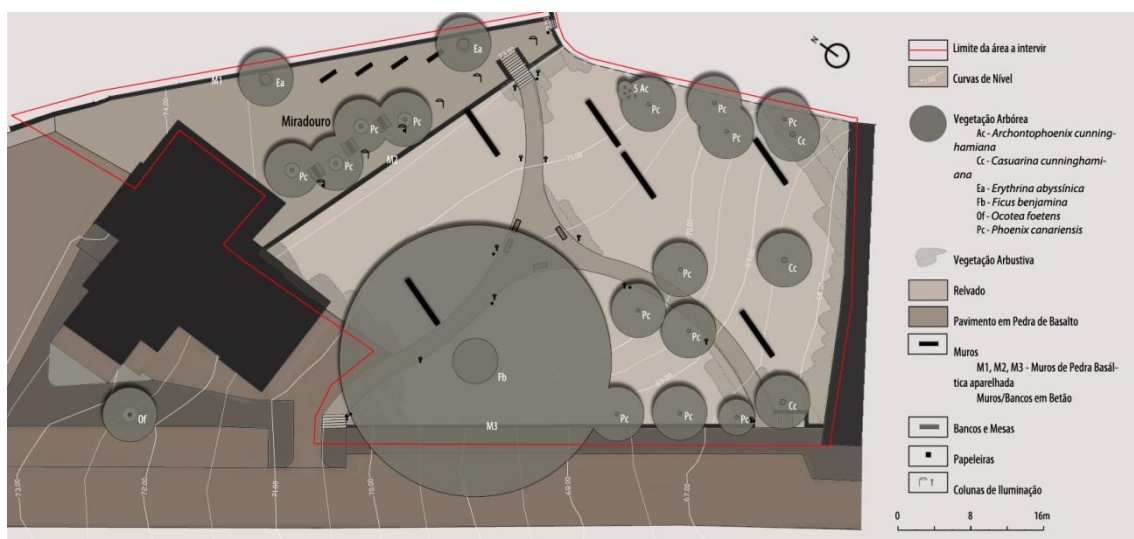


Fig. 41 – Plano Geral do Jardim da Quinta Deão – Estudo Prévio.

Em termos de vegetação optou-se pelo uso de vegetação herbácea e arbustiva, pois o espaço apresenta uma grande densidade arbórea. Por um lado, a necessidade de assegurar sombra às áreas de estadia deu origem à introdução de três exemplares arbóreos na zona de miradouro: duas palmeiras das canárias (*Phoenix canariensis*) e uma carolina da abissínia (*Erythrina abyssinica*). Por outro lado, a vontade de harmonizar todo o conjunto, fez com que se optasse por um jogo de volumes equilibrados, criados pela vegetação arbustiva e herbácea, visando a diversidade e a

criação de cenários e dinâmicas importantes para a percepção deste conjunto (Fig. 42). Tal como os muros/bancos se encontram perpendiculares ao muro do miradouro, a vegetação herbácea e arbustiva também vai obedecer a esta orientação. Para assim, desta forma, evidenciar as linhas estruturantes do desenho do jardim, possibilitando uma melhor leitura do todo, uma vez que todos os elementos estruturantes do jardim estão orientados perpendicularmente ao muro do miradouro.

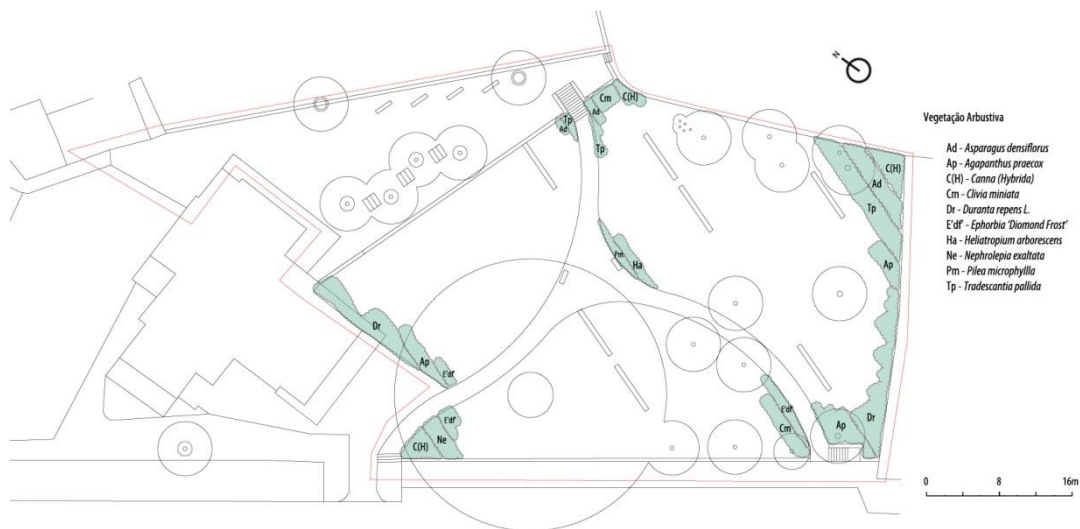


Fig. 42 – Esquema da Vegetação

A escolha das espécies vegetais recaiu sobre espécies de pequena e média dimensão, de modo a permitir uma maior visibilidade e transmitir, desse modo, maior segurança aos utentes; optou-se por uma paleta de três cores base - os brancos, os verdes e o azul-lilás nas áreas mais sombrias (por exemplo: a euphorbia (*Euphorbia* 'Diamond frost') e os agapantos (*Agapanthus praecox*). Nas áreas que beneficiam de maiores horas de sol optou-se pelo uso de espécies que contrastassem a nível de cor, forma e textura em tons quentes e vibrantes – amarelo, vermelhos e roxo nomeadamente as canas de jardim (*Canna* (hybrids)), as clívias (*Clivia miniata*) e a setecrásia (*Tradescantia pallida*).

1.4 INTERVENÇÃO NO FESTIVAL DE JARDINS COM PROJETO PARA PARTE DO ESPAÇO DO FESTIVAL

1.4.1 ANÁLISE E CARATERIZAÇÃO

O Festival de Jardins é uma iniciativa pioneira organizada pela CMF, tem lugar no Jardim Almirante Reis (Fig.43), e a duração de 1 ano, com abertura em Junho de 2012 e encerramento previsto para Maio de 2013.



Fig. 43 – Fotografia aérea com a delimitação do Jardim almirante Reis. (Fonte Câmara Municipal do Funchal).

O Jardim Almirante Reis projetado pelo Arquiteto Paisagista João Ferreira Nunes localiza-se na parte oriental do centro urbano do Funchal. Apresenta uma área de 12940 m², correspondendo 1629 m² à parte edificada, 3540 m² a passeios e 6780 m² ao espaço de jardim. Está localizado à beira mar, com uma altitude entre os 6 e 10m (Fig.44).

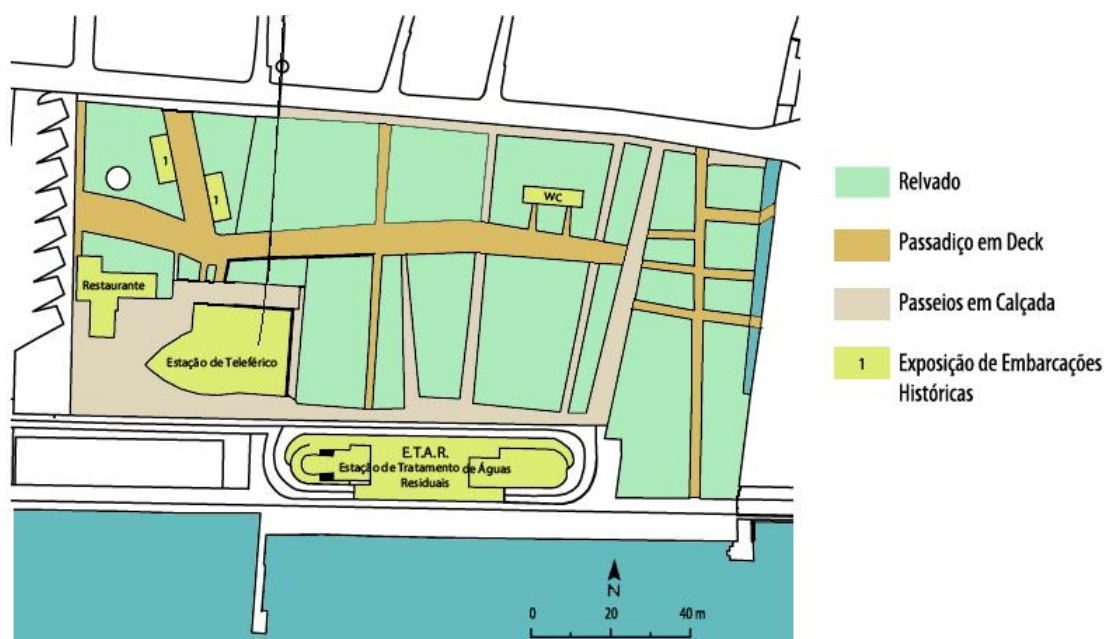


Fig. 44 – Planta de Jardim Almirante Reis. (Fonte Câmara Municipal do Funchal).

Este jardim, que abriu ao público em Novembro de 2001, para além de constituir um novo espaço aberto urbano, insere-se no processo de reabilitação do núcleo histórico de Santa Maria, valorizando estética e socialmente uma zona que tem estado marcada pelo estigma da marginalidade.

Com o objetivo de estabelecer uma ligação entre o Oceano Atlântico e o Bairro de Santa Maria, o Jardim Almirante Reis era caracterizado pela dominância de modelação de terreno com forma de ondas revestidas com relva e pela localização da vegetação arbórea em pequenos núcleos periféricos (Fig. 45).



Fig. 45 – Ondas revestidas com relva são a principal marca do Jardim Almirante Reis.

No espaço era perceptível todo o conjunto de percursos definidos, e a circulação fazia-se de forma livre por todo o espaço. O local era utilizado pela população local e por turistas como local de estadia, onde aproveitavam o relvado para exposição ao sol. Na zona de sombra, na extremidade oriental, o espaço é frequentemente utilizado pela população mais idosa que se junta para jogar às cartas e damas. A presença da estação de teleférico que estabelece a ligação entre o núcleo histórico de Santa Maria e os Jardins Românticos da Freguesia do Monte, faz deste local um ponto de referência para quem visita a cidade.

A paisagem envolvente determina o carácter deste espaço, e a localização estratégica da vegetação arbórea, na sua periferia, permite ter uma grande amplitude visual sobre a cidade. A morfologia da cidade apresenta-se como um anfiteatro de grandes dimensões, subindo rapidamente do nível do mar até ao conjunto montanhoso que culmina para além dos 1800m de altitude, criando condições favoráveis à sua contemplação.

A localização do Festival de Jardins no Jardim Almirante Reis foi, desde logo, muito contestada, quer por líderes partidários opositores quer mesmo pelos cidadãos. Em primeiro lugar porque se tratava de um jardim relativamente novo, com aproximadamente 11 anos, que apresentava um desenho e uma estrutura que contrastava com os restantes jardins da cidade proporcionando uma utilização informal. Tendo em conta a situação financeira que a Madeira está a atravessar, era desnecessário, ou não seria uma prioridade a sua transformação uma vez que aparentemente estava bem mantido e que satisfazia as necessidades a que estava destinado, nomeadamente a de reabilitação daquela zona da cidade e a criação de um novo espaço aberto urbano.

Por estar situado na Zona Velha da Cidade, este jardim foi sempre alvo de utilizações que agravavam a sua insegurança mas, com as recentes requalificações do bairro e as iniciativas artísticas, como por exemplo a exposição “Arte de Portas Abertas” esta zona tem agora novas utilizações e mais segurança. Estando esta área da cidade marcada pelo estigma da marginalidade, numa tentativa de contrariar esta situação, surge a iniciativa da realização de um festival de jardins, reabilitando e requalificando, em termos de utilização, este espaço.

A transformação do jardim existente teve início em Abril, por iniciativa da Câmara. No seu decorrer houve a preocupação de manter a vegetação, sempre que possível. Também foram mantidos os percursos em calçada e os passadiços em “deck” de madeira. Foram, contudo, alteradas as áreas de relvado que apresentavam modelações tendo sido aplanadas. O objetivo foi tornar o espaço mais amplo permitindo uma utilização mais diversificada ao nível de atividades que eventualmente se poderão realizar.

1.4.1 O FESTIVAL DE JARDINS

O festival de Jardins do Funchal é uma iniciativa que pretende dinamizar o comércio regional no setor de jardins e espaços exteriores, criar novas oportunidades de negócio na área da jardinagem e paisagismo, promover e divulgar a qualidade ambiental da cidade do Funchal e contribuir para a animação e valorização da zona histórica da cidade. A criação de jardins efémeros, com uma duração anual vai proporcionar aos visitantes um contato direto com as novas abordagens da conceção de jardins, com diferentes tendências criativas, com diversas visões no que respeita às correntes artísticas e com perspetivas inovadoras para o aproveitamento e fruição dos espaços abertos públicos. Com o objetivo de tornar mais conhecida a cidade do Funchal, trazendo cada vez mais um maior número de visitantes e promover campanhas pedagógicas e de sensibilização relacionadas com as temáticas dos jardins, da jardinagem e das questões ambientais.

Este concurso direciona-se a todos os interessados no mundo dos jardins e da jardinagem, que veem neste tipo de iniciativas a oportunidade de promover os seus produtos, desde arquitetos paisagistas, gabinetes de arquitetura, escultores, construtores, empresas de jardinagem, etc.

O Arquiteto Elias Gouveia, do Departamento de Obras Públicas, foi o responsável pela organização do Festival de Jardins. O espaço do festival está organizado em três subespaços distintos: uma praça central multiusos, em calçada; os jardins e o muro dos famosos (Fig. 46). Nas áreas destinadas aos jardins iriam existir intervenções de vários participantes. A praça central multiusos em calçada, foi entretanto substituída por um relvado, devido a falta de orçamento, e perdendo a sua tipologia e função inicial de praça e de multiusos. O muro dos famosos, que tinha como função homenagear as pessoas que passaram pela ilha e que foram relevantes para a sua história, nunca passou de uma ideia pois nunca chegou a ser projetado.

Parque Do Almirante Reis



Fig. 46 – Organização Geral do Festival de Jardins. (Fonte: Câmara Municipal do Funchal - Elaborado pela Arquitecto Elias Rodrigues Homem Gouveia, Departamento de Obras Públicas).

As inscrições para o festival decorreram entre Janeiro e Fevereiro onde foram efetuadas sete inscrições: a Culturmadeira, o Jardinea, a Tulipa & Associados, os Jardins da Tabua, Eugénio Andrade & Paulo Brito, o Corpo Nacional de Escutas – Junta Regional da Madeira e o Jardim Botânico da Madeira.

Após o período de inscrições os participantes apresentaram as suas propostas, onde tiveram total liberdade para a conceção da proposta. De acordo com a proposta e preferência dos participantes foi-lhes, então, atribuído um espaço para a sua implementação (Fig. 47). Na distribuição dos espaços houve um pequeno talhão, de aproximadamente de 330 m², que não foi ocupado por nenhum dos participantes, onde a Câmara optou por se apropriar dele para apresentar, também, uma proposta de jardim para o Festival.

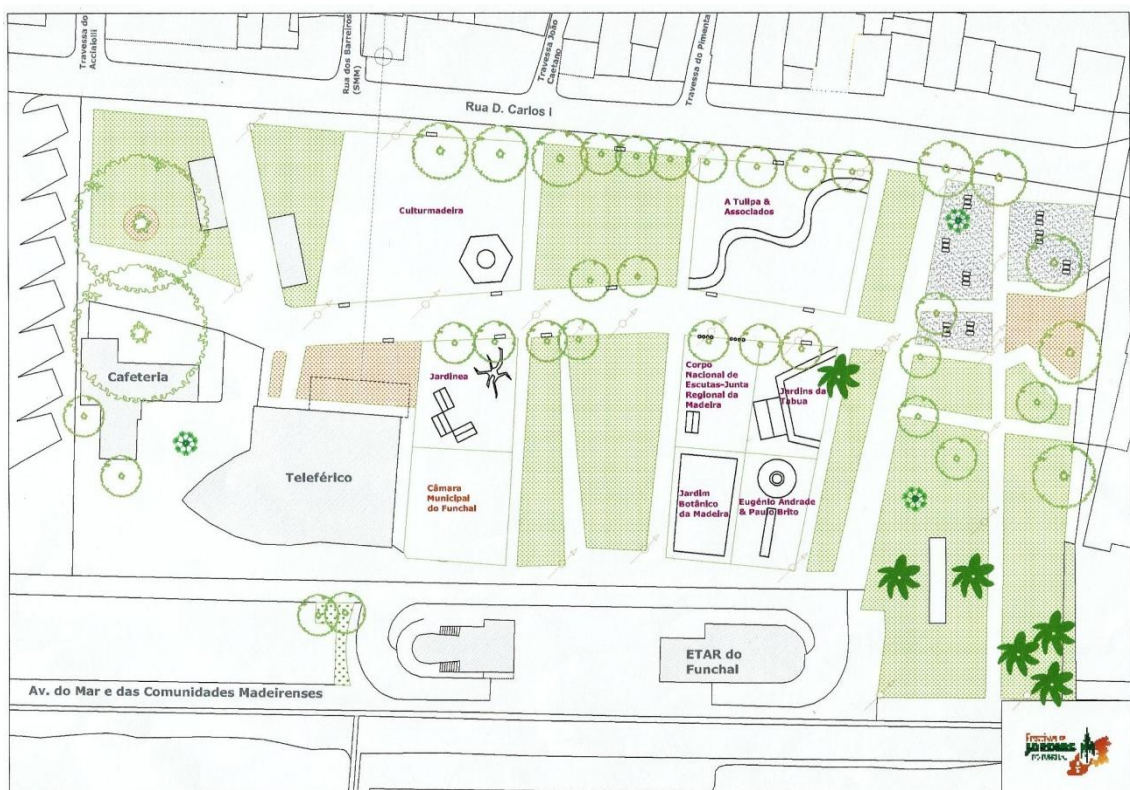


Fig. 47 – Distribuição espacial e os respetivos participantes (sem escala). (Fonte: Câmara Municipal do Funchal - Elaborado pela Arquitecta Paisagista Virgínia Sila).

Com a apropriação da Câmara pelo talhão sobran­te, foi-me sugerida a elaboração do projeto para integrar no festival de jardins. Esta oportunidade surgiu em Maio, a um mês da abertura ao público.

Neste processo foi-me dada total liberdade criativa. Procurei então informar-me sobre no que consistia um festival de jardins e procurar referências, de modo a iniciar o processo criativo.

Foram elaboradas três propostas para este espaço. Duas para integrar no festival de jardins, uma com a proposta a nível de estudo prévio e a outra com projeto de execução, que respondeu à solicitação por parte da Câmara. A realização de uma terceira proposta a nível de estudo prévio destina-se a todo o espaço onde se realiza o festival de jardins e não só ao espaço destinado à intervenção da Câmara. Esta terceira proposta parte por iniciativa própria e surge com o objetivo de futuramente poder ser utilizada.

1.4.2 PROPOSTA 1

A morfologia da paisagem que esta área da cidade apresenta, de um grande anfiteatro, que sobe rapidamente do nível do mar até um conjunto montanhoso, foi determinante nesta proposta.

Propôs-se a alteração da morfologia do terreno através de pequenas modelações de terreno (< 1m), e pela introdução de materiais inertes, nomeadamente as estruturas metálicas que funcionaram como estrutura para a plantação semelhantes as floreiras em pirâmides (Fig. 48). A altura das estruturas metálicas variava entre 1,80 - 2,60m (Fig. 49).

A escolha dos elementos vegetais recaiu sobre espécies adaptadas às condições de grande exposição solar e resistência à maresia. Ao nível do revestimento herbáceo-arbustivo a escolha iria recair no uso de espécies que permitissem uma cobertura uniforme. Optou-se por escolher uma paleta de cores fortes e vibrantes, com duas cores bases – o laranja e o vermelho.

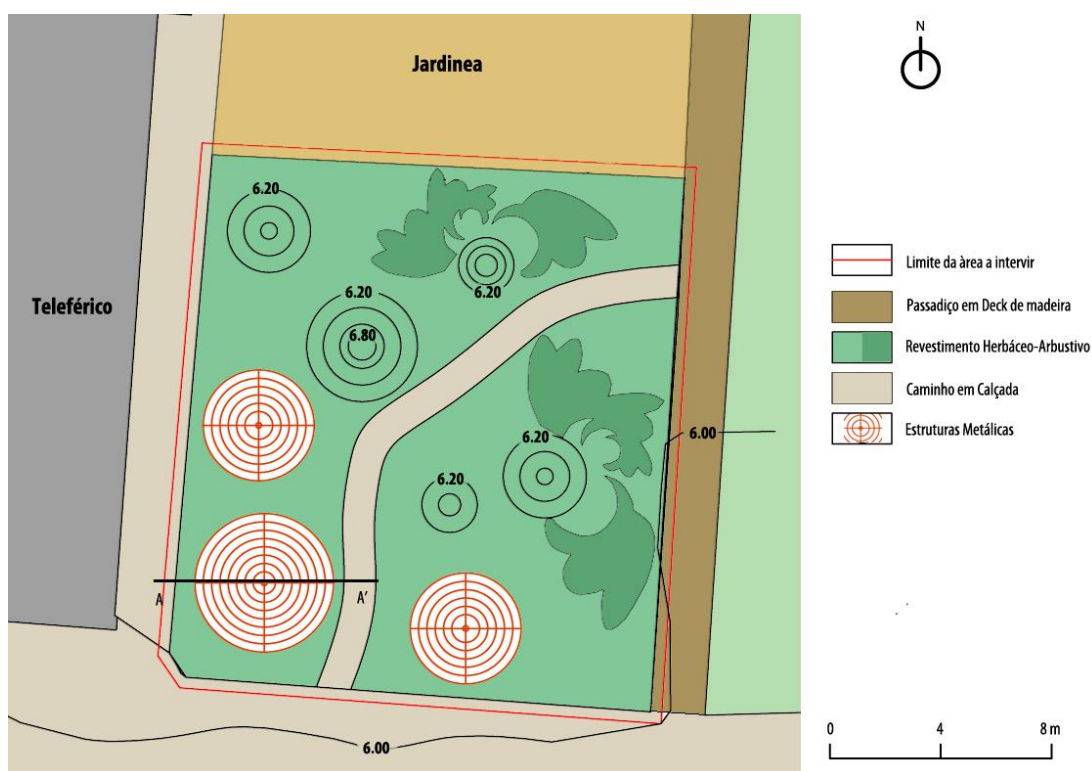


Fig. 48 – Plano Geral da primeira proposta.

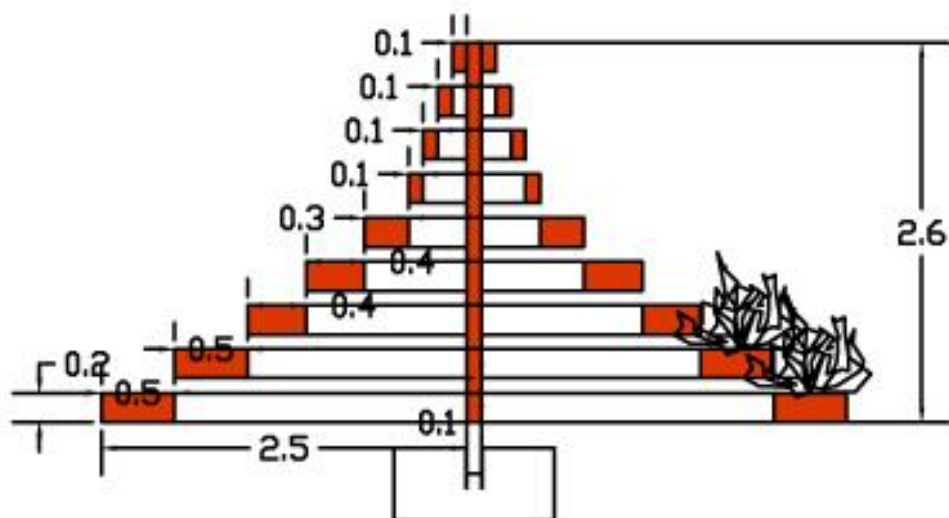


Fig. 49 - Corte AA' – Estruturas Metálicas. Escala 1:50.

Uma vez que a entidade organizadora era a Câmara Municipal optou-se por utilizar como conceito para a plantação, neste jardim, a forma do logotipo do festival (Fig. 50).

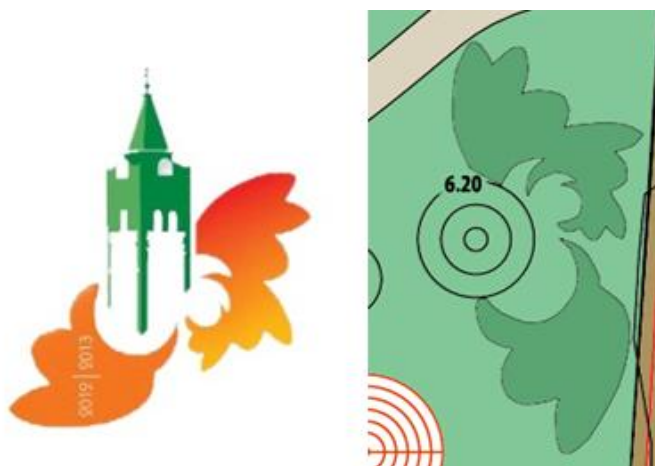


Fig. 50 – Logotipo do festival de Jardins e a sua representação no plano geral do Jardim.

Com esta proposta pretendíamos mostrar uma outra vertente da Arquitetura Paisagista, que provocasse e estimulasse as pessoas, mas, devido à impossibilidade da construção das estruturas metálicas em tão pouco tempo e dos custos que iria ter, a proposta foi rejeitada.

Procedemos então à elaboração de uma segunda proposta, respondendo à solicitação por parte da Câmara que evitasse modelações e utilizasse os materiais

disponíveis em estaleiro, como por exemplo umas antigas caldeiras de árvores em cantaria (Fig. 51) e blocos de pedra, de modo a reutilizá-los, não trazendo custos adicionais à Câmara.



Fig. 51 – Antigas caldeiras em cantaria, com diâmetro de 1m, constituídas por 4 peças, com alturas que variam entre os 15cm e os 30cm.

1.4.3 PROPOSTA 2

Devido a todas as condicionantes, quer a nível financeiro quer a nível de prazos, optámos por um desenho de linhas simples e suaves, que transmitissem unidade, continuidade e diversidade, e que representasse a cidade pela sua morfologia e pelo contraste mar e terra, através da forma dos percursos e pela disposição da vegetação.

Para este jardim propuseram-se duas áreas distintas separadas por um percurso; uma área revestida com vegetação herbácea-arbustiva num terreno modelado de forma circular com 1 m de altura, contrastando com uma área mais plana revestida com relvado, pontuada com caldeiras plantadas com herbáceas, sendo também nesta área que se encontra a zona de estadia (Fig. 52).

O espaço de intervenção, estando num dos limites do jardim, funciona como uma área de receção dos visitantes. Desta forma surgiu a hipótese da acessibilidade ao espaço através de um percurso com paralelepípedos de pedra (figura A em anexo) dispostos em forma de meia-lua, que atravessa todo espaço do jardim funcionando como uma alternativa aos caminhos já existentes e possibilitando aos visitantes o seu atravessamento.

O percurso proposto que atravessa todo o espaço foi cuidadosamente projetado de modo a que as meias-luas se intersetassem de modo a permitir o seu atravessamento; as extremidades do percurso, apesar de interrompidas fisicamente, apresentam uma continuidade visual através da vegetação e das caldeiras. A opção do pavimento com paralelepípedos de pedra deve-se ao fato de constituírem matérias de construção recuperados e existentes em depósito.

Optou-se pela disposição das caldeiras unicamente na zona relvada, pois a altura visível depois de implantadas no terreno ronda os 10 cm. A solução encontrada para a sua utilização foi fixá-las no terreno de modo a ficarem alinhadas, pois, as suas bases de assentamento apresentavam-se muito irregulares. Um pouco como os elementos vegetais as caldeiras estão dispostas de forma a acompanhar o percurso estabelecendo ligação visual entre as duas extremidades do percurso.

A zona de estadia constituída por dois blocos de pedra, situados numa das extremidades do percurso, permite contemplar todo o jardim. Os blocos de pedra disponíveis em depósito não sofreram qualquer modificação nem limpeza devido aos

elevados custos que acarretava todo o processo; optou-se, então, por mante-los no estado original, de modo a não trazer mais encargos para a Câmara.

A rega foi efetuada pela empresa Nutricultura; todo o espaço será regado automaticamente, rega por aspersão na zona relvada, reservando a rega localizada - gota a gota – na restante área.

A vegetação proposta acompanha a forma do percurso, de modo a sublinhá-lo. A escolha dos elementos vegetais recaiu sobre espécies adaptadas às condições físicas do lugar, à proximidade do mar e à exposição solar, beneficiando apenas do sol direto durante a manhã, estando à sombra durante a tarde devido à presença da estação de teleférico. Optou-se por uma paleta de cores contrastantes, em três tons principais - o amarelo, o roxo e o vermelho – de modo a despertar curiosidade para visitar o jardim.

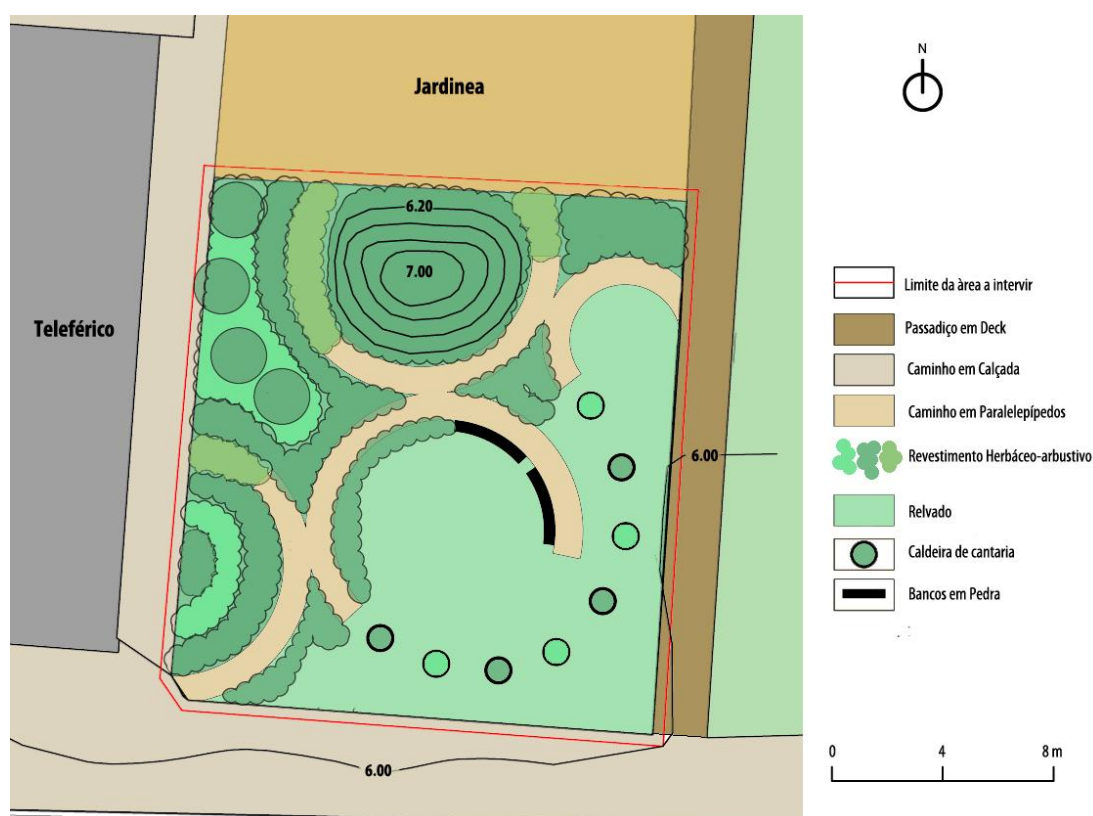


Fig. 52 – Plano Geral da segunda proposta (Estudo Prévio).

1.4.4 PROPOSTA 2 – ALTERAÇÃO

A três semanas da abertura ao público iniciaram-se os trabalhos de limpeza do entulho proveniente da demolição do jardim. Deparamos, então, com algumas situações que levaram à alteração do que estava inicialmente projetado.

O espaço que estava destinado à Câmara, e que inicialmente correspondia a uma área de 330m², tinha sido reduzido pois o concorrente adjacente tinha ultrapassado o limite do seu lote; logo o que estava projetado tinha que ser adaptado ao espaço que restava (aproximadamente uns 255m²).

Na nossa opinião houve falta de respeito por parte do concorrente (o representante da 'Jardinea') que invadiu o espaço que não lhe estava destinado. A concorrente mostrou uma grande falta de profissionalismo pois não soube projetar o seu jardim para o espaço que lhe estava destinado, e/ou teve muitas falhas ao nível da implementação.

A Câmara, como entidade responsável, apresentou uma grande falha na organização por não confirmar se os concorrentes estavam ou não a respeitar os limites que tinham sido estabelecidos. Num concurso/festival o não respeito pelo espaço deveria ser um fator eliminatório.

Esta falha fez com que todo o projeto fosse reestruturado, de modo a adaptá-lo à situação existente, atrasando-o na sua implementação.

Solucionada toda a questão a nível conceptual e de desenho, procedeu-se a elaboração do projeto de execução. Contudo, o que estava anteriormente projetado no estudo prévio teve que sofrer alguns ajustes (Fig. 53).

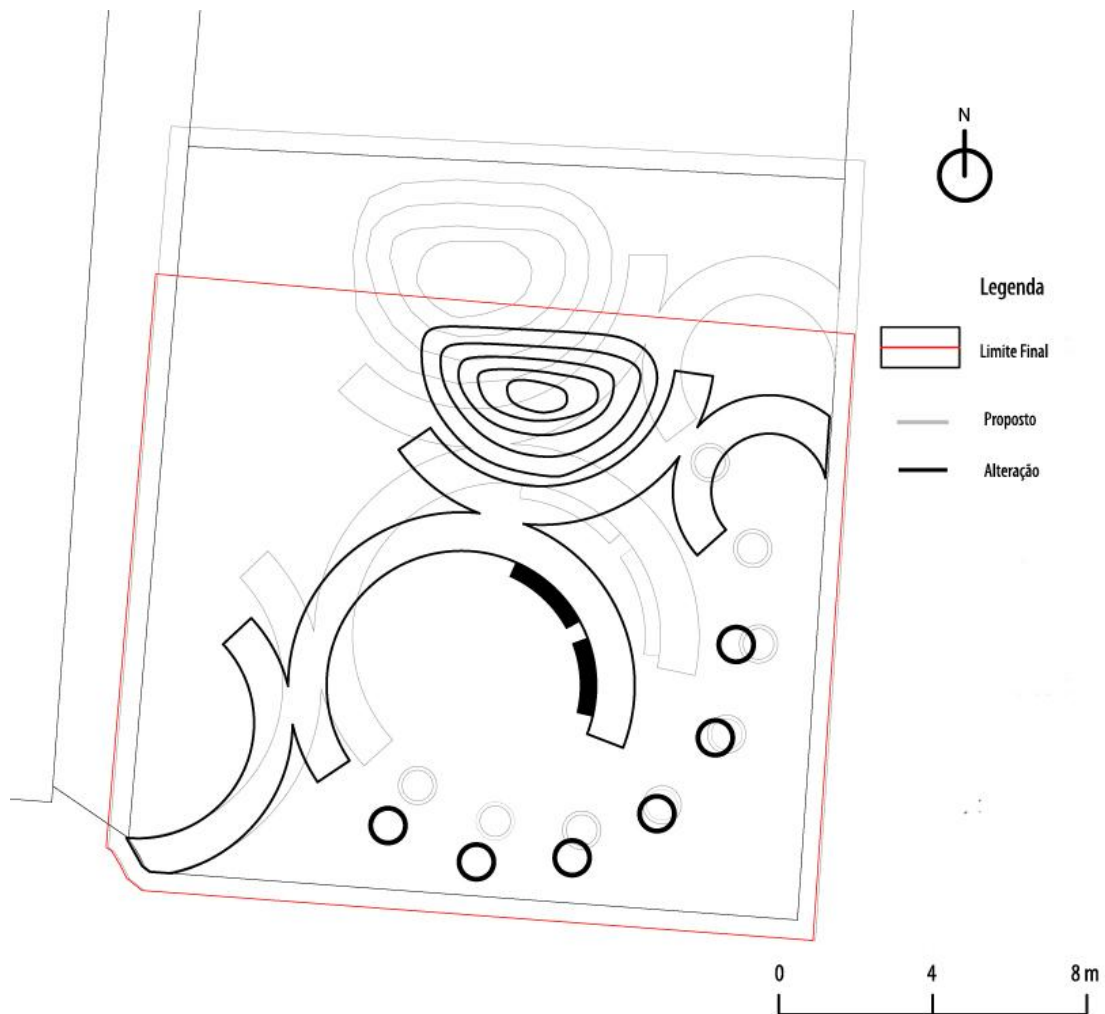


Fig. 53 – Plano de Alterações

Feitos os ajustes necessários devido à diminuição da área disponível, procedeu-se à elaboração do projeto de execução, onde foram elaboradas duas peças desenhadas, o plano de implantação planimétrica (Fig. 54) e o plano de plantação (Fig. 55).

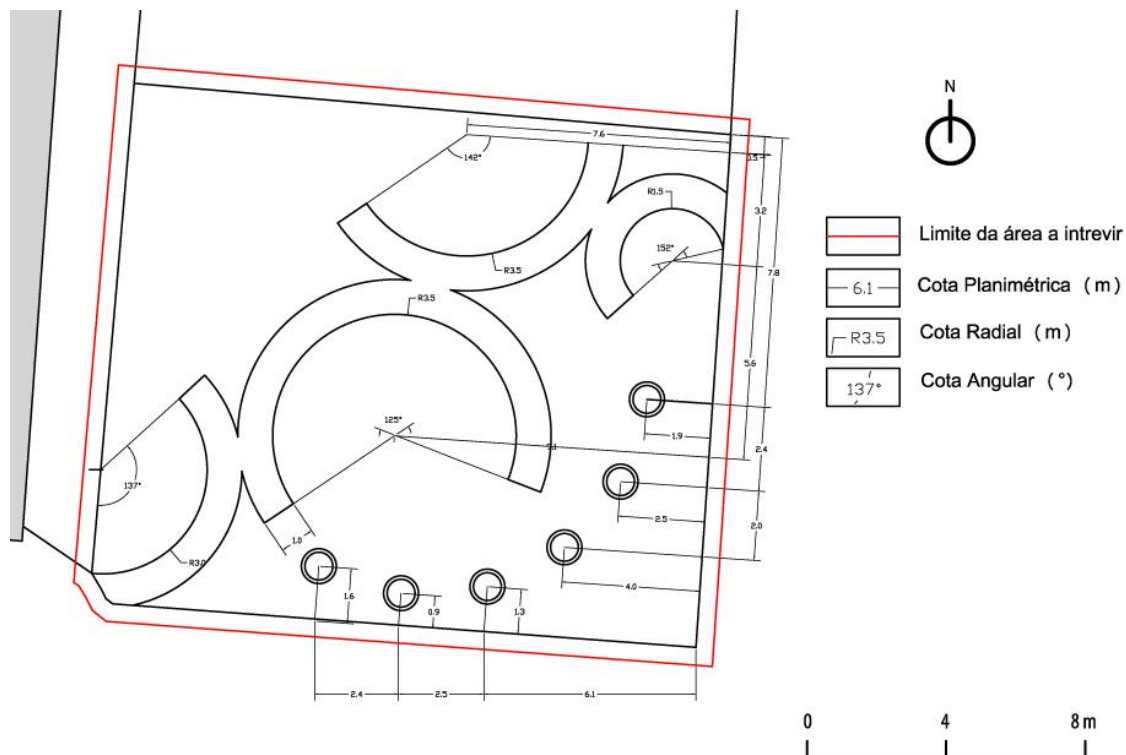


Fig. 54 – Plano de Implantação Planimétrica.

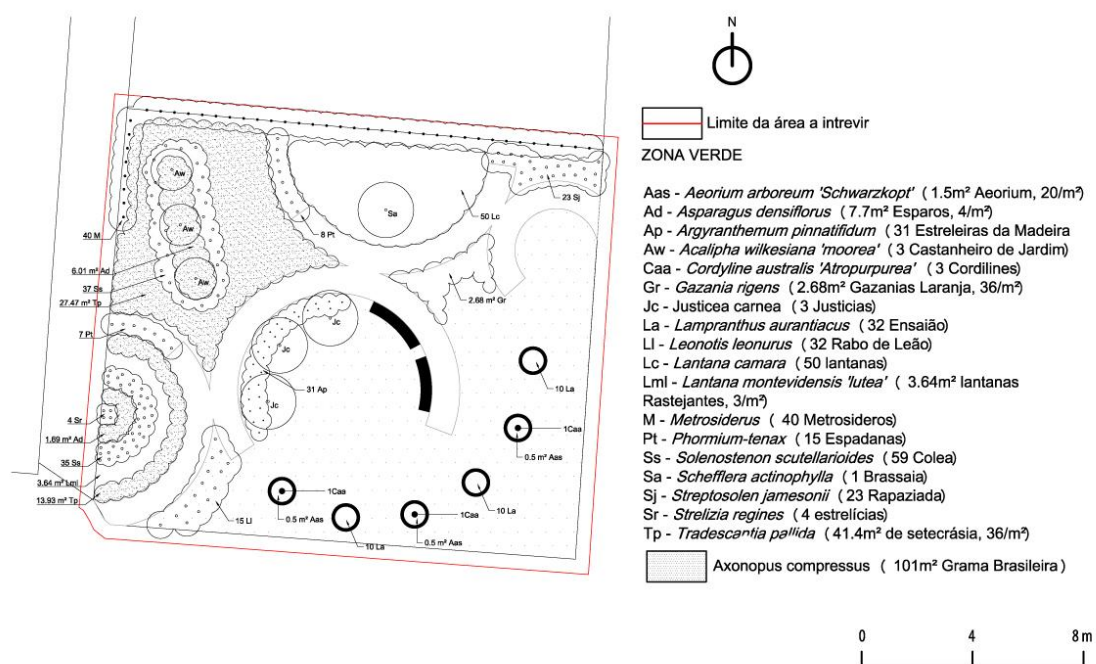


Fig. 55 – Plano de plantação

Apesar de a Câmara ter dado total liberdade na escolha do material vegetal, a preocupação desde o início do projeto foi escolher as espécies dentro das opções que tínhamos em viveiro. Desta forma, a seleção da vegetação foi feita tendo em conta a

disponibilidade em viveiro, de modo a não trazer mais custos, evitando também atrasos nas entregas.

1.4.5 ACOMPANHAMENTO DE OBRA

Concluídos os planos e a três semanas da abertura ao público procedeu-se à implantação do projeto no terreno, onde pude participar ativamente na coordenação de toda a implantação.

Os espaços de intervenção da Câmara e o do “Jardinea” estão como já referido numa área contígua. Quando projetamos este jardim deduzimos que o limite entre o espaço de intervenção da Câmara e o do “Jardinea” seria ao nível da superfície do terreno e que haveria uma separação física com um percurso, por exemplo de calçada ou qualquer outro pavimento como aconteceu com os restantes participantes. Mas, na realidade deparamo-nos com uma modelação que ultrapassava os limites estabelecidos (Fig. 56). Desta forma, tivemos que adaptar o desenho do nosso jardim a mais este fato, de o limite entre os espaços de intervenção não estar claramente definido.

Uma das soluções era admitir o limite e construir de um muro, não tendo que adaptar o nosso desenho a essa nova realidade. Mas, dado que esta opção implicava mais custos, a solução encontrada foi continuar a modelação e adaptá-la ao desenho do projeto (Fig. 57).



Fig. 56 – Fotografia recolhida no primeiro dia da implantação.

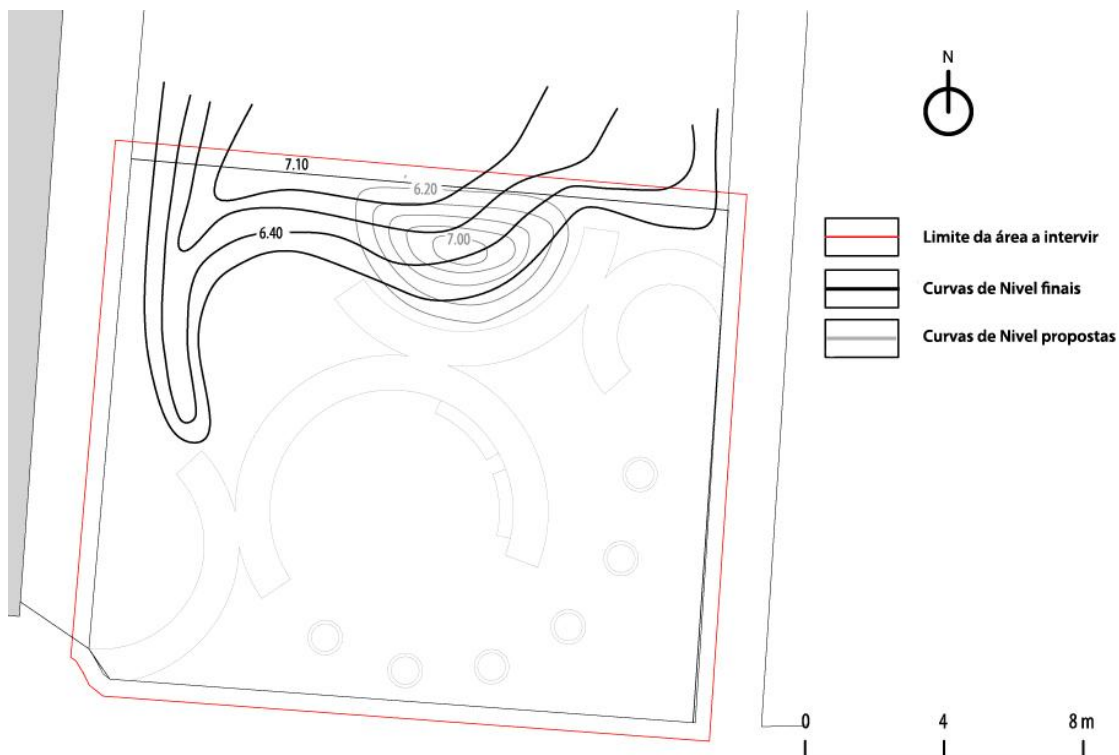


Fig. 57 – Curvas de nível propostas.

Depois da questão da modelação estar resolvida procedeu-se à implantação do caminho que, com a redução do espaço, teve que sofrer também alterações. Inicialmente apresentava 1m de largura que foi reduzido para 0,70m. Foi, também, assente no próprio terreno de modo a reduzir custos e desperdícios de matérias. Na nossa opinião a redução do caminho e a sua construção condiciona o seu atravessamento. Por ser tão estreito só é possível o atravessamento por pessoa de cada vez; por estar assente na terra facilmente os paralelepípedos saem do lugar, causando desconforto no seu atravessamento.

Para a colocação das caldeiras em cantaria foi necessário recorrer a uma máquina escavadora, de modo a abrir uma cova para a colocação das peças. Mais uma vez foi necessária uma adaptação às novas dimensões do espaço, reduzindo o número das caldeiras para cinco, pois não havia espaço suficiente para colocar as seis previstas inicialmente.

A disposição da vegetação, de modo a adaptar-se a todas as alterações realizadas, sofreu alguns ajustes. Optou-se por plantar uma sebe de metrosideros, no limite norte,

de modo a obter uma separação física e visual entre o espaço da Câmara e o espaço da “Jardinea”.

A vegetação foi selecionada de acordo com as condições do lugar e consoante a disponibilidade em viveiro. Optamos, inicialmente, por representar as manchas de vegetação que queríamos e escolhemos as diferentes espécies diretamente no viveiro. Para iniciar a plantação procedeu-se então à colocação de uma camada de terra arável (Fig. 58). Foram previamente delimitadas as áreas de plantação de cada espécie, de modo a respeitar o que estava proposto.

Antes da plantação do relvado foram colocados os blocos de pedra, que funcionariam como bancos, também estes colocados com a ajuda da máquina, por se tratar de peças maciças e extremamente pesadas.



Fig. 58 – Fotografias tiradas no momento da plantação.

O sistema de rega automático foi realizado pela empresa Nutricultura, sem qualquer encargo para a câmara com o objetivo de divulgação do produto. Como foi efetuado no local, pela equipa de rega, não participei no seu desenho, pois não obedeceu a nenhum plano, nem qualquer geometria de rega pré realizado. No entanto, houve a preocupação em instalar este sistema tendo em conta o desenho do projeto, de modo a que não implicasse a nova alteração do mesmo (Fig. 59).



Fig. 59 – Fotografias tiradas no final da obra.

1.4.6 PROPOSTA 3

Esta proposta surge por iniciativa própria e pelo fato de não estarmos inteiramente de acordo com as opções tomadas, nomeadamente com a destruição do Jardim Almirante Reis para a realização de um “Festival de Jardins”.

Como já foi referido, a realização desta terceira proposta a nível de estudo prévio destina-se a todo o espaço onde se realiza o festival de jardins - o Jardim Almirante Reis - e não só ao espaço destinado à intervenção da Câmara, com o objetivo de futuramente ser utilizada.

Tendo em conta os conhecimentos adquiridos durante a nossa formação académica, esta proposta reflete a opinião pessoal sobre o que consideramos como “ideal” para aquele espaço e que nada tem a ver com a atual intervenção ou com a proposta realizada para integrar no “Festival de Jardins”.

Para melhor análise e compreensão da situação existente elaboramos um esquema visual do Jardim Almirante Reis (Fig. 60), onde identificámos os principais eixos visuais, as manchas de vegetação, os elementos polarizantes, os elementos a atenuar e os fluxos de circulação.

Com a recente intervenção para o “Festival de Jardins”, o terreno encontra-se plano. Assim, apenas se consideraram as manchas de vegetação arbórea do jardim, e não a vegetação presente nas propostas de intervenção no festival, pois a vegetação do festival de jardins é constituída essencialmente por herbáceas e arbustos e nos casos onde existem árvores, essas encontram-se em vasos, de modo a puderam ser retiradas facilmente no final do festival.

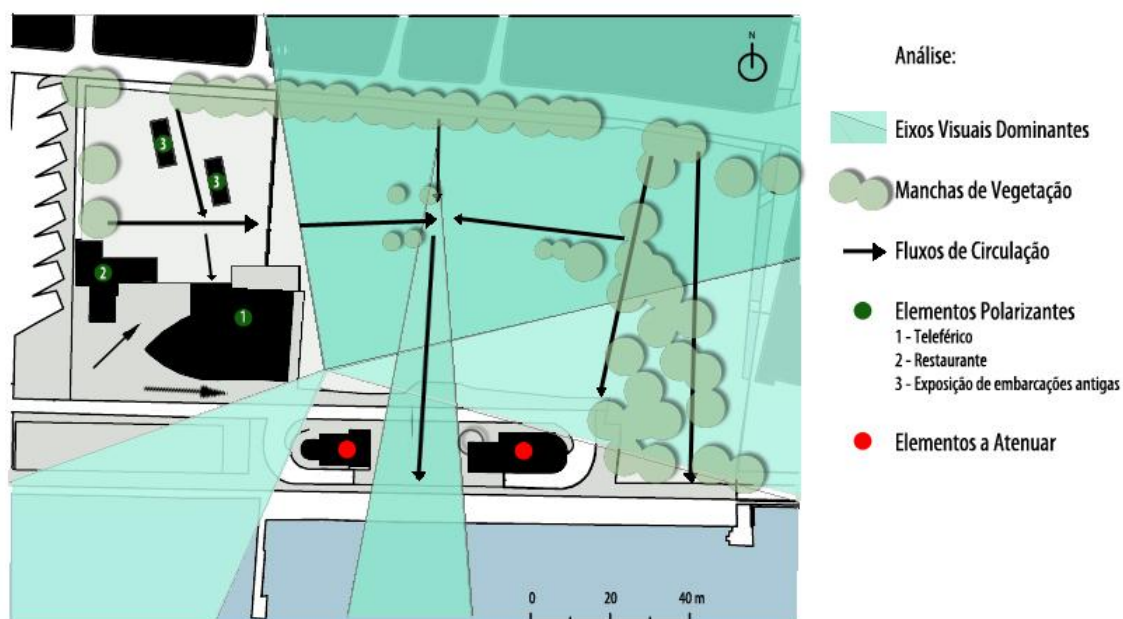


Fig. 60 – Esquema visual do Jardim Almirante Reis.

Ao nível da circulação distinguem-se duas situações distintas: por um lado, um maior fluxo na proximidade ao teleférico e na zona central do espaço, pois nestas zonas encontram-se áreas de estadia; por outro lado temos a utilização das zonas periféricas para atravessamento rápido.

Os fluxos de circulação estão relacionados com a presença de elementos polarizadores, nomeadamente a zona de restauração, o teleférico e a exposição de embarcações antigas. A presença da ETAR (Estação de Tratamento de Águas Residuais), a sul do espaço, não só impossibilita uma maior amplitude visual sobre o mar, como, pelo mau-cheiro que exala afasta os utentes do espaço. Desta forma, atenuar o impacto da ETAR é um dos objetivos desta proposta.

Apoiada nos conceitos de centralidade e unidade, esta proposta de estudo prévio visa tirar partido dos aspetos potencializadores que o espaço apresenta atenuando os aspetos negativos. Foram assim definidas as ideias para o jardim tendo em conta os seus fluxos de circulação e as suas vistas panorâmicas sobre a cidade e o mar.

Através do redesenho do espaço, procurou-se atribuir novas utilizações ao espaço, nomeadamente ao nível de atividades lúdicas e de feiras de artesanato, centrado numa praça central que funciona como polo de distribuição para todo o espaço (Fig. 61).

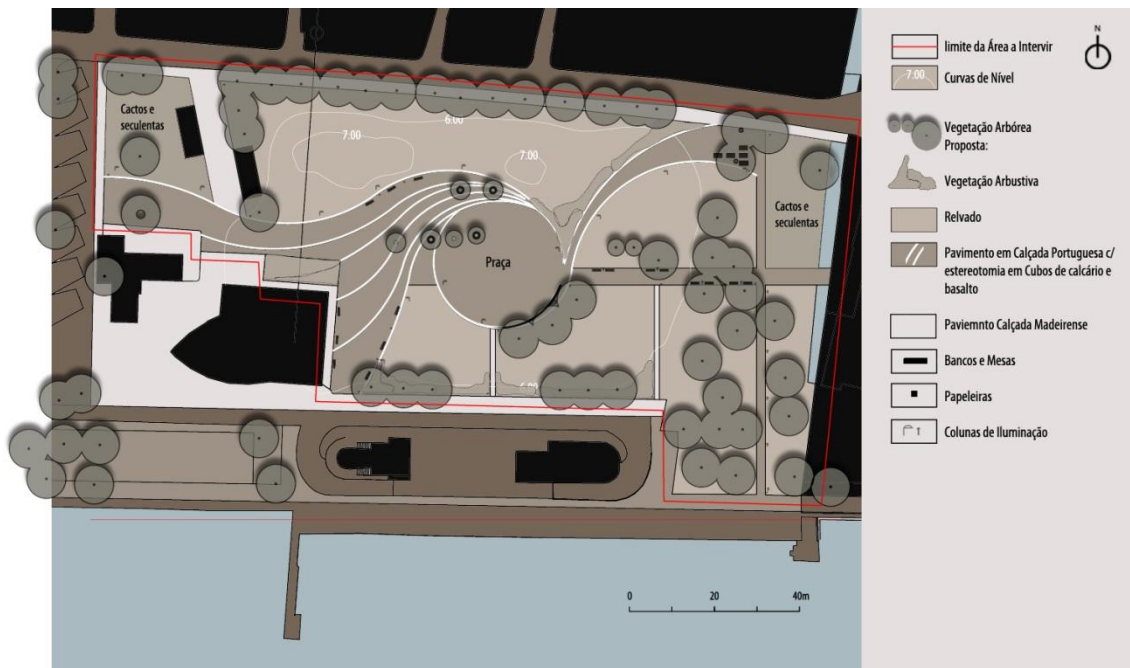


Fig. 61 – Plano Geral do Jardim Almirante Reis.

A solução apresentada pretende dinamizar o jardim através de linhas fluidas, em contraste com as linhas retas e criar diferentes espacialidades permitindo, desta forma, diferentes usos. As zonas pavimentadas que articulam todo o espaço são capazes de suportar usos ligados a estadia e lazer bem como a capacidade de suportar outras atividades ligadas as atividades lúdicas e de comércio, enquanto as zonas de relvado possibilitam uma estadia mais informal.

A nível dos pavimentos, optou-se por duas situações distintas: a calçada portuguesa com estereotomia em cubos de calcário e basalto para a circulação no interior do jardim e na praça; para a circulação envolvente ao jardim e em três entradas do jardim (duas junto a ETAR e uma na exposição de embarcações antigas) optou-se por manter o pavimento existente (a calçada madeirense) (figura B em anexo).

A iluminação proposta tem como objetivo sinalizar os caminhos principais até à praça central; esta iluminação é conseguida através de colunas cónicas com 8m de altura e, nas zonas de estadia, uma iluminação mais intimista a partir de colunas de iluminação com 1m de altura. Quanto ao mobiliário urbano está devidamente localizado em pontos com grande amplitude visual, no percurso principal até à praça; no caso dos bancos e mesas de jogo, estão localizados na entrada a nordeste do

espaço. Na praça propôs-se um pequeno murete que funcionará como banco, o mesmo acontecendo com algumas caldeiras das árvores situadas na zona central do espaço que funcionam, também, como murete/banco.

Quanto à escolha dos elementos vegetais, optou-se por espécies adaptadas às condições de elevada luminosidade e resistentes à salsugem. Ao nível das árvores propõem-se três palmeiras das canárias (*Phoenix canariensis*) na zona central, de modo a proporcionar sombra à praça; três plátanos (*Platanus x hybrida*) junto à exposição de embarcações antigas e seis acácias rubras (*Delonix regia*) junto à ETAR (Fig. 62).

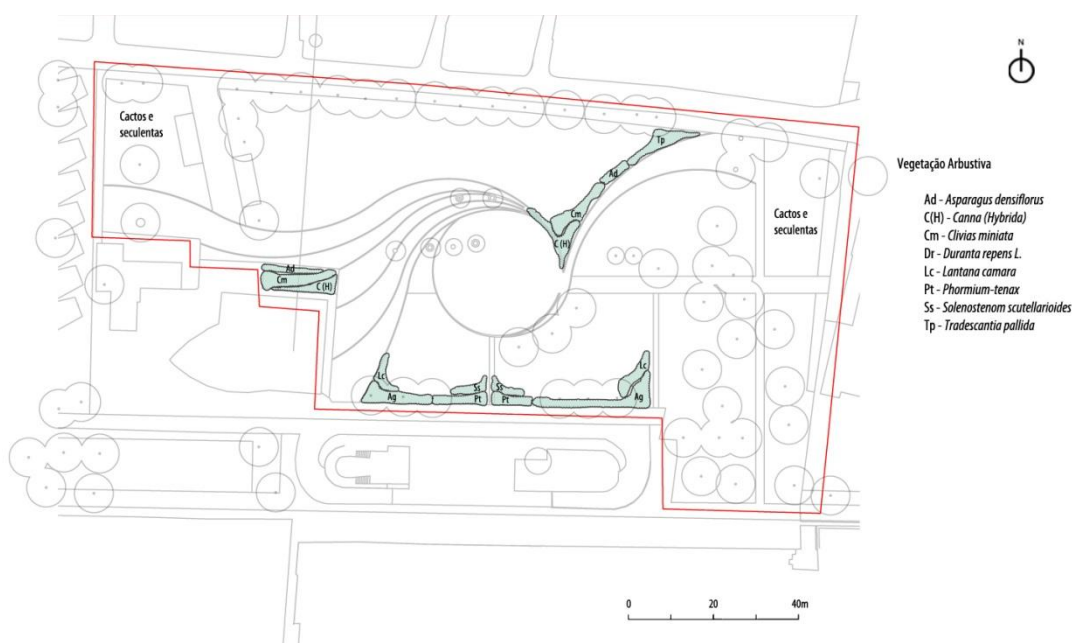


Fig. 62 – Plano de vegetação arbustiva

A vegetação herbácea está estrategicamente situada no limite sul e no centro do espaço; na entrada a nordeste manteve-se a vegetação existente, essencialmente cactos e suculentas onde se optou pela mesma linguagem na entrada a Noroeste. No limite sul e devido à presença da ETAR optou-se pela construção de uma sebe. No interior do espaço a escolha recaiu sobre espécies com cores quentes e vibrantes.

1.5 REQUALIFICAÇÃO DO JARDIM DO CAMPO DA BARCA – PRAÇA TENERIFE

1.5.1 ANÁLISE E CARATERIZAÇÃO

O Jardim do Campo da Barca localiza-se na margem oriental da Ribeira de João Gomes e está dividido em duas partes pela Rua Conde Carvalhal. A parte sul é denominada Praça de Tenerife e a parte norte Largo Conde Canavial (Fig. 63). Com uma área aproximada de 3440m², este jardim apresenta uma altitude máxima de 26m e uma cota mínima de 18m.

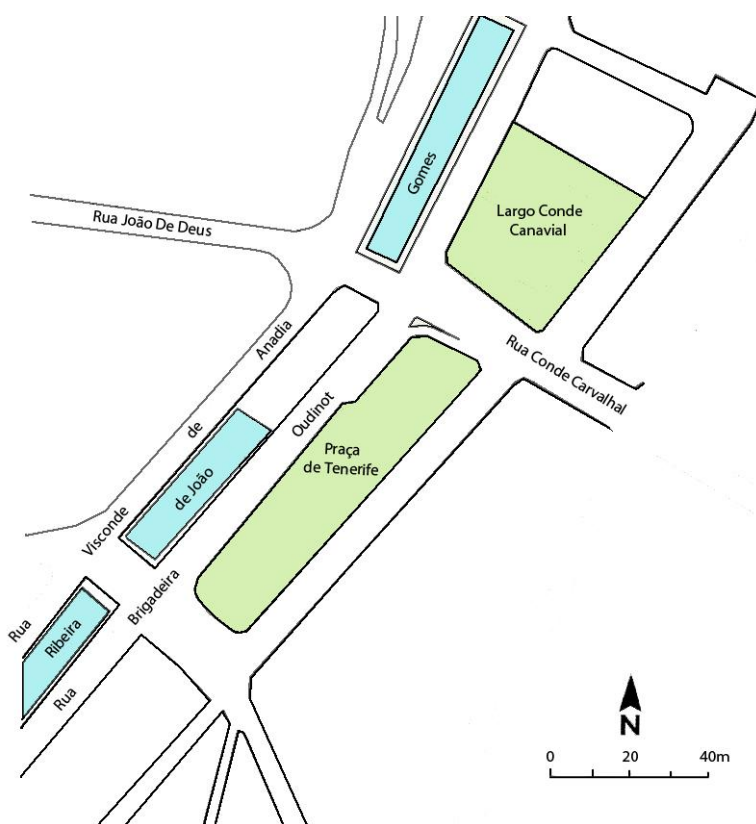


Fig. 63 – Constituição do Jardim do Campo da Barca.

O antigo Jardim do Campo da Barca data de 1818. Por esta altura só englobava o setor Sul da Rua Conde Carvalhal. A parte Norte passou a pertencer ao município em 1897.

O Jardim apresenta um desenho clássico, de formato retangular, com um sistema de percursos bem definido, predominando um percurso central no sentido Norte-Sul (Fig. 64). Encontram-se, também no espaço, alguns elementos escultóricos: no centro da praça, a norte, está instalado, sobre um pedestal de mármore, o busto em bronze

do Conde de Carvalho e, no setor sul, uma estátua em bronze, em homenagem às floristas madeirenses.

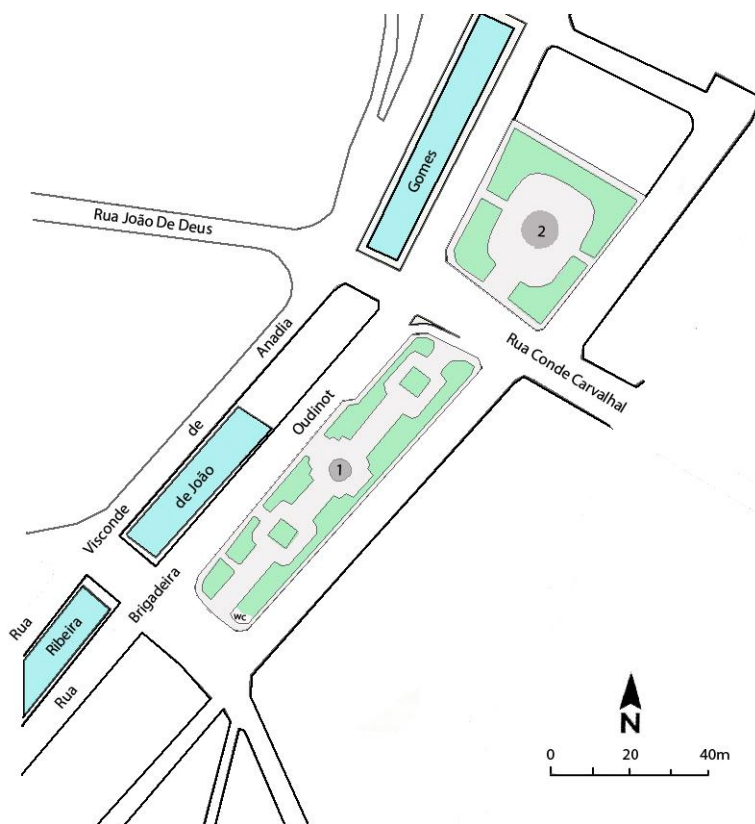


Fig. 64 – Planta do Jardim Campo da Barca. 1 – Estátua em homenagem às floristas madeirenses. 2 – Busto do Conde Canavial. (Quintal, 2007, p. 144).

No que diz respeito à vegetação o Jardim do Campo da Barca apresenta uma grande riqueza florística a nível arbóreo e uma formação vegetal densa e compacta. No setor norte predominam as conteiras (*Celtis australis*), as tipuanas (*Tipuana tipu*), uma marcâmia (*Markhamia lutea*), duas sumaúmas (*Chorisia speciosa*) e uma caneleira (*Cinnamomum zeylanicum*). O setor sul do Jardim apresenta um total de dezasseis exemplares: três sumaúmas (*Chorisia speciosa*), três canforeiras (*Cinammomum camphora*), uma carolina da Abissínia (*Erytrina abyssinica*), duas eritrinas da América (*Erytrina americana*), uma figueira-da-Índia (*Ficus microcarpa*), três jacarandás (*Jacaranda mimosifolia*), uma palmeira chinesa (*Phoenix roebelenii*) e duas plumérias (*Plumeria rubra*).

A planta mais emblemática deste jardim é um dragoeiro (*Dracaena draco* ssp. *draco*) com uma enorme copa arredondada que domina a extremidade do setor sul.

O jardim está situado numa zona de intenso tráfego automóvel funcionando como uma pausa na vida citadina. O local é utilizado diariamente pela população, quer como local de passagem quer como local de estadia, sendo frequente encontrar pessoas descansando à sombra a jogar as cartas. Para além das mesas e bancos dispõe de um sanitário público.

O Jardim do Campo da Barca – Praça de Tenerife - foi gravemente destruído pela ocasião do temporal de 20 Fevereiro de 2010 (Fig. 65), “o jardim foi varrido por um imenso caudal de água e pedras, que destruiu parte do pavimento e dos bancos e mesas ali existentes, mas deixou incólumes as árvores centenárias que lhe dão a imagem característica de jardim de sombra.” Após a elaboração do projeto de requalificação elaborado pela Arq^a Paisagista Virgínia Silva, que pretendia não só devolver o espaço aos seus utilizadores, mas também melhorar as condições de desenvolvimento das árvores, foram levadas a cabo obras de recuperação, que ficaram concluídas a 27 de Abril de 2012, altura em que reabriu ao público.



Fig. 65 – Fotografias do Jardim do Campo da Barca, após o temporal de Fevereiro de 2010.

A proposta de requalificação do Jardim do Campo da Barca foi realizada antes do início do nosso estágio, pela Arq.^a Paisagista Virgínia Silva, e a sua descrição neste relatório tem como objetivo contextualizar a nossa intervenção, que foi ao nível de acompanhamento da obra.

1.5.2 PROPOSTA

“A presença de árvores de grande porte foi determinante no novo projeto do jardim, quer pelo colo alargadíssimo e raízes elevadas que algumas possuem, quer pela sombra que facultam. Por outro lado, por se tratar de um jardim que faz parte da memória dos funchalenses, optou-se por não alterar significativamente a sua imagem de jardim geométrico com canteiros em aterro (Fig. 66). De modo a facultar melhores condições às árvores, alargaram-se os canteiros e deram-lhes formas mais orgânicas e fluidas” (Fig.67). (Fonte: Câmara Municipal do Funchal, elaborado pela Arquiteta Paisagista Virgínia Silva).

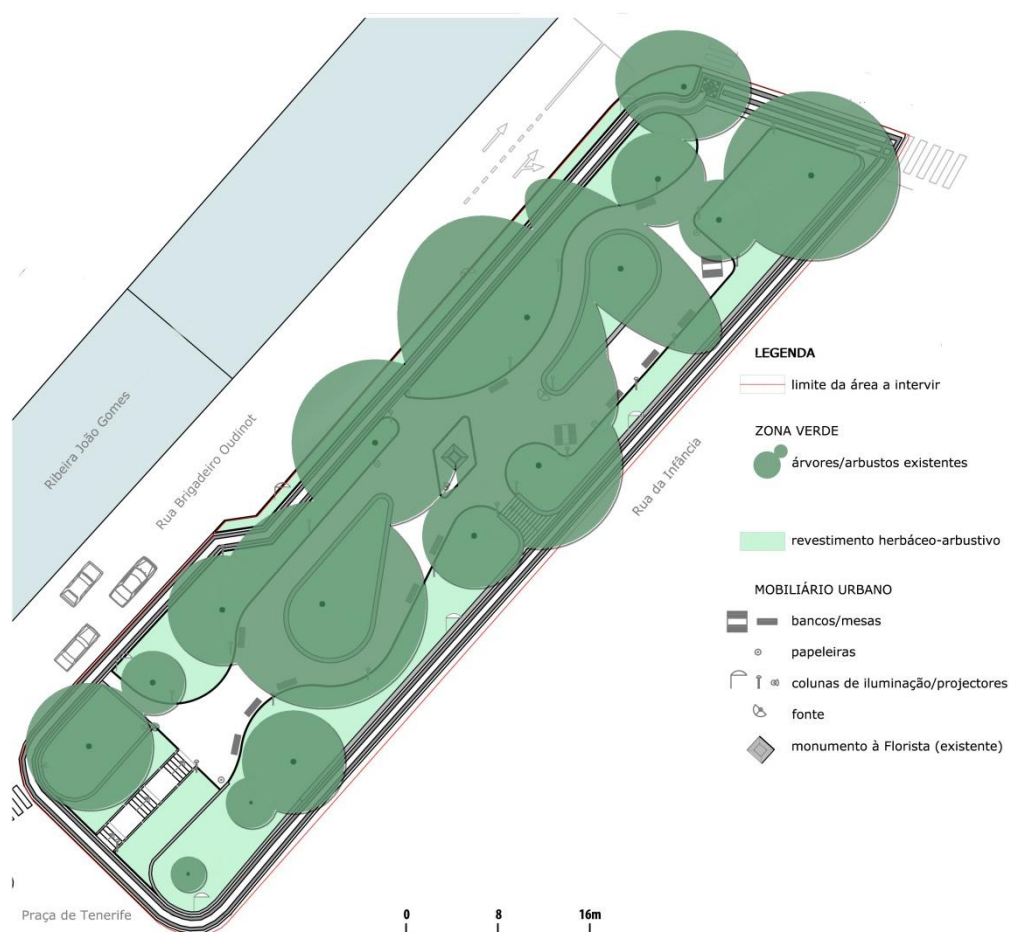


Fig. 66 – Plano Geral da proposta de Renovação do Jardim do Campo da Barca – Praça Tenerife. (Fonte Câmara Municipal do Funchal. Elaborado pela Arquiteta Paisagista Virgínia Silva).



Fig. 67 – Plano de alterações. (Fonte Câmara Municipal do Funchal, elaborado pela Arquitecta Paisagista Virgínia Silva).

“A nível da circulação manteve-se o percurso central e optou-se por integrar a circulação pedonal de passagem, que é intensa ao longo da Rua do Brigadeiro Oudinot, criando um passeio ao longo da rua que, em quase toda a extensão, é separado do trânsito automóvel por uma faixa plantada de 1m de largura. Eliminaram-se três degraus existentes no extremo sudoeste do jardim para permitir a circulação de pessoas com mobilidade reduzida e abriu-se uma nova entrada no muro da Rua da Infância, esta inevitavelmente em escadaria, para aumentar as possibilidades de acesso ao jardim.

(...) A nível de pavimentos, repõem-se as lajes irregulares de basalto no interior do jardim, reservando-se um pavimento distinto – a calçada portuguesa com estereotomia em cubos de calcário e basalto – para o passeio de circulação envolvente a todo o recinto. As escadas entretanto criadas serão executadas em calhau rolado mas partido para uma maior comodidade.

Todos os canteiros serão contornados por lancis de cantaria, à exceção de duas floreiras do eixo central que terão um murete em paralelepípedos capeado a lajes de cantaria, com uma altura total de 0,40m para servir como banco.

(...) A rega será efetuada com recurso a água de nascente, proveniente de um poço a uma cota superior. Dada a grande quantidade de obstáculos, quase todo o espaço será regado por gota a gota, reservando-se os aspersores para os pequenos relevados a sul.

Quanto à drenagem do excesso de água, optou-se por uma solução alternativa à tradicional rede de águas pluviais, propondo-se a condução das águas através de valetas para caixas com o fundo roto em pedra solta, para promover uma infiltração lenta e assim aumentar a água disponível para o jardim, diminuindo as necessidades de rega.

(...) A iluminação proposta tem em vista destacar a escultura e o dragoeiro e sinalizar os caminhos, não descurando, obviamente, a segurança do local, dado tratar-se de um espaço aberto no período noturno.

(...) A escolha dos elementos vegetais recaiu sobre espécies adaptadas às condições de fraca luminosidade do meio, fruto do ensombramento pela copa das árvores.

(...) Na seleção das herbáceas e arbustos privilegiaram-se espécies pouco volumosas para permitir uma visibilidade em profundidade e transmitir desse modo segurança aos utentes. Cada canteiro tem as suas especificidades e o seu interesse próprio, mas procurou-se, com a repetição de alguns elementos, criar uma linguagem comum a todo o jardim (Fig. 68).” (Câmara Municipal do Funchal, elaborado pela Arquiteta Paisagista Virgínia Silva).

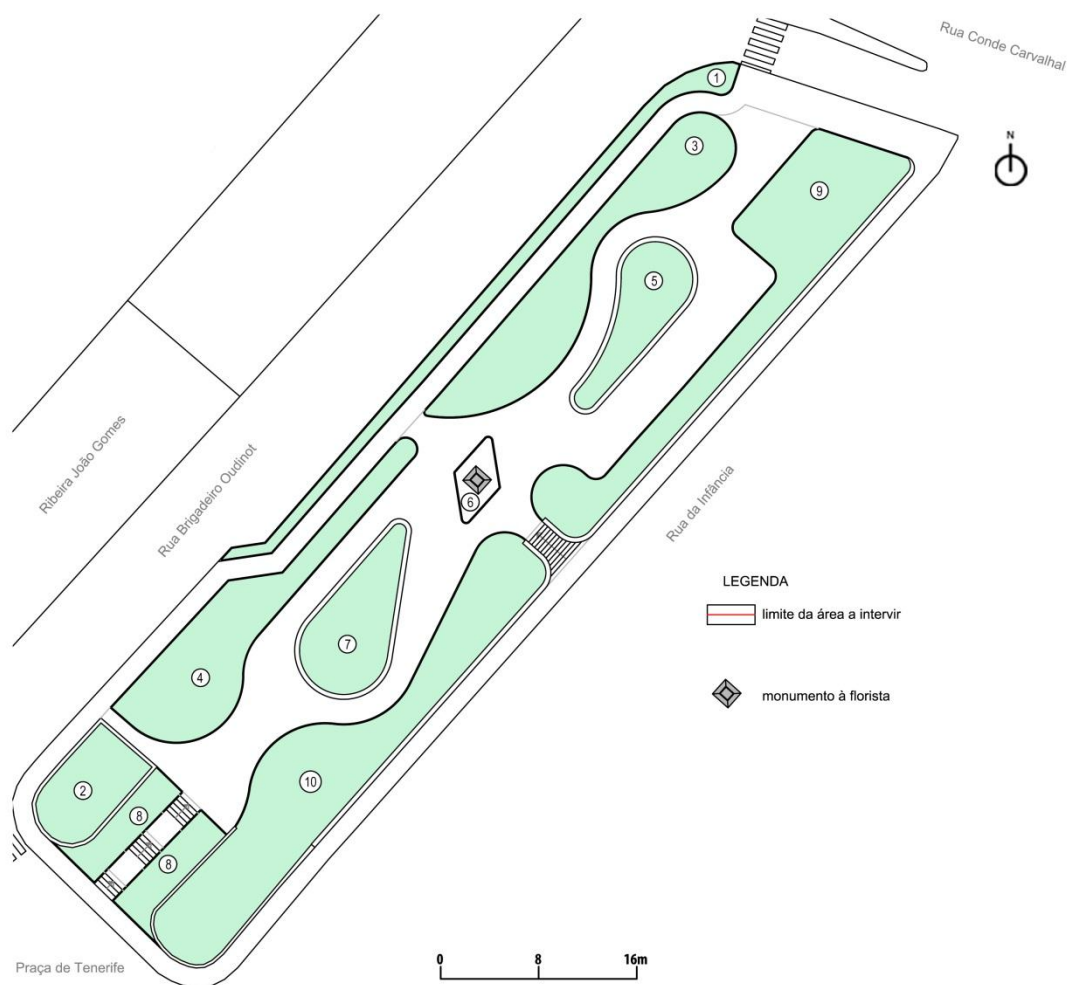


Fig. 68 – Localização dos Canteiros. (Fonte Câmara Municipal do Funchal, elaborado pela Arquiteta Paisagista Virgínia Silva).

“Canteiro 1 – É a face mais visível do jardim para quem sobe de carro pela Rua Brigadeiro Oudinot, servindo por outro lado de proteção (ainda que incipiente) para os peões que utilizam o jardim como passagem. Beneficia de algumas horas de sol direto durante a tarde, pelo que se optou por uma paleta de contrastes fortes em duas cores base – o laranja e o roxo – de modo a despertar curiosidade do utilizador em visitar o interior do jardim.

Canteiro 2 – O dragoeiro, de copa imponente, existente neste ponto marca definitivamente a imagem de todo o jardim. A opção por uma cobertura vegetal com poucas variações visou, por isso, pôr em destaque este elemento notável do jardim. Escolheram-se plantas que acompanham a *Dracaena draco* e o seu meio natural na nossa Ilha: estreleiras e jasmim amarelo na envolvente, alfazema e ensaíão no interior,

por terem menores necessidades hídricas, evitando-se desse modo a rega excessiva do dragoeiro.

Canteiros 3 e 4 – Estes dois canteiros desempenham um papel neutro a nível de cores: servem de fronteira entre as cores fortes do canteiro 1 e dos canteiros centrais de menores dimensões. No canteiro 3 usaram-se vários tons de verde, branco, cinzento e um pouco de azul-lilás, com recurso ainda a folhagens variegadas ou matizadas de branco e verde. Já no canteiro 4 a escolha recaiu sobre as folhagens verde e amarelo e pequenos apontamentos de flores amarelas nas zonas de maior insolação.

Canteiro 5 – Este canteiro pretende ser uma montra em tons de rosa para dar luz ao interior sombrio do jardim. Astilbes, diversos híbridos de begónias, maravilhas e cordilines distribuem-se em redor de uma canforeira, cujo porte monumental atesta bem a sua idade.

Canteiro 6 – A florista é o foco central do jardim, para o qual convergem diversos caminhos. Pese embora a falta de luminosidade deste ponto, procurou-se dar à imagem a companhia de algumas das flores características da Madeira: novelos, pássaras, açucenas e maravilhas.

Canteiro 7 – A presença de uma figueira-da-índia com as suas raízes peculiares cria o ambiente adequado para o desenvolvimento de uma coleção de bromélias de diferentes colorações, intercaladas com fetos e plantas pouco carentes de sol.

Canteiros 8 – Estes dois canteiros em talude são revestidos a relva para melhor controlo da erosão e para manter um enquadramento subtil ao dragoeiro (canteiro 2). No topo e na base do talude plantar-se-ão faixas de coroas de Henrique para evitar os atravessamentos “a corta-mato” por transeuntes ou mesmo bicicletas, dada a proximidade da via pública.

Canteiro 9 – A extremidade Norte deste canteiro é uma área importante de visibilidade para quem circula na Rua Conde Carvalhal e uma porta de entrada no jardim. Como detém algumas horas de sol após o meio-dia, optou-se por extensas manchas de flores amarelo e rosa-lilás, envolvidas por duas faixas de herbáceas verde-escuro (relva chinesa) e verde-claro (arrozinho). As áreas mais estreitas deste canteiro têm uma linguagem discreta, com menos uso de flor, mas com contrastes nas cores das folhas – cinzento prateado, vermelho escuro e vários tons de verde.

Canteiro 10 – A encerrar o jardim, a Sudeste, temos um canteiro que se eleva sobre a Rua da Infância e sob o qual se encontram os sanitários públicos e as instalações dos jardineiros. Tirando partido da altura do muro sobre o passeio exterior, e aproveitando algumas horas de sol matinal, propõe-se a plantação de vários arbustos-trepadeiras do género *Clerodendrum*, bem como uma estrela azul. Mantém-se o relvado na cobertura das instalações de jardinagem e, na restante área, repetem-se algumas das herbáceas de sombra existentes noutros pontos do jardim para assegurar a desejada uniformidade na leitura do espaço.” (Fonte: Câmara Municipal do Funchal, elaborado pela Arquiteta Paisagista Virgínia Silva).

1.5.3 ACOMPANHAMENTO DE OBRA

No decorrer da primeira semana na CMF com o reconhecimento dos jardins da cidade, o Jardim do Campo da Barca, ainda em construção, possibilitou o primeiro contato e experiência com obra.

O acompanhamento da obra é fundamental para que o projeto seja implantado no terreno o mais fiel possível ao que estava projetado. A interação com a equipa e o acompanhamento da obra veio complementar a nossa formação teórica.

Apesar da implantação planimétrica e altimétrica já terem sido efetuadas antes do início do estágio, podemos acompanhar a construção dos muros, dos pavimentos, a colocação do sistema de drenagem e de rega, a instalação do mobiliário urbano e por fim, a plantação.

Como tantas vezes ouvimos, o modo de execução dos trabalhos nem sempre corresponde ao que está detalhado no projeto. Neste caso, com o decorrer dos trabalhos, algumas soluções foram modificadas, nomeadamente no que diz respeito à drenagem: a opção que estava projetada solucionava a drenagem com o recurso a valetas em paralelepípedos de basalto que limitavam o pavimento, mas que no decorrer da obra foram substituídas por sumidouros (Fig. 69). No entanto, neste caso e segundo a projetista, não se trata de incumprimento do que estava inicialmente projetado mas sim de uma melhor solução do que a que estava proposta.

Na minha opinião acho que seria útil uma melhor análise ao espaço de modo a encontrar uma solução que se adaptasse melhor ao local na fase de projeto de execução para, deste modo, evitar atrasos ou inclusivamente situações em que se torna necessário refazer o trabalho.

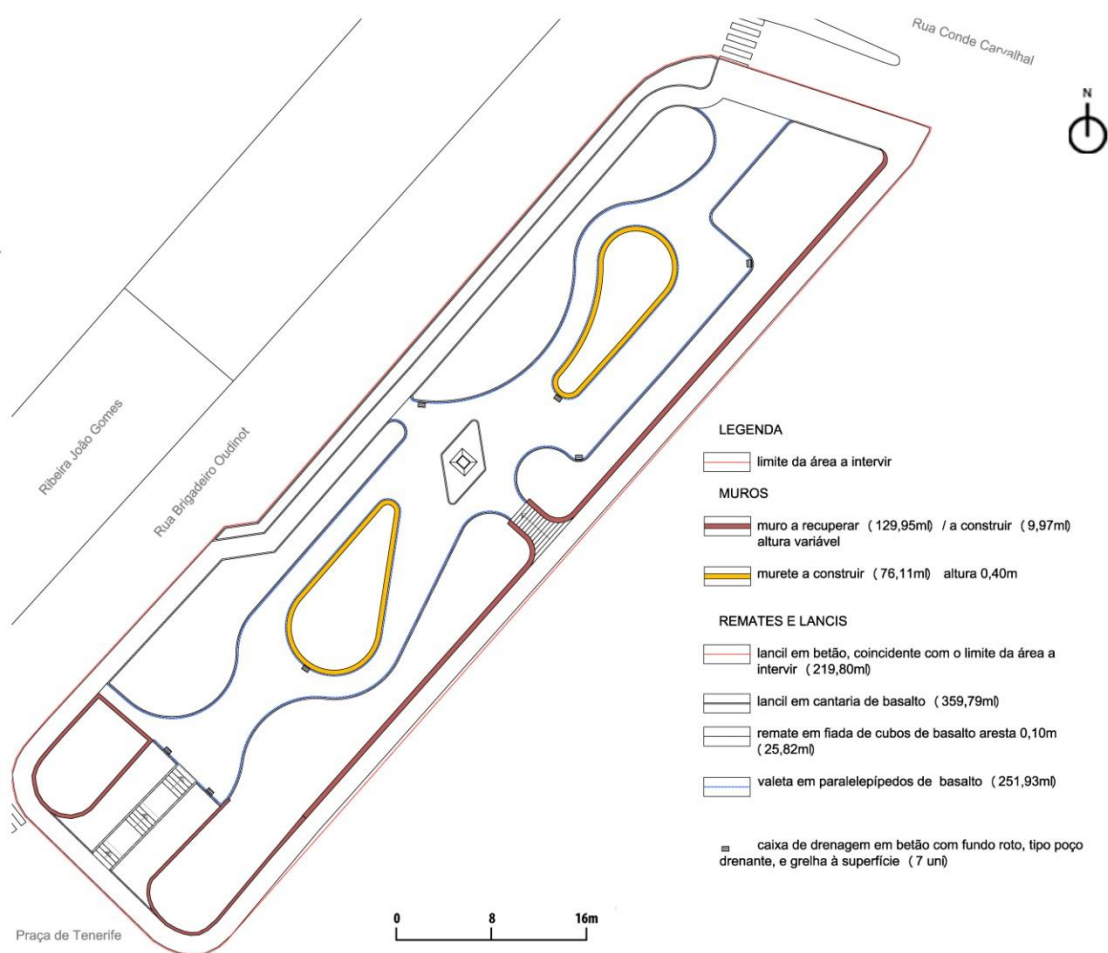


Fig. 69 – Planta de muros, remates e lancis. (Fonte Câmara Municipal do Funchal - Elaborado pela Arquiteta Paisagista Virgínia Silva).

Duas semanas antes da conclusão da obra procedeu-se à plantação. Em primeiro lugar efetuou-se a preparação do terreno. Como o jardim foi feito em aterro e como estavam a decorrer obras no Jardim Almirante Reis as terras sobrantes foram transportadas para o jardim do Campo da Barca para esse efeito.

As plantações e a colocação do sistema de rega ficaram por conta da Divisão de Parques e Jardins da Câmara, por forma a reduzir o valor total da empreitada, visto que a empreitada de construção civil e a colocação de terras foram adjudicadas por concurso público. Parte das plantas seriam produção própria do viveiro da Câmara e as restantes seriam adquiridas fora, também alvo de concurso público. A empresa que ganhou o concurso não forneceu, atempadamente, os espécimes requeridos, o que levou à substituição por espécies disponíveis em viveiro. Todo o jardim está revestido com herbáceas e arbustos propostos de modo a criarem ambiências diferentes. Com a

substituição das espécies propostas por outras, parte dessas ambiências perderam-se. Numa fase final este é o menor dos males, pois o importante era deixar todos os espaços preenchidos com vegetação. A cor no jardim era um dos objetivos; assim, e mesmo com a substituição de algumas espécies, esse objetivo foi alcançado.

Apesar de todos os contratempos e alterações que o projeto sofreu o resultado final foi bastante positivo, pois trata-se de um dos jardins mais movimentados da cidade; com as requalificações, não só melhoraram as condições de desenvolvimento das árvores, como também permitiu uma maior comodidade e segurança por parte dos utilizadores. No entanto, a requalificação dever-se-ia estender a todo o jardim e não apenas a uma área determinada. Como anteriormente referi, o Jardim do Campo da Barca é constituído por duas áreas distintas: a Praça de Tenerife e o Largo Conde Canavial. Com a requalificação, a Praça de Tenerife apresenta agora um desenho mais fluído, com formas mais orgânicas, tendo o Largo Conde Canavial mantido o desenho mais geométrico.

2 ELABORAÇÃO DE REGRAS PARA USO DO ESPAÇO ABERTO

Os parques, jardins e espaços abertos do município são espaços públicos com especificidades próprias cuja preservação e conservação deve ser assegurada, de modo a permitir que os utentes possam usufruir e beneficiar dos mesmos em condições adequadas, refletindo as atuais preocupações com a natureza e o ambiente.

Os espaços abertos assumem cada vez mais importância, não só no equilíbrio ecológico da cidade, como na qualidade de vida das populações.

Dada a inexistência de regulamentação adequada na Câmara Municipal do Funchal sobre esta matéria, impôs-se a necessidade de se elaborar um conjunto de regras sobre as condições de utilização dos parques, jardins e espaços abertos do município, de modo a dota-lo de um conjunto de normas e regras que responsabilizem não só os munícipes como também os visitantes.

Este conjunto de regras tem como objetivo assegurar uma utilização correta e uma manutenção adequada de todos os espaços abertos do município, de modo a manter o equilíbrio ecológico do espaço urbano e a melhorar a qualidade de vida da população, salvaguardando a imagem do concelho.

De forma a responder ao pedido da Câmara enumeramos um conjunto de situações que frequentemente são observadas nos espaços abertos, como por exemplo a danificação da vegetação existente, o vandalismo e o uso indevido dos equipamentos, o estacionamento indevido, entre outros, que têm como consequência uma imagem menos positiva da cidade, acarretando encargos acrescidos para a autarquia.

Desta forma, tendo em conta o conjunto de situações que são observadas, foram elaborados um conjunto de regras de utilização do espaço público aberto.

Nos espaços abertos municipais não é permitido:

1. Destruir ou danificar as árvores, arbustos e herbáceas neles existentes, nomeadamente cortar ou golpear os seus troncos e raízes, bem como riscar ou inscrever gravações;
2. Destruir ou danificar, por qualquer forma, os resguardos, apoios e suportes das árvores e arbustos;

3. Destruir ou danificar monumentos, estátuas, fontes, esculturas e escadarias que se encontrem localizadas naqueles espaços;
4. Destruir ou danificar qualquer estrutura, equipamento ou mobiliário, nomeadamente: instalações, construções, vedações, grades, canteiros, pérgolas, bancos, vasos e papeleiras, bem como equipamentos desportivos;
5. Encostar, pregar, agramar, atar ou pendurar quaisquer objetos nos ramos, troncos ou folhas de árvores ou demais vegetação, bem como fixar fios e cordas, seja qual for a sua utilização, sem autorização prévia;
6. Puxar os ramos, sacudir ou cortar as folhas, frutos ou floração das árvores ou demais vegetação;
7. Lançar pedras, paus ou outros objetos passíveis de prejudicarem as árvores ou qualquer vegetação;
8. Despejar nos canteiros ou nas caldeiras das árvores e arbustos quaisquer produtos que os prejudiquem ou destruam;
9. Abater ou podar árvores e arbustos sem autorização prévia;
10. Extrair pedra, terra, cascalho, areia, barro, saibro ou outros materiais semelhantes existentes nos parques e jardins;
11. Danificar ou fazer uso indevido de peças constituintes de sistemas de rega, nomeadamente: aspersores, pulverizadores, gotejadores, bocas de rega, válvulas, torneiras, filtros e programadores;
12. Abrir as caixas dos sistemas implantados, nomeadamente das válvulas do sistema de rega, nos sistemas de acionamento, (quer sejam manuais ou automáticos), nos contadores de água, eletricidade, equipamentos da rede telefónica, TV, gás e saneamento;
13. Retirar, alterar ou mudar placas ou tabuletas com indicações para o público, como informações úteis, nomeadamente, a designação científica de plantas, orientação ou outras referências;
14. Danificar ou fazer uso de forma menos cuidadosa ou correta de aparelhos ou equipamentos infantis bem como qualquer tipo de equipamento lúdico-desportivo;

15. Destruir, danificar ou simplesmente utilizar, sem autorização dos responsáveis, objetos, ferramentas, utensílios dos serviços municipais bem como fazer uso, sem prévia autorização, da água destinada a rega ou limpeza;
16. Urinar ou defecar fora dos locais destinados a esses fins;
17. Acampar ou instalar acampamento sem autorização prévia;
18. Retirar água dos lagos ou utilizá-los para banhos, pesca ou danificar a fauna ou flora neles existentes, bem como lançar para dentro dos mesmos quaisquer objetos líquidos ou sólidos de qualquer natureza;
19. Fazer fogueiras ou acender braseiras;
20. Lançar detritos, entulhos, águas poluídas provenientes de limpezas domésticas, ou de qualquer outra natureza poluente, que possam causar danos ou mesmo a morte a qualquer tipo de vegetação já existente, ou ainda que tornem os terrenos impróprios para a produção de áreas abertas;
21. Utilizar bebedouros para fins diferentes daqueles a que expressamente se destinam;
22. Prender nas grades ou vedações quaisquer animais, objetos, veículos ou qualquer outro elemento que provoque danos nas mesmas;
23. Permanência de animais que não se encontrem devidamente presos por corrente ou trela e açaimados, bem como deixar os seus excrementos no espaço público;
24. Matar, ferir, mal tratar, furtar ou apanhar quaisquer animais que tenham nestas áreas, parques ou jardins, o seu “habitat” natural ou que se encontrem habitualmente nestes locais;
25. Retirar ninhos, mexer nas aves ou nos ovos que neles se encontrem;
26. Práticas desportivas organizadas fora dos locais expressamente criados ou autorizados para o efeito, sempre que manifestamente seja posto em causa a sua normal utilização por outros utentes;
27. A circulação e paragem de bicicletas e outros veículos não motorizados apenas são permitidas nas áreas de trânsito pedonal, sendo proibida a sua utilização em zonas de canteiros e outras zonas onde exista qualquer espécie vegetal semeada ou em desenvolvimento;

28. É expressamente proibido o estacionamento de qualquer tipo de veículo sobre canteiros com ou sem relva, flores ou plantas, qualquer que seja a sua localização ou estado.

Este conjunto de regras garante uma correta utilização dos espaços abertos, bem como a sua preservação e conservação. Desta forma, deveria ser atribuído uma coima com o objetivo de sancionar as infrações.

Contudo este conjunto de regras deveria ser parte integrante de um regulamento para todos os espaços abertos da cidade, que estabeleceria normas a aplicar à utilização, construção, recuperação e manutenção de todos os espaços. Desta forma, não só seriam aplicadas essas regras aos espaços aberto público, como também seriam protegidas as espécies designadas de interesse público ou com valor monumental, situadas em terrenos urbanizáveis, públicos ou privados.

3 CONCLUSÃO

A realização deste estágio na Câmara Municipal do Funchal constituiu uma importante etapa na nossa formação enquanto Arquiteta Paisagista, pois podemos complementar a nossa formação teórica com alguma experiência profissional.

Tendo sido a nossa primeira experiência profissional, contactámos com realidades e condicionantes diferentes daquelas a que estávamos habituados. A adaptação à realidade do trabalho deu-se de forma gradual: primeiro o enquadramento na instituição, depois a integração numa equipa profissional, seguida da participação em projetos, quer no desenvolvimento de novas soluções, quer na adaptação de novos usos a espaços existentes, tanto ao nível do estudo prévio, como ao nível do projeto de execução e do acompanhamento de obra. Foi uma experiência gratificante que permitiu, ao mesmo tempo, a aquisição de novos conhecimentos e de novas competências.

Um dos fatores mais motivantes neste estágio de mestrado foi a verificação, em loco, das reações da população aos trabalhos realizados, percebendo de forma direta os efeitos de todas as decisões na população local e nos visitantes.

As principais dificuldades sentidas nesta transição da formação académica para a atividade profissional foram a adaptação a uma equipa de trabalho e a insegurança quanto às decisões a tomar perante problemas reais e que resulta, principalmente, da inexperiência e da dificuldade na resolução técnica de determinadas situações.

Uma das preocupações que temos no primeiro contato com a atividade profissional é fazermos exatamente tudo como aprendemos, isto é, passar por todas as fases do projeto, nomeadamente a discussão de ideias, a elaboração do estudo prévio e do projeto de execução, por fim a memória descritiva, mapa de quantidades e o orçamento; de modo a evitar que o projeto seja alterado, prevendo tudo o que pode acontecer durante o processo.

A discrepância entre o que aprendemos com o que realmente se faz na prática é bastante grande, o que para mim tornou a adaptação mais difícil.

Em termos de conhecimento de projeto queríamos ter passado por todas as fases do projeto, nomeadamente a troca de ideias e de informação, e a elaboração de peças técnicas como o mapa de quantidades e orçamentos, que do ponto de vista académico

e profissional, seria mais enriquecedor. Contudo as limitações burocráticas e logísticas da Câmara não permitiram o acesso a essas fases.

O fato de querermos saber mais relativamente ao que estava a acontecer e de querermos participar ativamente nos projetos e nas reuniões fez com que insistisse sobre os mesmos assuntos e as mesmas questões ao longo do estágio. Contudo, em relação a alguns assuntos, o excesso de informação poderia traduzir-se de forma negativa, nomeadamente por não estarmos a par de toda a dinâmica e de todos os assuntos da Câmara. Desta forma correndo o risco de termos acesso a muita informação, que poderia potenciar mais dúvidas, privaram-nos de alguma informação que do ponto de vista académico achávamos necessário, mas que do ponto de vista interno, da Câmara, tratava-se de assuntos que não estavam relacionados com as funções que estávamos a exercer.

Quanto ao trabalho desenvolvido ao longo do estágio foi sempre desenvolvida uma componente teórica de análise, caracterização e crítica pessoal. No caso das Hortas Urbanas e do Jardim Panorâmico, podemos desenvolver uma atitude crítica quanto as soluções apresentadas. Apesar de não concordarmos com algumas delas, foram duas experiências distintas mas bastante enriquecedoras, nomeadamente o fato de poder estar em contato com a população e com as quezílias entre vizinhos, no caso das Hortas Urbanas, e de poder aumentar o nosso conhecimento botânico no caso do Jardim Panorâmico.

O projeto da Quinta Deão representou um dos trabalhos de análise e caracterização que exigiram mais pesquisa nomeadamente a análise histórica. A sua destruição é um bom exemplo do que pode acontecer quando os interesses económicos se sobrepõem aos aspetos naturais, culturais, ecológicos, estéticos e paisagísticos.

Sem dúvida esta experiência foi de certa forma, preocupante pois tivemos a noção de quão facilmente o património natural e cultural pode ser destruído devido a interesses económicos.

O projeto para integrar no Festival de Jardins enquanto primeiro projeto, realizado e concretizado no terreno, considerámo-lo como uma experiência bastante enriquecedora para a nossa formação, pois foram-me atribuídas responsabilidades em todo o processo de implantação no terreno e na procura de soluções para os

problemas que foram surgindo. Contudo, não concordámos inteiramente com todo o processo; em primeiro lugar pelo fato de terem destruído o Jardim Almirante Reis, que se encontrava em boas condições. Sem dúvida esta opção não era uma prioridade dada a situação financeira que a Região está a enfrentar. Em segundo lugar, se um jardim já não satisfaz as necessidades dos utilizadores, deveria ser submetido a um projeto de requalificação e não simplesmente proceder à remoção das áreas que apresentavam modelações em aterro, dando lugar a áreas planas.

Quanto ao projeto do jardim para integrar no festival, a proposta apresentada foi desenvolvida conforme as exigências da Câmara e pelo menor custo possível. Apesar de toda a liberdade dada para a apresentação do projeto, algumas ideias nunca puderam sair do papel.

O processo de criação e de implantação associados a esta proposta não foi-linear, na medida em que tudo o que estava inicialmente previsto acabou por sofrer muitas modificações e ajustes.

Na impossibilidade de realizar uma nova proposta devido aos prazos estabelecidos, optou-se por se ir adaptando a proposta aos imprevistos que foram surgindo. Neste processo muitas das soluções encontradas não foram, seguramente, as mais corretas para aquele espaço, resultando um jardim que não se adequa ao espaço, quer pela sua dimensão quer pela quantidade de elementos construtivos que apresenta.

Com a preocupação de terminar a obra a tempo e horas, independentemente do que estava inicialmente projetado, a solução final apresenta muitas fragilidades que podiam ter sido evitadas.

A elaboração de um regulamento para o festival de jardins pode ser a solução para que nas futuras edições não surjam problemas relacionados com os limites dos espaços de intervenção.

O acompanhamento de obra, no caso do Jardim do Campo da Barca, foi uma experiência bastante motivadora, apesar de concordarmos apenas com algumas soluções, pois podemos estar em contato com diferentes profissionais de diferentes especialidades.

A elaboração de um regulamento para os espaços abertos, apesar de não estar diretamente relacionado com a atividade de projeto de arquitetura paisagista, é

essencial para o bom funcionamento dos espaços abertos. Apesar de se tratar de um conjunto de regras de utilização esperamos que seja um ponto de partida para a elaboração de um regulamento completo sobre as condições de construção, utilização, recuperação e manutenção dos espaços abertos. A existência do regulamento para os espaços abertos nesta autarquia seria uma mais-valia, pois possibilitaria um maior controlo sobre os mesmos.

Para concluir, e apesar de ao longo do estágio se ir alterando o que inicialmente estava previsto, e que foi um aspeto negativo, não só porque nos desmotivou mas também pelo fato do trabalho a nível de projeto e da sua execução ter sido menor. Em contrapartida podemos tirar proveito relativamente a outros temas, que não estando diretamente relacionados com o desenho de projeto, foram bastante enriquecedores para a nossa formação pessoal e profissional, nomeadamente o contato com jardineiros, pedreiros e com diferentes profissionais presentes durante uma obra.

Esta experiência permitiu não só a tomada decisões sobre problemas reais, como desenvolvimento de uma atitude crítica sobre o modo como a Arquitetura Paisagista é encarada nesta instituição: é apenas uma especialidade que serve como complemento das outras especialidades, como a arquitetura e engenharia, e não como uma parte integrante e fundamental em todo o processo de projeto e planeamento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFIAS

- Afonso, M. J. (1993). *Flora e Arte nos Espaços Verdes*. Funchal: Câmara Municipal do Funchal.
- Anónimo. (2007). *ÁRVORES E FLORESTAS DE PORTUGAL 06 - AÇORES E MADEIRA, A FLORESTA DAS ILHAS*. Lisboa: Público, Comunicações Social, SA; Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento.
- Anónimo. (2008). Gruppo Florovivaistico Torsanlorenzo - Catálogo de 2008. Roma.
- Anónimo. (Outubro de 2008). Plano Director Municipal do Funchal. *Planta de Ordenamento*. Câmara Municipal do Funchal.
- Cabral, F. C. (2003). *Fundamentos da Arquitetura Paisagista*. Lisboa: Instituto da Conservação da Natureza.
- Câmara Municipal do Funchal*. (s.d.). Obtido de <http://www.cm-funchal.pt//>
- Franquinho, L. O., & Costa, A. d. (1988). *Flores - Madeira*. Funchal: Editor e Distribuidor Francisco Ribeiro.
- Hoare, M. (2004). *The Quintas of Madeira, Windows into the Past*. Barcelona: Editorial Escudo de Oro, S.A.
- Lynch, K. (2009). *Imagem da Cidade*. Lisboa: Edições 70, LDA.
- Magalhães, M. R. (2001). *A Arquitetura paisagista, Morfologia e Complexidade*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Moreira, J. M. (2008). *Árvores e Arbustos de Portugal*. Lisboa: Argumentum.
- Quintal, R. (2007). *Quintas, Parques e Jardins do Funchal*. Lisboa: Esfera do Caos .
- Quintal, R. (2008). *Guia dos Jardins do Funchal*. Funchal: Funchal 500 Anos, E. M.
- Silva, P. F., & Meneses, C. A. (1984). *Elucidário Madeirense, Vol. I*. Funchal: Secretaria Regional de Turismo e Cultura. DRAC.
- Telles, G. R. (2003). *A Utopia e os Pés na Terra*. Lisboa: Colibri.
- Vidiella, À. S. (2008). *Atlas de Arquitectura del Paisaje*. Barcelona: Loft.

ANEXOS



Fig. A – Calçada Madeirense.



Fig. B – Pavimento com paralelepípedos de pedra.